INFORMAÇÃO EM PAUTA

volume 2, número 2
jul./dez. 2017
ISSN 2525-3468

Informação em Pauta

IP

Inf. Pauta ISSN 2525-3468 Fortaleza v. 2 n. 2 p. 1-110 jul./dez. 2017

Ficha Catalográfica

Informação em Pauta : IP / Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. - v. 2, n. 2 (jul./dez. 2017)-- Fortaleza : UFC, 2017 - .

v. : il. ; 27 cm.

Semestral.

Descrição baseada em: v. 2, n. 2 (jul./dez. 2017).

Disponível no Portal de Periódicos da UFC em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/informacaoempauta/index>

Expediente – volume 2, número 2, jul./dez. 2017

ISSN 2525-3468

Universidade Federal do Ceará

Informação em Pauta

Informação em Pauta (IP) é uma revista multidisciplinar da área de Ciências Sociais Aplicadas, tendo como campos prioritários a Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e áreas afins. É uma publicação de acesso aberto, e sua periodicidade é semestral. A revista é ligada ao Departamento de Ciências da Informação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (DECINF/PPGCI/UFC), em formato exclusivamente eletrônico. A revista publica pesquisas originais com elevado mérito científico, contribuições inéditas em português, inglês e espanhol, visando contribuir para o desenvolvimento de novos conhecimentos entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais em Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e áreas afins, desde que aprovados em revisão cega por pares (*Double Blind Peer Review*) e pelo Comitê Editorial. A Informação em Pauta exige originalidade dos artigos submetidos e que pelo menos um dos autores tenha titulação de Mestre ou de Doutor.

Editora

Maria Giovanna Guedes Farias

Doutora em Ciência da Informação

Professora do Departamento de Ciências da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará.

Telefone: (85) 3366-7700

E-mail: giovannaguedes@ufc.br / informacaoempauta@gmail.com

Correspondência

Departamento de Ciências da Informação/UFC

Av. da Universidade, 2762, Benfica

CEP:60020-181 - Fortaleza-CE

Tel.: (85) 3366-7700

Copyright e Fotocópia

Acesso online

http://www.periodicos.ufc.br/index.php/informacaoempauta/index

Indexação e Diretórios

SUMÁRIO

EDITORIAL

Prezados(as) leitores(as),

Finalizamos o ano de 2017 com a Revista Informação em Pauta (IP) indexada em mais dois diretórios internacionais: o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e o *Directory of Research Journal Indexing* (DRJI), ambos de acesso aberto. Ao indexar a revista em bases de dados nacionais e internacionais, reforçamos nosso compromisso com a qualidade das produções científicas publicadas na IP, após criteriosa avaliação às cegas. Com base nesse princípio, apresentamos o segundo número do volume dois da Informação em Pauta, o qual contempla cinco artigos produzidos por pesquisadores de diversas universidades brasileiras.

Teorias e tendências contemporâneas da ciência da informação é o título do artigo de Carlos Alberto Ávila Araújo, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o qual objetivou mapear as abordagens e perspectivas contemporâneas de pesquisa no campo da Ciência da Informação e traz como resultado a percepção de treze teorias que trabalham com o conceito de informação, dentro de aspectos que podem ser identificados com o "paradigma social" segundo Capurro.

Alexandre Masson Maroldi e Luis Fernando Maia Lima, ambos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Carlos Roberto Massao Hayashi e Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), são autores do artigo intitulado **Frente de pesquisa de títulos de livros: um estudo aplicado ao campo da educação indígena**, cujo objetivo é identificar, a partir da ideia original de Solla Price, a frente de pesquisa de títulos de livros e a de autores citados em teses e dissertações defendidas entre 2001 e 2016 no campo de pesquisa da Educação Indígena.

O artigo intitulado **A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais**, de autoria de Elder Lopes Barboza e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), constatou que as provocações que a mediação da informação traz quando da superação de um olhar funcionalista e, por vezes, determinista do modelo vigente, e a preocupação com a apropriação da informação por parte dos sujeitos, estão presentes na relação com o mundo para a construção do conhecimento, colaborando para a discussão dos fluxos de informação.

Tatiana Costa Rosa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), e Leila Adriana Baptaglin, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), escreveram o artigo **O acesso à informação e ao patrimônio documental no Instituto Federal de Roraima:**

conquistas e desafios, o qual objetivou apresentar aspectos acerca da situação do acesso à informação e ao patrimônio documental do IFRR no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Por último, o artigo **Entre o objeto e o sujeito: composição, diálogo e confluência na recuperação da informação em arquivos**, de autoria de Dacles Vágner da Silva, Osvaldo de Souza, Jefferson Veras Nunes e Lidia Eugenia Cavalcante, da Universidade Federal do Ceará (UFC), objetiva compreender a Recuperação da Informação (RI) em relação aos ambientes de arquivo, a fim de entender como a RI foi exercitada em publicações dos últimos anos sob a égide de elementos que podem compor visões de natureza tanto objetivista, como subjetivista.

Desejamos a todos uma ótima leitura. Boas festas!

Maria Giovanna Guedes Farias
Editora
Informação em Pauta
Dezembro/2017

Inf. Pauta | Fortaleza, CE | v. 2 | n. 2 | jul./dez. 2017

ARTIGO

TEORIAS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CONTEMPORARY THEORIES AND TRENDS OF INFORMATION SCIENCE

Carlos Alberto Ávila Araújo
UFMG

RESUMO

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou mapear as abordagens e perspectivas contemporâneas de pesquisa no campo da ciência da informação. A partir de extensa pesquisa bibliográfica, chegou-se a um quadro em que se destacam treze diferentes teorias que representam novas propostas de estudo da informação. A seguir, buscou-se analisar se, no conjunto dessas teorias, seria possível perceber algum tipo de tendência ou pontos comuns. A análise evidenciou cinco aspectos do conceito de informação: sua natureza como dado ou construção; como algo individual ou coletivo; como acúmulo de dados ou interferência e apropriação; como algo técnico ou inserido na vida cotidiana; como fenômeno isolado ou inserido em uma dinâmica mais ampla. A seguir, foi utilizado como quadro analítico o esquema de Capurro, construído a partir da sistematização de três paradigmas ou formas de estudo da informação. Concluiu-se que é possível perceber que as treze teorias trabalham com o conceito de informação dentro de aspectos que podem ser identificados com o "paradigma social" identificado por Capurro.

Palavras-chave: *Teorias da ciência da informação. Conceito de informação. Paradigmas da ciência da informação. Tendências contemporâneas da ciência da informação.*

ABSTRACT

In this article we present the results of a research that sought to map the contemporary approaches and perspectives of research in information science. From an extensive bibliographical research, we reached a framework in which thirteen different theories stand out that represent new proposals of information study. Next, we tried to analyze if, in the set of these theories, it would be possible to perceive some type of tendency or common points. The analysis revealed five aspects of the concept of information: its nature as data or construction; as something individual or collective; such as accumulation of data or interference and appropriation; as something technical or inserted in everyday life; as an isolated phenomenon or inserted in a broader dynamic. Next, the Capurro scheme was used as an analytical framework. It was concluded that it is possible to perceive that the thirteen theories work with the concept of information within aspects that can be identified with the "social paradigm" identified by Capurro.

Keywords: *Theories of information science. Concept of information. Paradigms in information science. Contemporary trends in information science.*

1 INTRODUÇÃO

Neste texto são apresentados os resultados de uma pesquisa que teve dois objetivos. O primeiro foi identificar e mapear as perspectivas, teorias e conceitos contemporâneos da ciência da informação. Para tanto, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica nacional e internacional, em periódicos, livros e anais de eventos. Buscou-se separar o que eram pesquisas dentro de linhas e propostas já existentes e consolidadas no campo daquelas que representavam de fato propostas recentes e inovadoras. Também houve a preocupação de identificar perspectivas que fossem partilhadas por distintos pesquisadores, de diferentes contextos, de forma a não se concentrar em abordagens individuais, mas sim detectar movimentos teóricos coletivos, que possuem um número significativo de praticantes e seguidores, e que pudessem representar, então, uma efetiva "corrente teórica" do campo. Após esse trabalho, foram identificadas treze teorias recentes do campo. Nesse sentido, o primeiro objetivo deste texto é fazer uma apresentação panorâmica dessas treze teorias, identificando sua proposta básica de pesquisa.

O segundo objetivo da pesquisa foi questionar se seria possível encontrar uma tendência nestas treze teorias, isto é, se haveria pontos comuns entre elas que pudessem sugerir uma certa direção para a qual a ciência da informação estaria caminhando. Para a realização dessa análise, foi utilizado como quadro de referência a sistematização promovida por Capurro (2003), que identifica três "paradigmas" ou modelos de estudo da ciência da informação: o físico, o cognitivo e o social. Essa ideia, que está presente no trabalho de outros autores, tem conduzido e servido de referência para atividades de pesquisa e ensino no Brasil – o que justificou a sua escolha como parâmetro de análise.

O artigo se estrutura, portanto, a partir destes dois objetivos. Inicialmente, são apresentadas as treze teorias encontradas. A seguir, realiza-se uma apresentação dos paradigmas de Capurro. Por fim, é realizado o confronto entre os dois quadros de forma a se verificar a possibilidade de uma tendência geral na ciência da informação, a partir da análise do conceito de informação presente nas treze teorias.

2 TEORIAS CONTEMPORÂNEAS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

É uma tarefa difícil identificar "teorias contemporâneas" no campo da ciência da informação. Naturalmente, a revisão de literatura é o melhor caminho para identificá-las. Contudo, muitas vezes, as revisões envolvem trabalhos demorados de sistematização e análise e, por isso, acabam pouco sensíveis a tendências muito recentes. Por isso, para uma identificação das tendências recentes da área, além de extensa revisão e busca na literatura, buscou-se também analisar nomes e temas de congressos da área, temáticas de edições especiais de periódicos, nomes de grupos de pesquisa e definições de áreas de concentração e linhas de pesquisa de programas de pós-graduação.

Foram consideradas como "teorias" ou "perspectivas" iniciativas muito distintas. Algumas delas são teorias de fato, outras são propostas de subáreas ou campos interdisciplinares, e outras são ações práticas que implicam desdobramentos ou consequências teóricas. Não se fez distinção entre elas no levantamento realizado.

O resultado dessa busca levou à elaboração de uma lista muito extensa. Algumas teorias presentes nessa lista, contudo, mostraram-se muito específicas (desenvolvidas por um único autor, ou uma única instituição, por exemplo). Como forma de se ter uma lista mais sucinta, e mais representativa da área, optou-se por considerar aquelas mais significativas por sua presença em diferentes países, por seu caráter efetivamente inovador e por sua consistência conceitual (ainda que algumas vezes não explícita). Neste texto, não se tem por objetivo fazer uma apresentação extensa destas treze teorias, mas sim apresentar um panorama delas, de forma a se compor um quadro das perspectivas contemporâneas da ciência da informação que permita a identificação de uma ou mais tendências. As treze teorias são apresentadas a seguir.

2.1 ANÁLISE DE DOMÍNIO

A análise de domínio é uma área de pesquisa surgida, no campo da ciência da informação, a partir da publicação de um primeiro artigo de Hjorland e Albrechtsen (1995). Essa área tem como antecedente a ideia de "garantia literária" trabalhada na biblioteconomia, e se desenvolve a partir de um conceito central: "comunidades

discursivas". Este conceito designa coletivos ou grupos sociais que possuem determinadas formas (compartilhadas) de pensar, de se expressar e de conhecer a realidade. Aplicada ao campo da ciência da informação, a análise de domínio "permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa" (GUIMARÃES, 2014, p. 15) e, com isso, ver o que é importante em um dado campo, refletindo uma "construção social (um acordo intersubjetivo)" (GUIMARÃES, 2014, p. 16).

Tennis (2012) aponta que existem dois tipos de análise de domínio: a descritiva (utilizada pelos pesquisadores para desenvolverem suas pesquisas em seus respectivos campos) e a instrumental (utilizada pelos desenvolvedores de sistemas de informação e sistemas de recuperação da informação), sendo que os domínios se caracterizam por ter determinado escopo e alcance, além de um contexto próprio.

A contribuição fundamental da perspectiva da análise de domínio é a compreensão de que não é um sujeito, isolado, que tem necessidades, modos de buscar e usar a informação. "Necessidade de informação" é algo que surge coletivamente. É um grupo de pessoas que desenvolve determinados padrões de que tipo de situação ou atividade gera necessidade de informação, ou de que tipo se deve necessitar em cada contexto, e assim sucessivamente. É, enfim, um coletivo (e, no caso desta abordagem, um domínio, isto é, uma determinada área do conhecimento científico com objeto próprio, métodos próprios) que possui uma maneira de lidar com informação. Cabe ao pesquisador que desenvolve a análise de domínio detectar essas maneiras coletivas, que são públicas porque socialmente compartilhadas e vivenciadas pelos membros - isto é, porque os significados que atribuem aos processos são públicos. E ao profissional do campo da informação, cabe desenvolver serviços e sistemas de informação adaptados a esses padrões coletivos.

2.2 ALTMETRIA

Tradicionalmente, desde seus anos iniciais, a ciência da informação desenvolveu diversos estudos a partir da perspectiva das métricas, em uma área que recebeu diferentes designações (informetria, cientometria) e que tem como antecedente a bibliometria. No campo da ciência da informação, os estudos métricos privilegiaram a produção científica e sempre desenvolveram pesquisas buscando medir índices,

principalmente a partir de citações, com objetivo de avaliação - de instituições, de produtividade de autores e para ranqueamento de revistas, entre outros. Como aponta Gouveia (2013), tais estudos apresentaram, ao longo do tempo, algumas limitações, como a lentidão (própria da comunicação científica formal), o fato de haver textos influentes que ficam à margem dos estudos, a impossibilidade de medir o impacto da produção fora do ambiente acadêmico e o uso incorreto de determinados indicadores.

Assim, no contexto da *web* 2.0 e do consequente desenvolvimento da chamada cientometria 2.0, o campo dos estudos métricos buscou aproveitar a oportunidade e aprimorar o estudo das dinâmicas de citação, passando a considerar o contexto e o papel dos diferentes tipos de publicações e, principalmente, as diversas maneiras como pode se expressar o impacto da produção científica – por meio de medição de acessos, comentários, *links* e citações em redes sociais, que compõem "indicadores de interação social" (GOUVEIA, 2016).

A origem deste campo de aplicações se deu a partir de um manifesto (PRIEM; GROTH; TARABORELLI, 2000) em que a área é definida como o estudo da comunicação científica na *web* social, por meio da criação e do uso de indicadores de visualização, *download*, citações, reutilização, compartilhamento, etiquetagem e comentários (SOUZA, 2014). Há, em seu desenvolvimento, uma clara influência da proposta de estudo da "ciência em ação" de Latour, aliada a algumas ideias básicas da *web* social, como a autopublicação, a colaboração, a existência de dados em larga escala, a arquitetura da participação, a ideia de rede e a lógica de abertura (*open source*). A importância de seu desenvolvimento é o direcionamento da pesquisa no campo da informação não só para o ambiente formal da ciência, mas o estudo da ciência imersa na vida social, na dinamicidade da vida humana. O "impacto", portanto, é algo socialmente construído e se realiza efetivamente em contextos concretos de uso e da experiência humana.

2.3 CULTURA ORGANIZACIONAL

Na ciência da informação desenvolveu-se uma tradição de pesquisas voltadas para o ambiente das organizações, sobretudo as empresariais. Inicialmente, tais estudos receberam designações como gestão de recursos informacionais e gestão da informação, passando, nos anos 1990, a vigorar a denominação gestão da informação e do conhecimento. Mais recentemente, e em sintonia com os avanços verificados na área de

administração, começou a se destacar uma abordagem ligada à ideia de cultura organizacional. Essa noção designa o estudo do desenvolvimento dos fenômenos informacionais (necessidade, busca, compartilhamento, uso) nos níveis individual e coletivo nas organizações, buscando a articulação entre ambos por meio da identificação e análise da cultura que os permeiam (MELO; PRESSER; SANTOS, 2013). A origem deste campo na ciência da informação está vinculada ao trabalho de Davenport e Prusak em torno do estudo do aprendizado contínuo, do ambiente e do clima organizacionais enquanto proporcionadores de formas comuns de pensar e agir ou, em outros termos, padrões de valores "instituídos quanto ao tipo de comportamento, à ação e à necessidade de buscar a informação" (ALVES; DUARTE, 2014, p. 8).

Outras vezes, tal ideia desenvolve-se por meio da noção de cultura informacional, mantendo-se o mesmo significado: um conjunto de princípios, valores, crenças e ritos relacionados com a "construção, socialização, compartilhamento e uso de dados, informação e conhecimento no âmbito corporativo" (WOIDA; VALENTIM, 2006, p. 40). Trata-se, assim, do estudo da informação tendo como foco a cultura das organizações. Nessa mesma linha, uma perspectiva mais específica se desenvolveu, a de orientação informacional (MARCHAND; KETTINGER; ROLLINS, 2001), que, a partir do estudo da cultura organizacional, busca criar instrumentos para medir e otimizar a capacidade de uso da informação por parte das empresas.

A contribuição mais importante dessa abordagem, em relação ao conceito de informação, é a ideia de que, no ambiente organizacional e empresarial, o que existe não são apenas indivíduos isoladamente tomados, totalmente singulares e idiossincráticos em sua relação com os recursos informacionais, mas sim indivíduos que agem de maneira reciprocamente referenciada, que desenvolvem, em comum e nas atividades cotidianas, uma forma própria de lidar com a informação que é partilhada. Essa forma própria acaba por se constituir em algo do grupo, constitui uma "cultura". Tal contribuição, em grande medida, aproxima-se daquela da análise de domínio, embora esta esteja voltada para um domínio, isto é, uma disciplina científica, e aquela para os ambientes organizacionais.

2.4 CURADORIA DIGITAL

A curadoria digital é mais um campo de atividade profissional e institucional do que, propriamente, uma proposta teórica. Tem se desenvolvido, portanto, mais como um conjunto de práticas e recomendações do que como campo reflexivo. Contudo, a preocupação em estabelecer alguns princípios norteadores das ações de curadoria digital (mais do que apenas um conjunto de normas e procedimentos a serem seguidos) acabou por provocar também uma importante atividade reflexiva.

Pode-se definir a curadoria digital como a prática e o estudo dos processos de seleção, preservação, manutenção, coleção e arquivamento de dados digitais, com a consequente criação de repositórios e/ou plataformas digitais participativas. Sua origem está ligada à percepção da importância da certificação de confiabilidade, da obsolescência e da evolução dos formatos (com o risco de perda pelo desenvolvimento tecnológico e pela fragilidade das mídias digitais).

Uma aplicação mais específica deste campo tem se dado, na ciência da informação, em relação à atividade científica, buscando cobrir todo o espectro de atividades, da captura à validação e arquivamento, descoberta e reuso dos dados (SAYÃO; SALES, 2012). Dessa forma, pode ser compreendida como o "gerenciamento do objeto digital e inclui atividades que abrangem todo o ciclo de vida desse objeto" (SIEBRA *et al.*, 2015, p. 2), tendo sido desenvolvidos, para isto, alguns modelos de ciclo de vida dos dados digitais, como os de Yomaoka e Higgins. Outra definição de curadoria digital é aquela que se articula com todas as "ações de uso e preservação em relação ao meio digital que visam à reutilização de dados digitais autênticos e outros ativos digitais" (MACHADO; VIANNA, 2016, p. 2).

A contribuição mais relevante desta área é a sua preocupação com o todo, isto é, com a ligação e interdependência entre os vários aspectos, momentos e instâncias relacionados com a informação. Uma determinada ação relativa ao armazenamento impacta a coleta, a organização e as formas de acesso e disseminação, e assim sucessivamente. Há, na curadoria digital, e o próprio termo aponta para isso, uma preocupação especial, um "cuidado" (com a fragilidade dos dados, com a possibilidade de um melhor uso e reuso, etc.) que conduz a uma consideração mais sensível à globalidade dos processos e fenômenos.

2.5 FOLKSONOMIAS E INDEXAÇÃO SOCIAL

Folksonomias representam um novo conceito para a organização de recursos digitais na *web* (CATARINO; BAPTISTA, 2009). Trata-se da consideração da indexação livre, realizada pelos próprios usuários, no trabalho dos profissionais da informação, com o objetivo de proporcionar melhor recuperação da informação – trabalho este desenvolvido em ambiente aberto e de compartilhamento; portanto, de construção conjunta.

O termo folksonomia foi criado em 2005 por Vander Val para designar a etiquetagem dos recursos da *web* em ambiente social, feita pelos próprios usuários. Ele surgiu com a *web* 2.0 e sua proposta de uma arquitetura da participação e, no campo da ciência da informação, articulada a uma dinâmica descentralizada das ações de representação da informação.

Uma designação alternativa é a expressão indexação social, que se refere à dinâmica por meio da qual os próprios usuários fazem a descrição de um mesmo recurso, resultando numa descrição intersubjetiva, realizada por meio de contratos semânticos (GUEDES; MOURA; DIAS, 2011). Também aqui, busca-se considerar tal dinâmica para a construção de linguagens de interface para organizar e recuperar conteúdos em plataformas virtuais interativas, partindo das "ações de uso social da linguagem para representar conteúdos" (GRACIOSO, 2010, p. 140).

Tal abordagem, partindo de uma postura pragmaticista, compreende que o ato de classificar (ou etiquetar, classificar, representar etc.) não é apenas um ato técnico ou profissional, passível de ser automatizado por estar sujeito a leis e padrões universais. Tal como a altmetria, a indexação social constitui uma abordagem alternativa às perspectivas tradicionais da ciência da informação. No caso da altmetria, relativa às medições de citações e produção científica; no caso da indexação social, relativa aos processos de organização da informação. De certa forma, a própria designação mais recente do campo da representação, "organização do conhecimento", já sinaliza para essa ampliação de perspectiva. Com as folksonomias, passa-se a estudar como sujeitos comuns, em suas atividades cotidianas, chegam a consensos. Representação é algo socialmente construído; e é o uso feito pelas pessoas que cria os significados dos documentos.

2.6 ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO

Existem várias propostas e linhas de reflexão no âmbito das discussões sobre ética e informação – e a busca de uma possível ética informacional. Uma delas é a ética intercultural da informação, cujo foco está na "interseção entre os princípios globais e as particularidades locais" (SILVA, 2015, p. 6). Tal abordagem tem origem com a criação do *International Center for Information Ethics*, na Alemanha, em 2004, em torno de um questionamento fundamental: "informação para quem?", e buscou também discutir e problematizar questões informacionais debatidas no âmbito da *World Summit on the Information Society*, em suas distintas edições (CAPURRO, 2010).

Os eventos desta cúpula buscam promover debates entre países, governos, empresas e organizações diversas a respeito do vínculo entre informação e tecnologias digitais, verificando o impacto das tecnologias nas normas, nos princípios, nas estruturas e na própria conformação do *ethos* das sociedades contemporâneas. Nas edições de 2003 e de 2005, buscou-se o estabelecimento de valores comuns, tal como se procede em outras instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU), mas também analisar como as demandas informacionais em contexto digital são entendidas dentro das diferentes tradições culturais do planeta.

É nessa linha que se desenvolveu a ética intercultural da informação, voltada, conforme Capurro (2010), para o estudo de desafios como a questão da privacidade, da propriedade intelectual, do acesso livre, do direito à expressão e da identidade digital. Em parte, tal abordagem fundamenta-se no conceito de esfera pública de Habermas, em torno da ideia de que existem atores sociais distintos, com interesses manifestos e conduzidos por meio de argumentações racionais, que se encontram e negociam numa arena pública em disputa (IULIANELLI, 2016).

O impacto de tal abordagem no campo da ciência da informação aprofunda aquele trazido pelas reflexões de Wersig, ainda nos anos 1970, em torno da ideia de uma responsabilidade social da ciência da informação. Sua especificidade em torno da noção do "intercultural", contudo, avança na ideia de que a ética não é algo "universal", existente independente das épocas, dos lugares, das experiências concretas. É preciso discuti-la e analisá-la em cada lugar onde os fenômenos informacionais se manifestam, e a prática ética constitui, portanto, não apenas o cumprimento de determinados procedimentos profissionais, institucionais ou tecnológicos, mas também o constante

tensionamento entre esses procedimentos e as expectativas, mentalidades e valores dos diferentes povos e saberes.

2.7 NEODOCUMENTAÇÃO

O movimento intelectual conhecido como neodocumentação, como o próprio nome indica, busca revitalizar um outro movimento, que se deu nas dimensões institucional, profissional, técnica e teórica – o da documentação –, originado com Paul Otlet no começo do século XX e continuado por, entre outros, Suzanne Briet na França, López Yepes na Espanha e Bradford no mundo anglo-saxão.

A proposta da neodocumentação, desenvolvida no campo da ciência da informação por autores como Rayward e Frohmann, propõe a substituição do termo "informação", tal como usado na ciência da informação, para o termo "documento". Tal ideia é entendida não como um desvio, mas como um reenvio – informação é entendida, para tais autores, como o efeito ou derivação dos documentos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011). Para os autores vinculados a essa abordagem, ao abandonar o documento e centrar-se na informação, entendida como o "conteúdo objetivo" dos documentos, a ciência da informação divorciou-se das práticas sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais a informação é produzida. O "documento" traz as marcas de seu contexto, de quem o produziu, do suporte em que está inscrito, de suas dimensões e tamanho, de seus aspectos estéticos, entre outros. Ao se desconsiderar tudo isso, buscando apenas os "dados" ali contidos, a ciência da informação perdeu dimensões importantíssimas dos fenômenos informacionais. A neodocumentação busca, assim, uma certa reconciliação entre o estudo da informação e a vida social. Há aqui, como na altmetria e na folksonomia, uma clara dimensão pragmaticista, por meio, neste caso, da influência de Wittgenstein, para quem o significado só existe e emerge a partir do uso feito pelos sujeitos em suas ações concretas. Há, pois, um reencontro com as dimensões contextuais às quais o documento encontra-se vinculado e seu uso. Um documento possui as "marcas" de sua origem, e é a noção de "materialidade" que permite identificar essa ligação.

2.8 HUMANIDADES DIGITAIS

Humanidades digitais representa um amplo movimento, realizado em vários países em anos recentes, e que tem produzido impactos diferenciados nas disciplinas científicas. Em linhas gerais, ela tem por objetivo romper com a separação verificada, nas últimas décadas, entre as tecnologias digitais e as humanidades, buscando, justamente, conciliar os métodos das ciências humanas e sociais com as características, potencialidades e procedimentos do mundo digital. Recentemente, tem tido presença no campo da ciência da informação (PIMENTA, 2016).

Na ciência da informação, o principal diálogo com as humanidades digitais tem se dado no campo das discussões sobre preservação de patrimônios culturais nas sociedades contemporâneas, a promoção do acesso universal de forma democrática e o embasamento crítico para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico (ALMEIDA; DAMIAN, 2015). Consiste, pois, no planejamento, proposição e perspectivas de uso das tecnologias digitais a partir das preocupações típicas das humanidades.

Essa abordagem compreende o ciberespaço como um espaço de mediação de um conjunto de atividades e construção coletiva de repertórios culturais. Ao fazer isso, permite e potencializa uma compreensão das tecnologias não apenas nelas mesmas, em seus elementos componentes, recursos e operacionalizações, mas como dispositivos sociotécnicos, isto é, elementos articulados aos demais fazeres humanos. Por isso, é fundamental compreender seu impacto e as distintas possibilidades de seu uso.

2.9 ARQUEOLOGIA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A temática da "sociedade da informação" tornou-se uma constante nas décadas de 1960 e 1970 e consistiu, em certa medida, a fundamentação para o surgimento e o desenvolvimento da ciência da informação. Os autores que promoviam a noção buscaram, com seu uso, destacar um novo momento na história da humanidade, em que a informação (ou o conhecimento, ou a inovação, as ideias) desempenharia um papel fundamental como modo de produção, tornando-se mais importante ou central do que a indústria e a agricultura. Tal ideia legitimou a construção da ciência da informação, uma ciência voltada para o estudo dessa nova era e desse recurso tão importante, bem como

a elaboração de distintos projetos de "entrada" na sociedade da informação em distintos países, inclusive no Brasil.

Alguns pesquisadores, contudo, começaram a levantar questionamentos sobre o caráter de "novidade" desse fenômeno, bem como do discurso promocional envolvido em torno da noção. Tais autores desenvolveram uma verdadeira arqueologia da ideia de sociedade da informação. Um destes autores, Burke (2012), buscou demonstrar como, ao longo de sua história, a humanidade desenvolveu distintas formas de coletar, analisar, disseminar e usar a informação, relativizando parte do discurso em torno da sociedade da informação, que apresentava muitos processos como originais ou inéditos na história.

Outro autor, Mattelart (2002), realizou um trabalho de estudo da vinculação entre o discurso eufórico da sociedade da informação e processos e projetos de dominação na geopolítica planetária, de consolidação de hegemonias, por meio do conceito de ideologia. Nessa mesma linha, Day (2001) buscou analisar criticamente como se desenvolveu e que interesses se articularam no desenvolvimento da noção de sociedade da informação.

Tal abordagem intentou desmistificar o caráter deslumbrado do discurso da sociedade da informação, de inevitabilidade e universalidade, por meio do estudo da complexidade de fenômenos e desdobramentos em diferentes contextos, conforme a geopolítica internacional

2.10 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Uma das subáreas que sempre se desenvolveu com relativa autonomia na ciência da informação foi a dos estudos de usuários. Originários dos estudos de usuários de bibliotecas, tal perspectiva desenvolveu-se, inicialmente, como estudos de uso da informação (estabelecimento de perfis de públicos, levantamento de padrões de busca e uso para diagnóstico e avaliação de sistemas de informação), passando, a partir dos anos 1980, a ter como central a perspectiva do comportamento informacional. Diversos modelos foram elaborados nesta perspectiva. Em meados da década de 1990, a partir da iniciativa de um grupo de finlandeses (TUOMINEN; TALJA; SAVOLAINEN, 2002), uma outra abordagem começou a ser desenvolvida: os estudos em práticas informacionais.

Há, nesta abordagem, uma fundamentação na etnometodologia, a partir do conceito de "prática" em Garfinkel, isto é, o movimento por meio do qual os indivíduos agem no mundo, conformados pela cultura, e, ao mesmo tempo, constituem essa cultura que os influencia e a realidade em que atuam. Outra fundamentação vem de Bourdieu e seu conceito de *habitus*, o conjunto de predisposições que são interiorizadas pelos indivíduos no decorrer de suas ações e posicionamentos nos distintos campos de atividade humana. Inicialmente, tal abordagem focava-se em estudos de usuários na vida cotidiana, em oposição aos estudos tradicionais focados no ambiente científico, governamental e empresarial (SAVOLAINEN, 1995), mas depois passaram a se constituir numa perspectiva para todos os tipos de realidade empírica.

Estudos como o de McKenzie (2003), nessa linha, têm evidenciado a existência de uma comunidade de praticantes: a busca e a recuperação de informação são dimensões das práticas sociais que fazem parte das rotinas, sejam elas da vida cotidiana ou do mundo do trabalho. A pesquisadora também argumenta que as práticas informacionais são singulares e situacionais, não sendo regidas por leis e bastante sujeitas ao acaso.

Entre as contribuições dessa linha de investigação está a ideia de que não existe um mundo exterior, "lá fora", independente dos sujeitos e das suas ações. São os sujeitos que, em suas ações, criam e atualizam as regras e normas sociais. Além disso, tais estudos, na crítica à proposta do comportamento informacional, avançaram na compreensão da informação não como o preenchimento de uma lacuna cognitiva, nem um processo exclusivamente vivido da perspectiva individual. Os processos envolvidos com o uso da informação envolvem imaginação, apropriação, questionamentos, tensionamentos, e tais processos são vividos a partir de categorias construídas socialmente. Os sujeitos agem diante de outros, em ações correferenciadas, e tais ações se dão em ligação com os contextos concretos em que acontecem. Em certa medida, verifica-se algo parecido com o que foi desenvolvido na análise de domínio e nos estudos em cultura organizacional, mas aqui voltados para os mais distintos ambientes e circunstâncias.

2.11 REGIMES DE INFORMAÇÃO

Uma das perspectivas mais disseminadas no cenário contemporâneo da ciência da informação é a abordagem conhecida como regimes de informação. Tal abordagem

baseia-se na noção de "modo de produção" de Marx, aplicada ao campo da ciência da informação. Um regime de informação designa, assim, um modo informacional dominante em uma sociedade, isto é, quem são os sujeitos, as organizações, as regras, as autoridades, os recursos e as hierarquias que conformam um determinado regime, isto é, determinadas condições de existência de discursos e enunciações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Tal ideia vem sendo desenvolvida por, entre outros, Braman (2004) por meio da noção de cadeias de produção da informação na análise da circulação da informação em diferentes países e a formulação de políticas públicas no setor. Outro fundamento para a abordagem vem do conceito de "dispositivo" em Foucault, autor resgatado por Frohmann (2008) para a análise de por que determinados documentos existem e ganham "força e massa", inscrevendo-se em institucionalidades e gerando determinados efeitos e fatos na vida social.

Os autores ligados a essa linha de estudos analisaram, principalmente, as políticas de informação, não apenas em seus aspectos normativos ou operacionais, mas em sua imersão e inter-relação com as várias dimensões da vida humana – a social, a cultural, a econômica, a política, a regulatória, entre outras (FROHMANN, 1995). Conhecer a informação por meio do conceito de regimes de informação significa que não se deve estudá-la nela mesma, em seus componentes e elementos internos, mas sim compreendê-la como produto da interação entre os vários fatores que a tornam possível e que condicionam a sua existência.

2.12 MEMÓRIA

Memória é um tema ou conceito que sempre esteve presente, de alguma forma, no campo da ciência da informação. Nas últimas duas décadas, contudo, tem tido maior destaque, passando a designar áreas de investigação, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e grupos de trabalho em associações científicas. Esse movimento deu-se também com o progressivo abandono de uma perspectiva tecnicista da ideia de memória (ligada a processamento e recuperação da informação, a capacidades e potencialidades de computadores e redes) e sua problematização a partir de contribuições dos campos da história e da antropologia, entre outros (MURGUIA, 2010).

Nesse sentido, os fundamentos dessa nova aproximação entre os conceitos de informação e memória se encontram nos trabalhos de Nora (1993), que entende a memória como fenômeno vivido individualmente, mas articulado a suportes externos materiais (o conhecimento registrado), e Halbwachs (2003), para quem a memória individual está situada na encruzilhada das redes de solidariedade diversas nas quais todos estamos envolvidos.

De uma perspectiva individualista, ligada a uma capacidade humana, o entendimento da memória passou a ser visto dentro de um quadro da sua construção social, do seu papel na constituição da cultura e da própria realidade. Mais ainda, a maneira como os distintos indivíduos e grupos participam desse processo conduziu a uma compreensão da memória como um "campo de batalha", no qual os atores lutam pelo estabelecimento dos critérios a partir dos quais será decidido o que será, coletivamente, lembrado e esquecido, valorizado e desprezado. Estudos recentes têm se debruçado sobre as condições de produção (e o direito de participação nesta produção), de circulação (e a importância da pluralidade e da diversidade nesse processo) e de acesso (garantia de que seja o mais democrático possível) da informação na constituição da memória. Uma referência nessa linha é García Gutiérrez (2008) com sua proposta de criação de dois tipos de dispositivos: o operador complexo e o operador transcultural.

Aqui, também, vê-se uma crítica à ideia de informação como o preenchimento de uma lacuna dos indivíduos. Informação é entendida como o processo a partir do qual indivíduos valorizam determinados registros e, nesse processo, participam do processo de construção da memória, portanto da cultura e do real. Os serviços, produtos e sistemas de informação são estudados como atores na conformação de determinados quadros de sentido, modos de apreensão, interferências na valorização de determinadas fontes, documentos ou registros.

2.13 APROXIMAÇÕES COM ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Uma tendência que vem sendo desenvolvida na ciência da informação em anos recentes diz respeito ao argumento de que ela deveria fortalecer seu diálogo com as áreas de arquivologia, de biblioteconomia e de museologia. Não se trata, como as outras, de uma teoria ou um conjunto de ações e práticas, nem mesmo de um movimento intelectual unificado. Encontram-se aqui distintas iniciativas, sobretudo de âmbito

institucional. Uma delas é a de Bates (2012), que aproxima a ciência da informação dos conceitos de conhecimento, memória e patrimônio, a partir de uma ligação com, respectivamente, biblioteconomia, arquivologia e museologia. Silva e Ribeiro (2002) defendem, numa linha diferente, um outro tipo de aproximação a partir das categorias de "custodial" e "pós-custodial". Vivarelli (2015) propõe que arquivos, bibliotecas e museus devem ser parceiros por terem as mesmas finalidades em relação ao seu uso público e papel de promotores da cultura e espaço de construção da identidade.

Conforme Araújo (2014), é possível perceber uma sintonia entre as perspectivas teóricas mais recentes nas três áreas. A nova biblioteconomia, o conceito de mediação bibliotecária e a competência informacional na biblioteconomia; os conceitos de *archivalia* e *archivalization*, a arquivística integrada e a arquivística pós-moderna na arquivologia; a ideia do museal, a nova museologia e a museologia crítica na museologia possuem, todas, uma ideia comum: o estudo das maneiras pelas quais uma sociedade lida com o conhecimento que ela própria produz. Arquivos, bibliotecas e museus, seus fazeres e seus profissionais, são entendidos como mediações, interferências específicas realizadas no âmbito da dinâmica informacional mais ampla de uma sociedade.

Aproximar a ciência da informação destas três áreas é, assim, tentar compreender como uma cultura é produzida, reproduzida e modificada por meio das interferências destas instituições; é analisar a dinâmica dessas várias interferências, promovidas por atores institucionais ou não, nos distintos processos de criação, seleção, circulação e apropriação dos registros de conhecimento.

3 A DISCUSSÃO SOBRE OS PARADIGMAS

As treze teorias apresentadas acima vinculam-se a tradições de pesquisa muito distintas (os estudos em organização da informação, pesquisas métricas, estudos de usuários, gestão da informação, comunicação científica, entre outros). Elas também evidenciam o caráter dinâmico e plural da ciência da informação, que se dedica ao estudo de diferentes realidades empíricas (os fluxos de informação no planeta; os contextos organizacionais; a organização de documentos em bibliotecas, arquivos, bases de dados; a apropriação da informação no cotidiano; entre muitas outras) e, para tanto, aciona conceitos e métodos também distintos.

Seria possível, contudo, encontrar pontos comuns entre elas? Haveria uma ou mais tendências gerais verificáveis na ciência da informação? Para desenvolver essa análise, foi utilizado como quadro de referência a proposta de "paradigmas" da ciência da informação apresentada por Capurro.

Em 2003, durante o Enancib, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, houve uma conferência de abertura promovida por Rafael Capurro, então professor da Universidade de Stuttgart. Nela, ele apresentou aqueles que seriam os três principais modelos de estudo da informação desenvolvidos pela ciência da informação (CAPURRO, 2003). Essa ideia, seja pela sua importância institucional (foi a conferência magna do principal evento da área no país), pela sua qualidade intelectual (a fundamentação consistente da argumentação) ou pela sua clareza didática e esquemática, tornou-se uma referência importante para os pesquisadores brasileiros. Gerou-se, a partir dali, certo consenso sobre o que é a área, sobre sua evolução, que passou a refletir-se na produção científica e, também, no ensino (trata-se de um artigo presente em programas de disciplinas de fundamentos da ciência da informação em cursos de graduação e pós-graduação e em editais de seleção para mestrados em ciência da informação).

Na verdade, a sistematização proposta por Capurro não era exatamente nova ou totalmente original. Antes e depois dele, outros apresentaram sistematizações razoavelmente semelhantes. O próprio Capurro apresentou uma em 1991, e depois disso autores de proveniências institucionais distintas, como Rendón Rojas (México), Saracevic (Estados Unidos), Ørom (Dinamarca), Fernández Molina e Moya Anegón (Espanha), Silva e Ribeiro (Portugal) e Salaün e Arsenault (Canadá), apresentaram outras sistematizações (ARAÚJO, 2014). Todos estes autores, embora usando termos diferentes, identificaram três grandes conceitos ou modelos de estudo da informação.

Na obra de todos eles, ressalta-se a ideia de que houve uma primeira forma de estudo da informação ("física", como fenômeno "objetivo", como "sinal", como algo no nível "sintático"), em que ela era entendida como algo existente em si mesmo, independente dos sujeitos e dos contextos, como um "dado", dotado de propriedades e características passíveis de serem medidos e explicados a partir da formulação de leis. Em suas argumentações sobre esse primeiro modelo, os autores vinculam "informação" a noções como sinal, emissor, receptor, transporte, transferência, sistema, recuperação, probabilidade, precisão, revocação, mensagem. Esse modelo, conforme os autores, teria

ARTIGO

"origem" naquele que é o evento também identificado, muitas vezes, como originário do próprio campo: as *Conferences on Training Science Information Specialists*, ocorridas no *Georgia Institute of Technology*, em 1961 e 1962. Seus fundamentos teóricos básicos estão expressos no artigo *As We May Thing*, de Vannevar Bush, publicado em 1945; no livro *The mathematical theory of communication*, de Shannon e Weaver, publicado em 1949; e no artigo *Information Science: what is it?*, de Borko, publicado em 1968. Quadros de referência fundamentais em sua construção foram as teorias do comportamentalismo e da teoria sistêmica, hegemônicos no período da gestação do projeto da ciência da informação.

Também em todos os autores mencionados acima há a ideia de que surgiu uma segunda maneira de se estudar a informação (como algo "cognitivo", "semântico", "subjetivo"), em que passou a se considerar a articulação entre os dados (os elementos presentes da realidade independente dos sujeitos) e o conhecimento (aquilo que os indivíduos sabem ou conhecem), sendo a informação a medida da alteração deste estado de conhecimento, ou, em outros termos, o produto da interação entre os dados e o conhecimento, no âmbito do indivíduo. Ao apresentarem essa perspectiva de estudos, os autores aproximam o conceito de "informação" ao de dado, conhecimento, processamento, indivíduo, pessoa, lacuna, preenchimento, modificação, alteração, significado. Esse modelo tem como marco de referência a *The Copenhagen Conference Theory and Application of Information Research*, ocorrida em 1977, e se expressou teoricamente em quatro artigos sobre *Foundations of Information Science*, publicados por Brookes no início dos anos 1980, nos quais o autor apresenta a sua "equação fundamental" da ciência da informação – e no qual a informação é compreendida como a medida da alteração da estrutura de conhecimento de um indivíduo. A inspiração filosófica dessa abordagem é a teoria do conhecimento objetivo de Popper.

Mais uma vez, em todos os autores mencionados há a ideia de um terceiro modelo, que em alguns aparece como uma tendência ainda em construção, em outros já se encontra mais estabelecida. Termos como "pragmática", "intersubjetivo", "sociocultural" são usados para descrevê-la, apontando que informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social. Nessas descrições, "informação" aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico. O marco de referência da construção dessa perspectiva é o *I CoLIS – International Conference on*

Conceptions of Library and Information Science, que ocorreu na Finlândia, em 1991, e teria marcado uma "virada sociológica" na ciência da informação (CRONIN, 2008). Antecedentes desse modelo são, no campo da ciência da informação, a epistemologia social proposta por Shera nos anos 1960 e, de fora da área, as teorias da construção social da realidade de Berger e Luckmann e o movimento da viragem linguística, promovido por pragmaticistas como Wittgenstein.

Essas sistematizações da ciência da informação a partir de três modelos ou formas de estudo podem ser utilizadas como parâmetro para a caracterização das teorias e perspectivas que compõem a ciência da informação. Assim, decidiu-se realizar, como trabalho de pesquisa, a busca, nas treze teorias identificas, de como se manifesta(m) o(s) conceito(s) de informação a partir do quadro de referência dos três modelos.

4 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO NAS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Após a breve apresentação das treze teorias e dos três paradigmas, pode-se perceber que existem certas tensões em relação à maneira como a informação é compreendida. Algumas dessas teorias são construídas justamente na oposição a outras teorias ou modelos, já consolidados no campo, apresentando-se como formas alternativas de compreensão dos fenômenos informacionais.

A análise dos conceitos mobilizados pelas treze teorias, dos temas propostos e formas de estudo, permite evidenciar pelo menos cinco dimensões dos fenômenos informacionais: sua natureza como dado ou construção; como algo individual ou coletivo; como acúmulo de dados ou interferência e apropriação; como algo técnico ou inserido na vida cotidiana; como fenômeno isolado ou inserido em um dinâmica mais ampla. Cada um deles é analisado a seguir:

a) Em alguns casos, a informação é entendida como algo objetivo, físico, fixo, pronto, um "dado" da realidade. Em outros, ela é vista como algo construído, um fenômeno dependente de um sujeito, relacionado a dinâmicas de significação e valoração. Nas treze teorias analisadas, predomina o segundo entendimento, o que as aproxima do paradigma social.

ARTIGO

b) Em certos casos, a informação é vista como algo individual, ligado a pessoas tomadas como entes isolados (e somente em sua dimensão de seres cognoscentes), enquanto em outras é tomada como fenômeno cultural, de natureza intersubjetiva, isto é, como construção por meio da ação reciprocamente referenciada dos atores sociais. Nas treze teorias analisadas, também se destaca a segunda ideia – e que está ligada ao paradigma social.
c) Além disso, a relação das pessoas com os registros de conhecimento é vista, em alguns casos, como um acúmulo, um somatório de conhecimentos, envolvido com o processamento da informação. Em outros casos, analisa-se a interferência dos sujeitos, os processos de acomodação e assimilação que se instauram em sua relação com o real, o uso da imaginação, os processos de apropriação. Também aqui é possível perceber que a segunda explicação, ligada ao paradigma social, predomina nas teorias analisadas.
d) Ainda, em alguns casos, a informação é estudada como algo técnico, formal, inscrito na dinâmica da ciência, do ambiente empresarial ou laboral, tomados isoladamente, sendo o processamento da informação passível de ser automatizado, estando os fenômenos informacionais sujeitos a leis. Em outros casos, a informação é vista como algo presente na vida cotidiana, ligado à ação dos sujeitos, fenômeno singular, portanto da ordem da contingência, e com caráter pragmático. Mais uma vez, percebe-se o predomínio do segundo entendimento, também este ligado ao paradigma social.
e) Por fim, a informação é vista, em certos estudos, como um sistema isolado, analisada em seus elementos internos, suas partes constitutivas, sem referência ao contexto em que se inscreve. Em outras, como um fenômeno que não existe em si mesmo, mas sim um aspecto de relações mais amplas, inscrito numa dinâmica maior (numa lógica, portanto, de maior complexidade em busca da globalidade do fenômeno). É essa segunda forma de compreensão que predomina nas treze teorias, e ela também está vinculada ao paradigma social.

Analisando, pois, as treze perspectivas contemporâneas, é possível identificar claramente aspectos dos modelos físico e cognitivo que são questionados, isto é, construções conceituais que evidenciam que o poder explicativo dos modelos físico e

cognitivo mostra-se limitado. A informação tem claramente uma dimensão objetiva, que pode ser identificada, e envolve sim um transporte, uma transferência de algo de um sujeito para outro (e, portanto, informação tem sim a ver com sinal, emissor, receptor, sistema, recuperação). A informação envolve também uma alteração do estado cognitivo de uma pessoa, a transformação de dados em conhecimento (e então informação tem relação com conceitos como dado, conhecimento, lacuna, pessoa, preenchimento, necessidade, busca, uso).

Embora as teorias atuais enxerguem esses elementos, elas não os priorizam. Pelo contrário, constroem-se na crítica à limitação que consiste em estudar apenas essas dimensões. Nesse sentido, as treze teorias demonstram que informação também é algo mais amplo e complexo do que o que é expresso em suas dimensões física e cognitiva – ela existe em dimensões que estão além da dimensão propriamente operacional e mecânica. Trata-se, como vem sendo apontado e de fato exercido pelas treze tendências apresentadas, de um processo no qual as identidades dos sujeitos são construídas, e a cultura é constituída a partir de ações de criação e apropriação dos registros de conhecimento (documentos) pelos sujeitos agindo de forma reciprocamente referenciada na construção dos saberes. Informação se relaciona, portanto, com conceitos como cultura, memória, apropriação, mediação, documento, saberes. As treze teorias atuais demonstram que há uma clara tendência intelectual no campo da ciência da informação, sem que as dimensões física e cognitiva, priorizadas em outras maneiras de se pensar a informação (os dois primeiros paradigmas), tenham deixado de existir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um texto muito conhecido sobre o conceito de informação, Capurro e Hjorland (2007) perguntam que diferença faz se usamos um ou outro conceito de informação. Sabemos que os conceitos são criações do pesquisador, eles não existem "ali, na realidade". O que temos diante de nós são fatos, fenômenos como, por exemplo, pessoas indo à biblioteca, políticas de preservação de documentos sendo formuladas, processos de digitalização ocorrendo, comunidades interagindo por redes sociais, públicos visitando museus, audiências acompanhando a televisão, aulas ocorrendo por videoconferência, pessoas acessando motores de busca etc. O empírico está lá – o que muda é nossa forma de compreendê-lo. Cada um desses processos pode ser analisado

em termos de transferência de dados, de alteração de estados de conhecimento ou de construção coletiva de saberes e identidades.

A análise das treze teorias realizada neste texto demonstrou que a ciência da informação tem caminhado para a consolidação de perspectivas calcadas em aspectos do chamado paradigma social. Isso evidencia uma tendência, que é também um olhar mais atento à complexidade dos fenômenos, ao inter-relacionamento de seus elementos e dimensões, bem como aos novos aspectos das realidades empíricas que demandam novos modelos explicativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; DAMIAN, I. P. M. Humanidades digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2999/1046>. Acesso em: 01 set. 2017.

ALVES, C. A.; DUARTE, E. N. Cultura e informação: uma interface complexa e definidora na vida das organizações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 2-20, jul. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/275>. Acesso em: 01 set. 2017.

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BATES, M. The information professions: knowledge, memory, heritage. *In*: ASSOCIATION FOR LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE EDUCATION CONFERENCE, 1., 2012. **Anais...** Dallas: Association for Library and Information Science Education, 2012.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, S. (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II**: da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAPURRO, R. Desafíos téoricos y prácticos de la ética intercultural de la información. *In*: FREIRE, G. H. A. (Org.). **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 11-51. Disponível em: <http://ru.ffyl.unam.mx/bitstream/handle/10391/1328/teaching%20information%20ethics.pdf;jsessionid=274E938415F797ADF4E6BAF74E94A469?sequence=1>. Acesso em: 01 set. 2017.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da web. **Informação & Informação**, v. 14, n. esp., p. 46-67, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7944>. Acesso em: 01 set. 2017.

CRONIN, B. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 465-475, 2008. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0993/0bc077be4751498db22ed7fd74aa33297e30.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

DAY, R. E. **The modern invention of information**: discourse, history and power. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. G. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. **Anais...** Edmonton: Canadian Association for Information Science, 1995.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Outra memória é possível**: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A documentação e o neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 23-36.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 31 ago. 2017.

GOUVEIA, F. C. Altmetria institucional: uma análise dos trabalhos publicados na PLoS ONE pela Fundação Oswaldo Cruz. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2016. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3720/2539>. Acesso em: 31 ago. 2017.

GOUVEIA, F. C. Altmetria: métricas de produção científica para além das citações. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 1, p. 214-227, maio 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3434/3004>. Acesso em: 31 ago. 2017.

GRACIOSO, L. S. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 138-158, jul. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42310>. Acesso em: 01 set. 2017.

GUEDES, R. M.; MOURA, M. A.; DIAS, E. J. W. Indexação Social e Pensamento Dialógico: reflexões teóricas. **Informação & Informação**, v. 16, n. 3, p. 40-59, dez. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10477>. Acesso em: 01 set. 2017.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, jun. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415/1593>. Acesso em: 31 ago. 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

IULIANELLI, J. A. S. Contribuições habermasianas para uma ética intercultural da informação: aproximações. **LOGEION**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 29-41, set. 2016/mar. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3006>. Acesso em: 01 set. 2017.

MACHADO, K. C.; VIANNA, W. B. Curadoria digital e ciência da informação: correlações conceituais relevantes para apropriação da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3867/2452>. Acesso em: 01 set. 2017.

MARCHAND, D. A.; KETTINGER, W.; ROLLINS, J. D. **Information orientation**: the link to business performance. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

McKENZIE, P. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, v. 59. n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em: <http://publish.uwo.ca/~pmckenzi/McKenzie_J.Doc_2003.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

MELO, W. L.; PRESSER, N. H.; SANTOS, R. N. M. Cultura organizacional e ciência da informação: a percepção da ocorrência da temática na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/view/4006/3129>. Acesso em: 31 ago. 2017.

MURGUIA, E. I. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PIMENTA, R. M. Os objetos técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades Digitais: um caso para a Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 20-33, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/20>. Acesso em: 01 set. 2017.

PRIEM, J.; GROTH, P.; TARABORELLI, D. **Altmetrics**: a manifesto. Disponível em: <http://altmetrics.org/manifesto>. Acesso em: 31 ago. 2017.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeing in the context of way of life. **Library and Information Science Research**, n. 17, p. 259-294, 1995.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224>. Acesso em: 01 set. 2017.

SIEBRA, S. A. *et al*. Curadoria digital: além da questão da preservação digital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2013. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/40505>. Acesso em: 01 set. 2017.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das "ciências" documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, J. L. C. Informação e ética: entre o universalismo e relativismo e/ou da ética alteritária da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2015. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2916/988>. Acesso em: 01 set. 2017.

SOUZA, I. V. P. **Altmetria**: métricas alternativas do impacto da comunicação científica. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/2811>. Acesso em: 04 nov. 2017.

TENNIS, J. T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante à sua forma, função e gênero? **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 6, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000013187/308a95f6680faf537e3f731b4100f11e>. Acesso em: 31 ago. 2017.

TUOMINEN, K.; TALJA, S.; SAVOLAINEN, R. Discourse, cognition and reality: toward a social constructionist metatheory for library and information science. *In*: BRUCE, H. *et al*. (Org.). **Emerging frameworks and methods**. Greenwood Village: Libraries Unlimited, 2002. p. 271-283.

VIVARELLI, M. Il racconto dell'architettura: Biblioteche, musei, archivi nella recente esperienza francese in un dossier del "Bulletin des bibliothèques de France". **Biblioteche Oggi**, v. 33, p. 55-63, abr. 2015.

WOIDA, L. M.; VALENTIM, M. L. P. Cultura organizacional/cultura informacional: a base do processo de inteligência competitiva organizacional. *In*: VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: Fundepe, 2006. p. 25-44.

SOBRE O AUTOR

Carlos Alberto Ávila Araújo
Professor associado da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Pós-doutor pela Universidade do Porto.
E-mail: casalavila@yahoo.com.br

Recebido em: 01/09/2017; **Revisado em:** 04/11/2017; **Aceito em:** 16/11/2017.

Como citar este artigo

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teorias e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 9-34, jul./dez. 2017.

Inf. Pauta | Fortaleza, CE | v. 2 | n. 2 | jul./dez. 2017

ARTIGO

FRENTE DE PESQUISA DE TÍTULOS DE LIVROS: UM ESTUDO APLICADO AO CAMPO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

RESEARCH FRONT OF TITLES OF BOOKS: A STUDY APPLIED TO THE FIELD OF INDIGENOUS EDUCATION

Alexandre Masson Maroldi
UNIR
Luis Fernando Maia Lima
UNIR
Carlos Roberto Massao Hayashi
UFSCAR
Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi
UFSCAR

RESUMO

Derek de Solla Price pode ser considerado um dos mais importantes pesquisadores dos estudos métricos. Entre suas inúmeras contribuições ao campo da cientometria, destaca-se o conceito de frente de pesquisa, que é composto pelo conjunto de autores mais citados em um determinado campo do conhecimento. O objetivo desse trabalho é, a partir da ideia original de Price, identificar a frente de pesquisa de títulos de livros e a de autores citados em teses e dissertações defendidas entre 2001 e 2016 no campo de pesquisa da Educação Indígena. Os resultados apontaram que o livro de Clifford Geertz, A Interpretação das Culturas, é o título mais citado, enquanto que o autor Paulo Freire lidera a frente de pesquisa da literatura citada. Os resultados dessas duas frentes de pesquisa demonstram que ambos os cálculos são complementares e permitem compreender melhor a configuração da literatura científica que embasa as pesquisas no subcampo da Educação Indígena.

Palavras-chave: *Frente de pesquisa. Análise de citações. Bibliometria.*

ABSTRACT

Derek de Solla Price can be considered one of the most important researchers of the metric studies. Among his many contributions to the scientometrics field, the research front concept is composed of the most cited authors in a given field of knowledge. The objective of this work is, based on the original idea of Price, to identify the research front of books and authors quoted in theses and dissertations defended between 2001 and 2016 in the field of research of Indigenous Education. The results pointed out that Clifford Geertz's book, *The Interpretation of Cultures* is the most cited title, while author Paulo Freire leads the research front of the cited literature. These results from these two research fronts demonstrate that both calculations are complementary and allow a better understanding of the configuration of the scientific literature that bases the research in the subfield of indigenous education.

Keywords: *Research front. Citations analysis. Bibliometric.*

1 INTRODUÇÃO

Pioneiro nos estudos bibliométricos, Derek de Solla Price (1922-1983) é reconhecido como o fundador da cientometria, conforme atestam Merton e Garfield (1986, p. vii) no prefácio de sua obra *Little Science, Big Science... and beyond* (1986): "[...] não podemos duvidar que com este livro e os documentos que lhe seguiram – nove deles incluídos nessa edição – que Derek de Solla Price ocupa o lugar de pai da cientometria". Para Kochen (1984, p. 148), a liderança intelectual exercida por Price "reside no poder de novos conceitos que ele deixou, na elegância exemplar de seus métodos e no seu estilo inconfundível de falar e escrever".

Indubitavelmente, os diversos processos e estruturas que se conectam à dinâmica da ciência e da literatura científica foram escrutinidos nos inúmeros estudos de Price (1963, 1965, 1971, 1974, 1976, 1986). Em LSBS – acrônimo inglês que remete ao título de sua obra *Little Science, Big Sci*ence – Price (1963) descreveu a transição da "*little science*" praticada na Europa por 300 anos para a "*big science*" da década de 1950. Também argumentou que é possível uma ciência da ciência; que o crescimento da ciência é exponencial e pode ser modelado por uma curva logística, e que o ponto de saturação da ciência seria alcançado simultaneamente por todas as nações. Baseando-se em dados de produtividade dos autores, sustentou que a "boa" ciência não cresce tão rápido quanto à ciência em geral. Sustentou ainda que as citações podem ser usadas para avaliar a qualidade do trabalho dos cientistas e chamou atenção sobre as implicações políticas do custo da ciência e das responsabilidades dos cientistas.

Em suas demais obras, Price aperfeiçoou esses conceitos e formulou modelos matemáticos para medir e explicar o princípio da vantagem cumulativa (1976), o elitismo na ciência (1971), os colégios invisíveis (1966), a obsolescência da literatura e a frente de pesquisa em diferentes campos científicos (1965).

No estudo da produção científica de pesquisadores, Price recorreu às contribuições iniciais de Alfred Lotka, que, em 1926, sugeriu matematicamente que a produção científica segue a denominada lei da potência quadrada inversa, quer dizer, o número de cientistas que contribui com "n" artigos é proporcional a "$1/n^2$". A partir disso, Price propôs a Lei do Elitismo, obtida por meio de uma expressão matemática em que n representa o número total de contribuintes numa disciplina e o cálculo da $\sqrt{n}$ permite identificar a elite da área estudada. Por meio dessa fórmula, o número de autores

prolíficos equivale à raiz quadrada do total de autores que se destacam em qualquer campo ou subcampo da ciência. Esses autores são aqueles que compõem a chamada frente de pesquisa de uma área de conhecimento.

De acordo com Price (1965), os artigos estavam unidos por padrões de referências de partes específicas da literatura anterior existente, e essa nova camada de conhecimento constituía o que ele chamou de "frente de pesquisa", isto é, os artigos mais citados da literatura recente. Em suas palavras:

> A frente de pesquisa total da ciência nunca foi, no entanto, uma única camada. Em vez disso, é dividida por segmentos e tiras bastante pequenas. A partir de um estudo das citações de revistas cheguei à conclusão de que a maioria dessas tiras corresponde ao trabalho de, no máximo, algumas centenas de homens em qualquer momento. Essas tiras representam assuntos definidos objetivamente cuja descrição pode variar materialmente de ano para ano, mas que permanecem de outra forma um todo intelectual. Se alguém pudesse resolver a natureza dessas tiras, isso poderia levar a um método para delinear a topografia da literatura científica atual. (PRICE, 1965, p. 515).

Baseado nos estudos de Persson (1974), Garfield (1994), Morris *et al.* (2003) e do próprio Price (1965), Aström (2007, p. 947) argumenta que "a maioria das definições de frente de pesquisa é explicada como fazendo parte de artigos agrupados por acoplamento bibliográfico e de suas relações com os documentos citados reunidos por análise de cocitação". Por sua vez, Persson (1994, p. 31) esclarece que "em termos bibliométricos, os artigos citantes formam a frente de pesquisa, e os artigos citados constituem a base intelectual" de um campo de conhecimento.

Nesse contexto, na literatura científica publicada em periódicos científicos brasileiros (BRAGA, 1973; CARVALHO, 1975; CARVALHO, 1976; CRISTÓVÃO, 1979; RODRIGUES, 1982; SILVEIRA; BAZI, 2008; URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, 2003, 2009; MARTINS; LIMA, 2013; SILVA; PINHEIRO; REINHEIMER, 2013; ANDRADE; JUNG, 2013) e internacionais (PERSSON; 1994; ASTRÖM, 2007; LUCIO-ARIAS; LEYDESDORFF, 2009; MILOJEVIC, 2012; HU *et al.*, 2014; FU *et al.*, 2017), vários estudos foram realizados para detectar a elite e frente de pesquisa de autores e periódicos nas mais diversas áreas do conhecimento. Todavia, esses trabalhos de frente de pesquisa foram realizados a partir de citações oriundas de periódicos científicos, diferentemente da presente proposta apresentada neste estudo, que tomou como unidade de análise títulos de livros citados em teses e dissertações.

Neste artigo, retomamos esse conceito de frente de pesquisa conforme formulado por Price (1965, 1971) para aplicá-lo a um subcampo de conhecimento específico: o da Educação Indígena. Contudo, apesar de Price ter proposto o cálculo da frente de pesquisa a partir dos autores citados em artigos científicos, o estudo aqui apresentado propõe o cálculo da frente de pesquisa de autores e de títulos de livros citados visando verificar as semelhanças e diferenças entre os resultados obtidos.

A motivação para essa proposta advém da importância dos livros enquanto um dos documentos mais relevantes para a área de Ciências Humanas, conforme atestam os estudos de Velho (1997) e Meadows (1999). Em reforço a esse argumento, Fiorin (2007, p. 272) corrobora afirmando que:

> Nas Ciências Humanas e Sociais, embora os *papers* tenham relevância, o que de mais significativo se produz é veiculado por meio de livros, que apresentam uma reflexão de maior fôlego, mais amadurecida. Por isso, livros e capítulos de livros têm relevo igual ou maior do que artigos publicados em periódicos especializados. Observe-se, por exemplo, o papel que tiveram obras como Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; Formação da literatura brasileira, de Antônio Candido; Casagrande e senzala, de Gilberto Freyre e tantos outros. Para não citar apenas os antigos, pense-se na monumental Gramática de usos do Português, de Maria Helena de Moura Neves.

Ou seja, ainda que o livro atualmente tenha uma menor circulação na comunidade científica, várias áreas do conhecimento permanecem citando esse relevante tipo documental em seus trabalhos, sugerindo o desenvolvimento de mais estudos bibliométricos sobre a literatura científica consolidada em livros e capítulos de livros. Por sua vez, a motivação para investigar a frente de pesquisa da Educação Indígena deve-se ao fato de que, nas áreas de Educação e Antropologia, este é um importante campo de conhecimento na pesquisa acadêmica (GRUPIONI, 2008) com produção científica relevante (MAROLDI *et al.*, 2017).

Os procedimentos metodológicos, os resultados obtidos e as conclusões são expostos nos próximos tópicos deste artigo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As fontes de dados para a coleta das citações de livros foram as teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Essa base de dados foi

selecionada por reunir em um só portal as teses e dissertações defendidas em todo o país e por brasileiros no exterior. A escolha pelas citações em teses e dissertações partiu do pressuposto de que esses documentos originais são primordiais para compreender a evolução e as tendências de estudos de um determinado campo científico.

Para coleta de dados da pesquisa na BDTD, realizada em dezembro de 2016, foram escolhidas as expressões de busca "educação indígena" e "educação escolar indígena". No total, foram recuperados 99 trabalhos de pós-graduação defendidos na área de Educação, isto é, dissertações de mestrado acadêmico (n=65), dissertações de mestrado profissional (n=1) e teses de doutorado (n=33). Os 99 trabalhos correspondem ao período de 2001 a 2016 e geraram um total de 3.313 citações, reunindo 1.421 autores e 1.986 títulos de livros citados. Foram excluídas do *corpus* da pesquisa as citações de livros organizados em forma de coletâneas de textos.

Na sequência, foi elaborada uma planilha com o auxílio do *software Excel* para registro das citações de livros extraídas das teses e dissertações sobre educação indígena. Em seguida, os dados foram modelados visando eliminar inconsistências, tais como os registros repetidos e a padronização dos nomes dos autores e dos títulos dos livros, pois houve casos em que a mesma obra foi registrada nas referências com títulos diferentes. Após esse procedimento, o *corpus* da pesquisa foi constituído por 1.986 títulos de livros.

Em seguida, procedeu-se ao cálculo da frente de pesquisa de títulos de livros e da frente de pesquisa de autores, e os resultados obtidos são expostos nos próximos tópicos.

3 A FRENTE DE PESQUISA DE TÍTULOS DE LIVROS

Aplicando a fórmula de Price para o cálculo da frente de pesquisa dos títulos dos livros, tem-se que a $\sqrt{1.986} = 44,56$, onde: 1.986 é o número total de títulos citados e 44,56 correspondem à quantidade de títulos de livros que compõem a frente de pesquisa em educação indígena. Como o valor da raiz quadrada não resultou em um número inteiro (n=44,56), optou-se por arredondar esse valor para cima, ou seja, a frente de pesquisa foi composta por 45 títulos de livros.

Contudo, observou-se que 12 títulos de livros receberam a mesma quantidade (n=7) de citações e, caso optássemos apenas pelos 45 títulos, três deles ficariam de fora. Desse modo, optou-se por incluir esses três títulos, de modo que a frente de pesquisa foi constituída por 48 títulos de livros que receberam entre 30 e 7 citações. No entanto, é

ARTIGO

válido observar que são 36 os autores desses títulos de livros, pois um mesmo autor teve mais de uma obra citada.

A tabela 1 apresenta esses títulos por autores, área de conhecimento e total de citações recebidas.

Tabela 1 – Frente de pesquisa dos títulos de livros por área de conhecimento.

Títulos das obras	Autores	Área de Conhecimento	Total de citações
1. A interpretação das culturas	Clifford Geertz	Antropologia	30
2. Educação indígena e alfabetização	Bartomeu Meliá	Antropologia	29
3. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno	Darcy Ribeiro	Antropologia	24
4. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa	Paulo Freire	Educação	20
5. Pedagogia do oprimido	Paulo Freire	Educação	18
6. A identidade cultural na pós-modernidade	Stuart Hall	Sociologia	17
7. Cultura: um conceito antropológico	Roque de Barros Laraia	Antropologia	17
8. Aspectos fundamentais da cultura Guarani	Egon Schaden	Antropologia	16
9. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade	Néstor Garcia Canclini	Antropologia	15
10. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa	Clifford Geertz	Antropologia	15
11. Educação como prática da liberdade	Paulo Freire	Educação	14
12. Etnografia da prática escolar	Marli Elisa D. A. de André	Educação	13
13. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia	Eduardo Viveiros de Castro	Antropologia	12
14. A invenção do cotidiano	Michel de Certeau	História	12
15. Pesquisas em Educação: abordagens qualitativas	Menga Lüdke; Marli Elisa D. A. André	Educação	12
16. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil	Antonio Carlos de Souza Lima	Antropologia	12
17. Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo	Tomaz Tadeu da Silva	Educação	11
18. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido	Paulo Freire	Educação	11
19. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam	Paulo Freire	Educação	10
20. História dos índios no Brasil	Manuela Carneiro da Cunha	Antropologia	10
21. O local da cultura	Homi K. Bhabha	Literatura	10
22. Pela mão de Alice: o saber social e política na pós modernidade	Boaventura de Sousa Santos	Sociologia	10
23. A desordem: elogio ao movimento	Georges Balandier	Antropologia	9
24. Índios do Brasil	Júlio Cezar Melatti	Antropologia	9
25. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência	Boaventura de Sousa Santos	Sociologia	8
26. Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad	Néstor García Canclini	Antropologia	8
27. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar	Jean-Claude Forquin	Educação	8

28. Escola Indígena: palco das diferenças	Adir Casaro Nascimento	Educação	8
29. Introdução a pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação	Augusto Nibaldo Silva Triviños	Educação	8
30. Investigação qualitativa em educação	Robert Bogdan, Sari Biklen	Educação	8
31. Multiculturalismo crítico	Peter Mclaren	Antropologia	8
32. No fundo das aparências	Michel Maffesoli	Sociologia	8
33. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde	Maria Cecilia Minayo	Sociologia	8
34. O que é educação	Carlos Rodrigues Brandão	Antropologia	8
35. Pedagogia da indignação, cartas pedagógicas e outros escritos	Paulo Freire	Educação	8
36. Relativizando: uma introdução a antropologia social	Roberto DaMatta	Antropologia	8
37. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino	Pierre Bourdieu	Sociologia	7
38. A sociedade contra o estado: pesquisa de antropologia política	Pierre Clastres	Antropologia	7
39. Conscientização: teoria e pratica da libertação	Paulo Freire	Educação	7
40. Da diáspora: identidades e mediações culturais	Stuart Hall	Sociologia	7
41. Educação e sociedades tribais	Silvio Coelho dos Santos	Antropologia	7
42. Identidade, etnia e estrutura social	Roberto Cardoso de Oliveira	Antropologia	7
43. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura	Walter Benjamin	Filosofia	7
44. Marxismo e filosofia da Linguagem	Mikhail Bakhtin	Filosofia	7
45. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas	Fredrik Barth	Antropologia	7
46. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil	Darcy Ribeiro	Antropologia	7
47. O Índio e o mundo dos brancos	Roberto Cardoso de Oliveira	Antropologia	7
48. Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência	Mércio Pereira Gomes	Antropologia	7
Total			**536**

Fonte: Elaborada pelos autores.

É válido observar que, na tabela 1, foram excluídas as citações de títulos de livros que receberam entre uma até seis citações e que não compuseram a frente de pesquisa.

Encabeça a lista de livros mais citados *A interpretação das culturas*, de Clifford Geertz (n=30), um clássico da Antropologia Cultural, além de outra obra desse autor que também compõe a lista: *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa* (n=15). A representatividade de Geertz no campo da Antropologia já foi enfatizada por Frehse (1998, grifo do autor):

> Afirmar que Clifford Geertz é um nome conhecido na antropologia brasileira hoje é reiterar o óbvio. Já na graduação os alunos de Ciências Sociais entram em contato com os textos deste antropólogo americano, pioneiro no desenvolvimento da antropologia "interpretativa" que, em diálogo com a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, marcou indelevelmente os rumos da disciplina a partir dos anos 70, desencadeando direta ou indiretamente o fortalecimento da chamada "antropologia pós-moderna".

As obras de Geertz estabelecem um diálogo estreito entre a etnografia e a educação de tal modo que a apropriação teórica desse autor evidencia-se pelas citações que recebeu nas teses e dissertações sobre educação indígena.

Outro autor que faz parte dos estudos da Antropologia Cultural e que figura entre os mais citados, de acordo com a tabela 1, é o antropólogo e sociólogo francês Georges Balandier com a obra *A desordem: elogio ao movimento* (n=9). Para Lima (1998, p. 279-280),

> [...] o livro *A desordem: elogio do movimento*, Balandier põe em discussão o lugar da desordem e suas relações com a ordem, que se configuram como complexas e misteriosas. O autor trata do duplo enigma que afronta homem, em todo os tempos e em todas as culturas. O ensaio aborda a sucessão da dupla ordem/desordem em suas relações com a ciência, o saber social e o mito.

Também aparecem como títulos de livros mais citados obras de antropólogos de destaque da Antropologia brasileira: *Aspectos fundamentais da cultura Guarani* (Egon Schaden); *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* e *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (Darcy Ribeiro); *História dos índios no Brasil* (Manuela Carneiro da Cunha), *Cultura: um conceito antropológico* (Roque de Barros Laraia); *Relativizando: uma introdução a antropologia social* (Roberto DaMatta)*; A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia* (Eduardo Viveiros de Castro); *Identidade, etnia e estrutura social* e *O Índio e o Mundo dos Brancos* (Roberto Cardoso de Oliveira), entre outros.

Outro título de livro que poderia se juntar a esse conjunto de estudos antropológicos é *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*, de Antonio Carlos de Souza Lima. Embora não seja antropólogo por formação inicial – é historiador –, sua premiada tese de doutorado em Antropologia Social, e que mais tarde foi editada como livro, é uma das mais citadas nas dissertações e teses da área de Educação analisadas. Como refere Leirner (1996), esse trabalho "é o mais completo estudo sobre relações entre Estado e populações nativas no Brasil". Suas pesquisas também se espraiaram para o campo da educação indígena, principalmente sobre a

temática da formação de indígenas no ensino superior, e estão consolidadas em vultosa produção científica que tem dado suporte teórico a inúmeros trabalhos de pós-graduação, conforme mostram os achados da análise das citações que realizamos.

Na frente de pesquisa de títulos de livros do campo da Antropologia também figura a obra *Índios do Brasil*, de autoria de Júlio Cezar Melatti, que apresenta informações fundamentais – por exemplo, rituais, política, arte, parentesco, mitos – para a compreensão do funcionamento das sociedades indígenas. Graduado em História e Geografia, com doutorado em Antropologia, tem destacada atuação nessa área ao lado de expoentes da Antropologia brasileira, como Luis de Castro Farias, Roberto Cardoso de Oliveira, Roque de Barros Laraia, entre outros. Suas pesquisas de campo foram desenvolvidas junto aos Krahó e Marubo, conforme nos informam Lima e Smiljanic (2006). Publicado em 1970, as sucessivas edições de *Índios do Brasil* – que também foi editado no México – continuam a oferecer subsídios para as teses e dissertações em educação indígena, conforme comprovam os resultados obtidos nessa análise de citações.

Também se destaca na frente de pesquisa de títulos de livros um conjunto de citações de obras de alguns teóricos dos estudos culturais contemporâneos: Stuart Hall (n=24), Néstor Garcia Canclini (n=23), Tomaz Tadeu Silva (n=11) e Homi K. Bhabha (n=10), que apresentaram importantes reflexões para os estudos da identidade cultural colocando no centro das discussões sobre educação os conceitos de semelhança e diferença, pertencimento e não pertencimento. Ou seja, essas abordagens de inspiração pós-colonial abrem uma via de diálogo com a educação indígena, que busca "[...] dar visibilidade e centralidade às vozes indígenas, como também às reivindicações relativas à oferta de educação diferenciada, iniciativas de organização escolar, levando em conta as pedagogias e processos próprios de aprendizagem", conforme enfatizado por Bonin, Ripoll e Aguiar (2015, p. 60). Desse modo, os enfoques analíticos dos estudos culturais se constituem em um rico solo teórico do qual se valem as teses e dissertações para abordar a educação indígena, como pode ser comprovado pelas citações recebidas por esses autores.

Outro representante dos estudos pós-coloniais presente na frente de pesquisa dos títulos de livros mais citados é Boaventura Sousa Santos, que comparece com citações (n=18) de dois títulos: *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* e *Pelas mãos de Alice: o saber social e política na pós modernidade.* Pensador contemporâneo, sua obra se destaca pela crítica à modernidade ocidental, e, na visão de Candau (2016, p.

15), "[...] suas contribuições são de especial relevância para o debate das questões educativas na sociedade atual", espraiando-se para os estudos sobre a educação indígena.

Há, ainda, as citações (n= 12) da obra *A invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau, em que o teórico da história, que expõe as diferentes maneiras de pensar o cotidiano, tem contribuído para o campo da Educação, e certamente a influência desse autor deve ter inspirado os estudos e pesquisas de mestrado e doutorado sobre a educação indígena.

A tabela 1 também evidencia que os títulos de livros do campo da Educação totalizaram 14 obras, que receberam 28,7% (n=154) citações, com destaque para as citações (n=88) de sete livros de autoria de Paulo Freire. Nessas obras o traço principal é a abordagem da educação como processo pedagógico crítico e emancipatório, e que serve de suporte teórico para as teses e dissertações analisadas.

Por último, mas não menos importante, vale comentar a presença na frente de pesquisa de títulos de livros (tabela 1) de seis títulos de obras de metodologias qualitativas da pesquisa, que figuram como os títulos mais citados. Cinco dessas obras focalizam as metodologias qualitativas em educação, isto é, os livros *Etnografia da prática escolar*, de Marli Elisa D. A. de André (n=13), *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, de Menga Lüdke e Marli Elisa D. A. de André (n=12), *Investigação qualitativa em educação*, de Robert Bogdan e Sari Knopp Bliken (n=8), *Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação*, de Augusto Nibaldo da Silva Triviños (n=8). Também comparece entre os títulos mais citados na frente de pesquisa o livro de metodologia científica *Desafio do conhecimento*: *pesquisa qualitativa em saúde*, de Maria Cecília de Sousa Minayo (n=8). Conforme observaram Hayashi *et al*. (2007, p. 54), "os posicionamentos epistemológicos que orientam as metodologias adotadas nessas obras são fundamentados na perspectiva fenomenológica-hermenêutica". Juntas, essas seis obras receberam 9,1% (n=49) do total de citações e foram adotadas como referencial metodológico em pesquisas sobre educação indígena, repetindo o comportamento de citação de autores de teses e dissertações do campo da Educação Física, conforme demonstrado no citado estudo de Hayashi *et al*. (2007) que analisou as citações dessa área de conhecimento.

Em síntese, as citações (n= 279) dos títulos de livros do campo da Antropologia que compõem essa frente de pesquisa representaram 52,1% do total de citações. As demais áreas receberam, respectivamente, os seguintes totais: Educação, com 28,7% (n=154); Sociologia, com 28,7% (n=154); Filosofia, com 2,6% (n=14); História, com 2,2%

(n=12); e Literatura, com 1,9% (n=10). Esses resultados demonstram que a matriz teórica que fundamenta as teses e dissertações sobre educação indígena é constituída majoritariamente pelas literaturas da Antropologia e Educação, que, juntas, somaram 80,8% (n=433) do total de citações; contudo, em diálogo interdisciplinar com as áreas de Sociologia, Filosofia, História e Literatura.

4 FRENTE DE PESQUISA DE AUTORES DE LIVROS

Visando comparar os resultados obtidos na frente de pesquisa de títulos de livros com a frente de pesquisa de autores, foi aplicada novamente a fórmula de Price (1965, 1971) para o cálculo da frente de pesquisa dos autores de livros. Assim, obteve-se a $\sqrt{1.421} = 37{,}69$, onde: 1.421 é o número total de autores citados e 37,69 corresponde à quantidade de autores citados nas teses e dissertações sobre educação indígena que compõem a frente de pesquisa.

Como o resultado final não resultou em um número inteiro (n=37,69), optou-se por arredondar esse valor para cima, ou seja, a frente de pesquisa foi constituída por 38 autores. Entretanto, observou-se que três autores de livros receberam a mesma quantidade (n=13) de citações e, caso fossem selecionados apenas esses 38 autores, dois deles ficariam de fora. Desse modo, optou-se por incluir todos os autores que receberam sete citações, de modo que a frente de pesquisa foi constituída por 40 autores que receberam entre 121 e 13 citações, totalizando 1.056 citações.

A tabela 2 apresenta a frente de pesquisa desses autores, a área de conhecimento e o total de citações. Apesar de óbvio, é válido observar que os autores que receberam entre 12 até uma citação foram excluídos dessa tabela.

Tabela 2 – Frente de pesquisa dos autores de livros.

Autores	Total de citações	Área
1. Paulo Freire	121	Educação
2. Clifford Geertz	53	Antropologia
3. Darcy Ribeiro	45	Antropologia
4. Bartomeu Meliá	42	Antropologia
5. Roberto Cardoso de Oliveira	41	Antropologia
6. Michel Foucault	34	Filosofia
7. Jürgen Habermas	34	Filosofia
8. Néstor García Canclini	33	Antropologia
9. Edgar Morin	33	Filosofia
10. Boaventura de Sousa Santos	33	Sociologia

11. Michel Maffesoli	32	Sociologia
12. Stuart Hall	28	Sociologia
13. Marli Elisa D. A. de André	27	Educação
14. Pierre Bourdieu	26	Sociologia
15. Carlos Rodrigues Brandão	26	Antropologia
16. Tomáz Tadeu da Silva	26	Educação
17. Egon Schaden	25	Antropologia
18. Lev Semenovitch Vygotsky	24	Psicologia
19. Claude Lévi-Strauss	23	Antropologia
20. Michel de Certeau	21	História
21. Henry Giroux	21	Educação
22. Karl Marx	20	Filosofia
23. Dermeval Saviani	20	Educação
24. Manuela Carneiro da Cunha	19	Antropologia
25. Roque de Barros Laraia	19	Antropologia
26. Silvio Coelho dos Santos	19	Antropologia
27. Mikhail Bakhtin	17	Filosofia
28. Georges Balandier	17	Antropologia
29. Ubiratan D´Ambrósio	17	Matemática
30. Humberto Maturana	17	Filosofia
31. Eduardo Viveiros de Castro	16	Antropologia
32. Zygmunt Bauman	15	Sociologia
33. Eric J. Hobsbawn	15	História
34. Rodolfo Kusch	15	Antropologia
35. Berta Gleizer Ribeiro	15	Antropologia
36. Florestan Fernandes	14	Sociologia
37. Peter McLaren	14	Antropologia
38. Pierre Clastres	13	Antropologia
39. Norbert Elias	13	Sociologia
40. Aracy Lopes da Silva	13	Antropologia
Total	**1.056**	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados da tabela 2 mostram que a frente de pesquisa de autores de livros citados nas teses e dissertações sobre educação indígena é composta por 40 autores, que representam apenas 2,8% da totalidade dos autores citados (n=1.421).

Visando comparar os resultados obtidos na frente de pesquisa de títulos de livros (tabela 1) e na frente de pesquisa de autores (tabela 2), foi construída a tabela 3, que apresenta o total de títulos e autores citados, as áreas de conhecimento e as citações recebidas em cada frente de pesquisa.

Tabela 3 – Frentes de pesquisa de títulos e de autores de livros.

Áreas de Conhecimento	Frente de Pesquisa de Títulos de Livros		Frente de Pesquisa de Autores	
	Total de títulos	Total de citações	Total de autores	Total de citações
Antropologia	23	279	18	448
Educação	14	154	5	215
Sociologia	7	65	7	161
Filosofia	2	14	6	155
História	1	14	2	36
Literatura	1	10	0	0
Psicologia	0	0	1	24
Matemática	0	0	1	17
Totais	**45**	**536**	**40**	**1.056**

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados da tabela 3 permitem observar que a área de Antropologia é majoritária tanto na frente de pesquisa de autores (n=18) quanto na frente de pesquisa de títulos de livros (n=23). No entanto, no que se refere aos resultados da área de Educação, a frente de pesquisa autores (n=5) é menor do que a dos autores das áreas de Sociologia (n=7) e Filosofia (n=6), a despeito do fato de haver predominância da área de Educação na frente de pesquisa de títulos de livros (n=14).

Por sua vez, dentre os 45 títulos de livros que compuseram a frente de pesquisa de títulos de livros (tabela 1), verificou-se que Paulo Freire foi o autor que teve mais títulos citados (n=7), totalizando 16,4% (n=88) do total de citações (n=536).

Ao confrontar esses resultados com os da tabela 2, é interessante notar que Paulo Freire também encabeça a frente de pesquisa de autores de livros, com 11,5% (n=121) das citações. Esse total de citações inclui todas as obras do autor Paulo Freire, mas não permite que se conheçam quantas e quais obras foram citadas. Desse modo, buscaram-se no banco de dados da pesquisa os títulos das obras (n=22) e o total de citações que cada uma recebeu, conforme mostram os dados da tabela 4:

Tabela 4 – Obras de Paulo Freire citadas na frente de pesquisa de autores.

Título das obras	Citações
1. Pedagogia da autonomia	20
2. Pedagogia do oprimido	18
3. Educação como prática da liberdade	14
4. Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido	11
5. A importância do ato de ler	10
6. Pedagogia da indignação, cartas pedagógicas e outros escritos	8
7. Conscientização: teoria e prática da libertação	7

8. Educação e mudança	5
9. Ação cultural para a liberdade e outros escritos	4
10. Pedagogia da tolerância	4
11. À sombra desta mangueira	3
12. Política e educação	3
13. Professora sim, tia não	3
14. Extensão ou comunicação	2
15. Por uma pedagogia da pergunta	2
16. A educação na cidade	1
17. Medo e ousadia: o cotidiano do professor	1
18. Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha prática	1
19. Cartas à Guine-Bissau: registros de uma experiência em processo	1
20. O caminho se faz caminhando: conversa sobre educação e mudança social	1
21. Pedagogia dos sonhos possíveis	1
22. Que fazer: teoria e prática em educação popular	1
Total	**121**

Fonte: Elaborada pelos autores.

É interessante observar que, na tabela 4, as sete primeiras obras de Paulo Freire também estão presentes na frente de pesquisa de títulos de livros (tabela 1). Ademais, é válido mencionar que em um recente levantamento no *Google Scholar*, realizado por Elliott Green, professor da *London School of Economics*, Paulo Freire foi considerado um dos pensadores mundialmente mais lidos e citados, sendo que sua obra *Pedagogia do oprimido* está entre os três livros mais citados na área de Ciências Humanas e Sociais e entre os 100 livros mais pedidos e consultados por universidades de língua inglesa. De acordo com esse levantamento, Paulo Freire é citado 72.359 vezes, atrás apenas do filósofo Thomas Kuhn (81.311) e do sociólogo norte-americano Everett Rogers (72.780). Além disso, Paulo Freire é mais citado do que pensadores como o filósofo Michel Foucault (60.700) e Karl Marx (40.237). O levantamento foi realizado pelo projeto *Open Syllabus*, que inclui, ainda, outras 20 obras de Paulo Freire na lista geral (MONTESANTI, 2017).

Quando se comparam os autores (n=36) das obras que compõem a frente de pesquisa de títulos livros (tabela 1) com os autores (n=40) que compõem a frente de pesquisa de autores (tabela 2), pode-se observar que, na primeira frente de pesquisa 30,5% (n=11) dos autores dos títulos citados – isto é, Antonio Carlos de Souza Lima; Homi Bhabha; Jean-Claude Forquin; Adir Casaro Nascimento; Robert Bogdan, Sari Biklen; Maria Cecília Minayo; Roberto DaMatta; Walter Benjamin; Fredrik Barth; Márcio Pereira Gomes –, não constam da frente de pesquisa de autores (tabela 2).

Inversamente, na frente de pesquisa de autores (tabela 2), 42,5% (n=17) dos autores – isto é, Michel Foucault; Jürgen Habermas; Edgar Morin; Lev Semenovitch

Vygotsky; Henri Giroux; Karl Marx; Dermeval Saviani; Ubiratan D'Ambrósio; Humberto Maturna; Zygmunt Bauman; Eric Hobsbawn; Rodolfo Kusch; Berta Gleizer Ribeiro; Florestan Fernandes; Norberto Elias; Aracy Lopes da Silva –, não constam da frente de pesquisa de títulos de livros (tabela 1).

Esses resultados parecem sugerir que, na literatura sobre educação indígena, há um núcleo principal de autores (n=53), composto por aqueles citados nas duas frentes de pesquisa, conforme mostram os dados da tabela 5:

Tabela 5 – Núcleo principal de autores e títulos citados.

Autores	Áreas	Frente de Pesquisa de Títulos de Livros		Frente de Pesquisa de Autores	
		Títulos citados	Citações	Autores Citados	Citações
Bartomeu Meliá	Antropologia	1	29	1	42
Boaventura de Sousa Santos	Sociologia	2	18	1	33
Carlos Rodrigues Brandão	Antropologia	1	8	1	26
Clifford Geertz	Antropologia	2	45	1	53
Darcy Ribeiro	Antropologia	2	31	1	45
Eduardo Viveiros de Castro	Antropologia	1	12	1	16
Egon Schaden	Antropologia	1	16	1	25
Georges Balandier	Antropologia	1	9	1	17
Manuela Carneiro da Cunha	Antropologia	1	10	1	19
Marli Elisa D. A. de André	Educação	1	13	1	27
Michel de Certeau	História	1	12	1	21
Michel Maffesoli	Sociologia	1	8	1	32
Mikhail Bakhtin	Filosofia	1	7	1	17
Néstor Garcia Canclini	Antropologia	2	23	1	33
Paulo Freire	Educação	7	88	1	121
Peter McLaren	Antropologia	1	8	1	14
Pierre Bourdieu	Sociologia	1	7	1	26
Pierre Clastres	Antropologia	1	7	1	13
Roberto Cardoso de Oliveira	Antropologia	2	14	1	41
Roque de Barros Laraia	Antropologia	1	17	1	19
Silvio Coelho dos Santos	Antropologia	1	7	1	19
Stuart Hall	Sociologia	2	24	1	28
Tomáz Tadeu da Silva	Educação	1	11	1	26
Total		**35**	**424**	**23**	**713**

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados da tabela 5 permitem inferir que o núcleo principal de autores e títulos de livros citados que fundamentam as teses e dissertações sobre educação

indígena é majoritariamente composto pela área de Antropologia, com 61% (n=14), seguido pela Sociologia, com 17,4% (n=4), Educação, com 13% (n=3), Filosofia e História, cada uma com 4,3% (n=1) do total.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa apontam que, na frente de pesquisa de títulos de livros e na frente de pesquisa de autores, diversos campos do conhecimento estão representados, denotando o caráter interdisciplinar da Educação Indígena.

Diante disso, credita-se que cálculos complementares da frente de pesquisa possam ser utilizados a partir da ideia original de Price (1963), uma vez que, para Boeris (2011), a determinação das frentes de pesquisa leva a explorar a literatura que produz e consome uma comunidade científica. Ou seja, pela análise da frente de pesquisa também é possível encontrar um conjunto de títulos de obras de um determinado assunto produzido e consumido.

No estudo realizado, observou-se que a frente de pesquisa de títulos não é determinada pelo conjunto das autorias citadas, mas sim pela soma de contribuições das obras citadas num campo científico. Com base nesse achado, é válido afirmar que a frente de pesquisa de títulos de livros permite também desvelar diferentes aspectos da estrutura temática de um campo científico, sendo possível determinar, por exemplo, quais temas de pesquisa se destacam ou que exercem pouca – ou maior – influência na área, ou ainda identificar as citações de obras clássicas.

Além disso, o estudo realizado também verificou que, quando confrontados os resultados da frente de pesquisa de títulos de livros com os da frente de pesquisa de autores, é possível obter o núcleo principal dos autores e as obras mais citadas do campo de conhecimento focalizado, o que amplia a visão da área.

Ressalte-se também que, apesar do livro atualmente ter uma menor circulação na comunidade científica, várias áreas de conhecimento – especialmente as Ciências Humanas e Sociais – ainda continuam citando essa relevante tipologia documental, o que não pode ser ignorado nos estudos bibliométricos de frente de pesquisa.

Por último, mas não menos importante, é válido salientar que, embora aplicado ao campo da Educação Indígena, a proposta de estudo da frente de pesquisa de livros aqui apresentada pode ser aplicada a outras áreas de conhecimento, em especial à área de

Ciência da Informação, visando cotejar os resultados obtidos em estudos já realizados nesse campo e propiciar a ampliação das análises efetuadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. S. de; JUNG, C. F. Análise de referências utilizadas por pesquisadores na revista Gestão & Produção. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 1, jan./abr. 2013.

ASTRÖM, F. Changes in the LIS research front: time-sliced cocitation analyses of LIS journal articles, 1990–2004. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 58, n. 7, p. 947-957, 2007.

BOERIS, C. E. **Aplicacion de metodos bibliometricos a la evaluacion de colecciones**: el caso de la Biblioteca del Instituto Argentino de Radioastronomıa. 2011. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.371/te.371.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BONIN, I. T.; RIPOLL, D.; AGUIAR, J. V. S. A temática indígena sob as lentes dos Estudos Culturais e Educação – algumas tendências e enfoques analíticos. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 59-69, jan./abr. 2015.

BRAGA, G. M. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 9-26, 1973.

CANDAU, V. M. F. "Ideias-força" do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 15-34, mar., 2016.

CARVALHO, M. de L. B. de. Estudo de citações da literatura produzida pelos professores do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1/2, p. 27-42, 1976.

CARVALHO, M. M. de. Análises bibliométricas da literatura de Química no Brasil. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 119-141, 1975.

CRISTÓVÃO, H. T. Da comunicação informal a comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 3-36, 1979.

FIORIN, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **RBPG**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.

FREHSE, F. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 235-243, 1998.

FU, J. Y. *et al*. Bibliometric analysis of acupuncture research fronts and their worldwide distribution over three decades. **African Journal of Traditional, Complementary, and Alternative Medicines**, v. 14, n. 3, p. 257-273, 2017.

GARFIELD, E. Research fronts**. Current Contents,** v. 41, p. 3-7, 1994.

GRUPIONI, L. D. **Olhar longe, porque o futuro é longe**: cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HAYASHI, M. C. P. I. *et al*. Análise de citações da produção científica em Educação Física da região nordeste do país. *In*: CHAVES-GAMBOA, M.; GAMBOA, S. S.; TAFFAREL, C. (Org.). **Produção do conhecimento em Educação Física no nordeste brasileiro**: o impacto dos sistemas de pós-graduação na formação de pesquisadores da região. Campinas: Librum Editora, 2017. p. 38-77.

HAYASHI, M. C. P. I. *et al*. Um estudo bibliométrico da produção científica sobre a educação jesuítica no Brasil colonial. **Biblios**, año 8, n. 27, ene./mar. 2007.

HU, Y.; SUN, J.; LI, W.; PAN, Y. A scientometric study of global electric vehicle. **Scientometrics**, v. 98, p. 1269-1282, 2014.

KOCHEN, M. Toward a paradigm for Information Science: the influence of Derek de Solla Price. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 35, n. 3, p. 147-148, 1984.

LEIRNER, P. de C. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 237-246, 1997.

LIMA, E. C. de; SMILJANIC, M. I. Júlio Cezar Melatti: etnógrafo e divulgador da Antropologia. **Campos: Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v.7, n.1, p. 159-177, 2006.

LIMA, R. Resenhas. **Letras**, Curitiba, n. 49, p. 201-219, 1998.

LUCIO-ARIAS, D.; LEYDESDORFF, L. An indicator of research front activity: measuring intellectual organization as uncertainty reduction in document sets. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 12, p. 2488-2498, 2009.

MAROLDI, A. M. *et al*. Panorama bibliométrico das teses e dissertações sobre educação indígena. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 2, p. 677-707, jul./dez. 2017.

MARTINS, M. S.; LIMA, V. M. A. A abordagem social na recuperação da informação: frente e tendências de pesquisa. **BIBLOS**: Revista de Bibliotecologia y Ciências de la Información, Lima, n. 52, 2013.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MERTON, R. K.; GARFIELD, E. Foreword. *In*: PRICE, D. J. de S. **Little Science, big Science... and beyond.** New York: Columbia University Press, 1986.

MILOJEVIC, S. How Are Academic Age, Productivity and Collaboration Related to Citing Behavior of Researchers? **PlosOne**, v. 7, n. 11, 2012.

MONTESANTI, B. **Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo**. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/04/Paulo-Freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>. Acesso em: 12 out. 2017.

MORRIS, S.A.; YEN, G.; WU, Z.; ASNAKE, B. Time line visualization of research fronts. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 54, p. 413-422, 2003.

PERSSON, O. The intellectual base and research fronts of *JASIS (*1986-1990)**. Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 1, p. 31-38, 1994.

PRICE, D. J. de S. A general theory of bibliometric and other cumulative advantage processes. **Journal of the American Society for Information Science**, p. 292-306, Sept./Oct. 1976.

PRICE, D. J. de S. **Little science, big science**. New York: Columbia University Press, 1963.

PRICE, D. J. de S. **Litte science, big science.... and beyond**. New York: Columbia University Press, 1986.

PRICE, D. J. de S. Networks of scientific papers. **Science**, v. 149, n. 3683, p. 510-515, jul. 1965.

PRICE, D. J. de S. Society's needs in scientific and technical information. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 97-103, 1974.

PRICE, D. J. de S. Some remarks on elitism in information and the invisible college phenomenon in science**. Journal of the American Society for Information Scienc**e, p. 74-75, Mar./Apr. 1971.

RODRIGUES, M. da P. L. Citações nas dissertações de mestrado em Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 35-61, 1982.

SILVA, E. L.; PINHEIRO, L. V.; REINHEIMER, F. M. Redes de conhecimento em artigos de comunicação científica: estudo baseado em citações bibliográficas de artigos de periódicos na área de ciência da informação no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 145-160, jan./abr. 2013.

SILVEIRA, M. A. A.; BAZI, R. E. R. Rede de textos científicos na Ciência da Informação: análise cienciométrica da institucionalização de um campo científico. **DataGramaZero**, v. 9, n. 3, 2008.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R. A Lei de Lotka: o modelo langrangiano de Poisson aplicado à produtividade de seus autores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 188-207, jul./dez. 2003.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 2, p. 69-79, 2009.

VELHO, L. A ciência e seu público. **TransInformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 15-32, set./dez. 1997.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Masson Maroldi
Professor Doutor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: alexandre@unir.br

Luis Fernando Maia Lima
Professor Doutor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: maialima2000@gmail.com

Carlos Roberto Massao Hayashi
Professor Doutor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).
E-mail: massao@ufscar.br

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi
Professora Doutora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).
E-mail: dmch@ufscar.br

Recebido em: 23/10/2017; **Revisado em:** 06/12/2017; **Aceito em:** 06/12/2017.

Como citar este artigo

MAROLDI, Alexandre Masson *et al*. Frente de pesquisa de títulos de livros: um estudo aplicado no campo da Educação Indígena. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 35-54, jul./dez. 2017.

ARTIGO

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS DISCUSSÕES SOBRE OS FLUXOS INFORMACIONAIS

THE MEDIATION OF INFORMATION IN DISCUSSIONS ON INFORMATION FLOWS

Elder Lopes Barboza
UNESP
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
UNESP

RESUMO

As discussões sobre a mediação da informação e os fluxos de informação precisam acontecer a partir da complexidade inerente ao contexto social contemporâneo, que exige um olhar amplo sobre os sistemas e ambientes. Diante disso, questiona-se quais as inter-relações entre mediação da informação e fluxos de informação para a constituição de um pensamento complexo. Para isso, o estudo tem o objetivo de investigar as possibilidades de contribuições a partir das inter-relações entre a mediação da informação e os fluxos informacionais, visando à compreensão constitutiva do pensamento complexo. A metodologia utilizada foi bibliográfica, por meio da revisão de literatura, que trouxe, como resultados, as convergências e as complexidades da mediação da informação e dos fluxos de informação. Como conclusão, constatam-se as provocações que a mediação da informação traz quando da superação de um olhar funcionalista e, por vezes, determinista do modelo vigente, e a preocupação com a apropriação da informação por parte dos sujeitos, que se dá na relação com o mundo para a construção do conhecimento, colaborando para a discussão dos fluxos de informação.

Palavras-chave: *Mediação da informação. Fluxo de informação. Pensamento complexo.*

ABSTRACT

The discussions about information mediation and information flows need to take place from the complexity inherent in the contemporary social context, which requires a broad look at systems and environments. In view of this, it is questioned the interrelationships between mediation of information and information flows for the constitution of a complex thought? For this, the study aims to investigate the possibilities of contributions from the interrelations between mediation of information and information flows, aiming at the constitutive understanding of complex thinking. The methodology used was bibliographical, through a literature review, which brought, as results, the convergences and complexities of information mediation and information flows. As a conclusion, one can see the provocations that the mediation of information brings when overcoming a functionalist and sometimes deterministic view of the current model, and the concern with the appropriation of information by the subjects that occurs in the relationship with the world for the construction of knowledge, collaborating for the discussion of information flows.

Keywords: *Mediation of information. Information flow. Complex thought.*

1 INTRODUÇÃO

As múltiplas abordagens permitidas na Ciência da Informação em torno do conceito de informação derivam tanto das interpretações e aplicações da palavra "informação" quanto da origem desta ciência, entendida como uma ciência pós-moderna e interdisciplinar, cujas discussões nos aproximam de Santos (1988) e Pombo (2004) no que se referem ao pós-modernismo e à interdisciplinaridade das ciências, uma vez que estamos em um momento ainda de transição, cujos paradigmas anteriores e atuais são percebidos nas ações da comunidade científica, e cuja fragmentação do conhecimento, salvo intentos de superação, ainda permanece sedimentada através das estruturas do saber.

Nesse contexto, em sua gênese, a Ciência da Informação abarcou diversos pensamentos e pensadores das variadas áreas do conhecimento, a exemplo da cibernética, linguística, física, biologia, dentre outras; numa construção de ciência que se propõe ser interdisciplinar (BORKO, 1968; SARACEVIC, 1995; PINHEIRO, 1999).

Numa perspectiva mais avançada e otimista, há também o entendimento da Ciência da Informação como uma ciência transdisciplinar, que se une às humanidades de forma integral e integradora (TARGINO, 1995; BICALHO, OLIVEIRA, 2005). No entanto, essa última perspectiva ainda carece de entendimentos teóricos mais bem definidos e explicados a respeito do que é ser transdisciplinar, bem como de mudança nas estruturas educacionais e currículos nos cursos da área.

Ao mesmo tempo em que se tenta emergir e expandir tais discussões, é possível verificar, na construção da ciência, ideias funcionalistas e regidas pelo pensamento cartesiano e derivações positivistas que têm um olhar fragmentado para seus objetos de estudo, e que ainda estão presentes de forma hegemônica na área, seja em teoria, seja em aplicação, sem buscar uma superação ou mesmo uma apropriação de novos olhares, ideias e formas de agir.

Num primeiro momento, é preciso deixar explícito que o pensamento contemplado neste texto diz respeito ao alinhamento com a ideia de interdisciplinaridade e pós-modernismo da Ciência da Informação, embora considerando as críticas e ponderações sobre esse posicionamento e da ausência de consenso a esse respeito, que é profícuo ao avanço científico e à pluralidade de pensamento.

Concordamos com o entendimento de que não há como e por que separar sujeito e objeto nas análises feitas pelas pesquisas científicas, e tampouco que exista neutralidade do pesquisador para com os fenômenos e objetos estudados, sobretudo no campo das ciências sociais, em que o conflito é parte intrínseca das relações que regem a sociedade, aliado aos interesses perversos do capital nas diversas frentes que ele investe, não se restringindo às questões de mercado.

Uma das frentes que o modelo capitalista investe e que abarca concepções positivistas é a imobilidade social a partir dos aparatos ideológicos, que impedem o acesso ao conhecimento por parte dos indivíduos, limitando-os a um pensamento recortado, fragmentado, alheio à compreensão do todo, distante da realidade, e que, por isso, não lhes permite avançar na busca de seus direitos, na melhoria de sua situação social.

O vínculo a fazer entre os fluxos informacionais e a mediação da informação parte da ideia da importância da mediação no contexto do uso das informações disponíveis nos diversos equipamentos informacionais, sobretudo nas responsabilidades do bibliotecário como mediador entre a informação e este indivíduo, aqui abordado como leitor, posicionamento e conceitos apropriados a partir das ideias de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

A ideia de leitor é no sentido de ler o mundo, de ler a informação contida nos diversos suportes, nas múltiplas linguagens, e que lhe permite, a partir da representação, contextualizar e se apropriar de conhecimentos que lhe serão construtivos na formação de sua cognição e, por consequência, mobilizadores de suas práticas sociais. A volta do emprego do termo leitor, dentro da compreensão apresentada, convém lembrar, é defendida por Sueli Bortolin em suas pesquisas (BORTOLIN, 2006).

Cabe destacar que o entendimento das necessidades do leitor é fundamental para o atendimento dessas demandas, alinhando sua busca aos materiais disponíveis, não somente no espaço físico das unidades de informação, mas em qualquer lugar onde esta informação se localizar, seja no ambiente físico ou virtual.

Afinal, não cabe ao profissional da informação se restringir ao seu acervo. O profissional não deve ser limitado ao seu acervo, mas, em tese, deve ter habilidades de buscar a informação onde ela estiver, pois assim se justifica também o avançar do seu paradigma, indo do suporte para a informação.

Neste aspecto, entender os fluxos informacionais permite mapear suas possibilidades de fontes e ambientes informacionais, fornecedores de materiais que contenham o conteúdo necessário para atender as necessidades informacionais do seu leitor, podendo, assim, compreender o processo pelo qual a informação flui, no todo e nas partes.

Também, na mediação, no momento do processo de referência e das questões na fase de negociação, saber o caminho e as formas de extrair e identificar a questão real – que deve ser entendida como a verdadeira preocupação informacional do leitor e, por esse motivo, de difícil ou quase impossível compreensão em sua totalidade – é importante no sentido de que, a partir dali, começa a corrida do bibliotecário na busca por informação, que tem o tempo (ou a falta dele) e a interpretação real das necessidades como obstáculos nessa tarefa.

Se enxergarmos o Serviço de Referência como um processo, subentende-se que possui etapas, e nesse aspecto devemos ter competências para conseguir enxergar o contexto geral, ou o todo, e considerar a análise de cada etapa, ou a parte, assim envolvendo-a também como sistema.

A partir das justificativas na apresentação do tema, o questionamento que norteia a discussão desta pesquisa se concentra em indagar: quais as inter-relações entre mediação da informação e fluxos de informação para a constituição de um pensamento complexo?

Para buscar as respostas ao problema levantado, a pesquisa tem o objetivo de investigar as possibilidades de contribuições a partir das inter-relações entre a mediação da informação e os fluxos informacionais, visando à compreensão constitutiva do pensamento complexo. Para isso, utiliza-se metodologia com característica bibliográfica, por meio da revisão de literatura, buscando na discussão teórica os elementos norteadores que indiquem as convergências e as interações entre a mediação da informação e os fluxos de informação, bem como os fenômenos que os cercam.

Desse modo, entende-se compatível a discussão dessa relação entre fluxos e mediação, num olhar para o caráter dialógico individual/coletivo que se insere a construção do conhecimento, de forma não linear, e a identificação da Ciência da Informação como uma ciência social justificada pelo seu fazer e a quem se destina, e não somente como definição genérica e à revelia de suas ações.

2 OS FLUXOS INFORMACIONAIS E A ATRIBUIÇÃO DE VALOR

Trazer para o debate a questão dos fluxos informacionais, ou fluxos de informação, envolve discussões amplas que permeiam o tema, pois se tratam de assuntos imbricados no escopo das organizações e dos sujeitos, voltados tanto para os suportes quanto para as relações humanas, especialmente no que tange à comunicação e à troca de informações que acontecem a partir dessas interações.

Um tema dessa dimensão implica considerar a complexidade inerente, uma vez que exige um olhar amplo e geral sobre os sistemas e ambientes, ao mesmo tempo em que obriga uma análise detalhada das especificidades que compõem cada parte, núcleo ou nó desses elementos.

Nesse contexto, os estudos dos fluxos informacionais não se pautam apenas no sistemismo aparente que nele está caracterizado, pois, se enxergarmos as organizações como sistemas abertos, vivos e em constante transformação, não nos é permitido um recorte e controle sobre as ações organizacionais.

Une-se a isso considerar que um dos tipos de fluxos de informações presentes nas organizações são os fluxos informais, pautados nas relações entre os sujeitos, com toda sua carga de subjetividade, efemeridade e imaterialidade que envolve a informação nesse contexto.

Os fluxos informais, que não são estruturados, de acordo com Valentim (2010), advêm das experiências desses sujeitos no cotidiano de suas ações organizacionais, e envolvem a aprendizagem e o compartilhamento de informações por meio da socialização de seus conhecimentos.

Temos, então, as possibilidades referentes aos conhecimentos construídos a partir das relações, cuja mediação livre dos sujeitos propicia condições para a apropriação da informação, passo anterior à construção do conhecimento. Em outro momento, incorrem tentativas de gestão do conhecimento, em que esta mediação não é mais livre, mas sim voltada a extrair conhecimentos, explicitá-los e utilizá-los nas ações organizacionais.

Outro exemplo vem dos fluxos formais que, para Valentim (2010), lidam com informações e processos estruturados, como aqueles que compõem a estrutura organizacional e que exigem padrões, normas, procedimentos e especificações bem definidas, e, para isso, são materializados em suportes, sejam eles físicos ou eletrônicos.

Nesse aspecto, memorandos, regulamentos e planos de ações podem se inserir no âmbito dos fluxos formais.

Adentrando nesta complexidade em relação aos fluxos, poderíamos partir para a discussão dos tipos documentais, no escopo da organização, bem como discutir os suportes no aspecto das tecnologias utilizadas, ou mesmo a gestão da informação para o processo decisório.

São tantos caminhos nessa discussão que, no entanto, não se aprofundarão nesse texto. Nosso interesse fica na relação entre fluxos de informação e mediação da informação, o que demanda esforços no sentido de uma visão ampla voltada às relações entre os sujeitos.

Valentim (2013, p. 305) entende que

> a informação perpassa os fluxos informacionais e propiciam diferentes reações nos sujeitos organizacionais, isso dependerá das necessidades informacionais de cada pessoa, bem como dependerá da possibilidade de apropriação ou não de informações relevantes para a atividade/tarefa desenvolvida.

É possível observar uma relação ou ponto comum entre os fluxos e a mediação quando ambos voltam sua preocupação para as necessidades informacionais dos sujeitos, em que cada um atribuirá valor à informação recebida, ou a receber, à medida que satisfaz total ou parcialmente as suas necessidades, ao mesmo tempo em que gera outras. Tais necessidades não são neutras, exclusivas ou isoladas. As necessidades representam também propostas externas à comunidade atendida. São elas impostas, muitas vezes, a partir de interesses econômicos, políticos, de dominação etc. Desnudar as verdadeiras necessidades, descoladas das que são impostas à comunidade, é tarefa impossível, mas que deve ser buscada.

Essas necessidades, no campo das organizações, estão estritamente ligadas aos usos nos processos dos sujeitos organizacionais, em suas atividades cotidianas. Por outro lado, o sujeito em outros ambientes pode ter dinâmicas de uso menos intensas, o que influirá no valor da informação e, em consequência, na apropriação que ele faz de tais informações para uso particular ou coletivo.

A esse respeito, Taylor (1986), em seu livro sobre agregar valor (um termo bem banalizado nos dias atuais quando falamos em produtos e serviços, no âmbito das organizações), explica, no contexto dos processos nos sistemas informacionais, que o valor da informação está ligado proporcionalmente ao contexto de uso. Assim, o autor

reforça que a necessidade informacional dos sujeitos influi no valor que a informação tem para eles.

Como exemplo desse entendimento, é possível vislumbrar um contexto que nos é familiar, que é o ambiente organizacional da biblioteca, que possui os setores com seus fluxos informacionais, os sujeitos com suas ações e processos, e também sujeitos com suas necessidades informacionais.

Nesse cenário, estão presentes os fluxos formais e os fluxos informais aqui discutidos e conceituados, o valor da informação, a mediação que se faz entre o suporte, a informação e os sujeitos, e toda carga sistêmica e complexa das relações estabelecidas no processo de comunicação.

Taylor (1986) elenca a organização, a análise, a síntese e o julgamento como as quatro atividades presentes nos sistemas de informação. Em todos os processos mencionados, que o autor procura mostrar o valor que se agrega à informação, é possível vê-los presentes no contexto de uma biblioteca.

Assim, no âmbito da organização da informação, temos a passagem dos suportes para a informação quando do processamento técnico, em que se classificam e descrevem os materiais, pautados no conteúdo do material com fins de uso pelos leitores que querem suprir (ou gerar novas) necessidades informacionais.

Na atividade de análise, em que vemos bem forte o papel da mediação da informação, que será tratada adiante, busca-se tanto filtrar as informações com propriedades fidedignas e de qualidade quanto mediar informações para a resolução dos problemas dos leitores, quais sejam, suas necessidades.

A síntese, cuja etapa busca reunir as informações, é de fundamental importância devido à quantidade de informações disponíveis nos dias atuais, facilitadas pela Internet, que demanda tempo para aglutinar a massa informacional. A síntese contribui para minimizar tais efeitos.

Por fim, o julgamento, ou a tomada de decisão, é o processo onde todo esse fluxo de informações se justifica para que haja uma apropriação de toda, ou parte, das informações que permitam a construção de conhecimento pelos sujeitos, sejam eles os profissionais que decidem os rumos de uma organização, sejam os sujeitos cognoscentes no contexto social.

Taylor (1986) reconhece que a necessidade informacional justifica o início de um processo de mediação da informação, com finalidade de uso nas múltiplas dimensões do

sujeito, seja no contexto organizacional ou social. Portanto, é preciso considerar a compreensão da mediação da informação juntamente com os fluxos informacionais.

Assim, também é necessário conhecer a compreensão do que aborda a mediação da informação, suas discussões, seus desdobramentos e aplicações, avançando na construção de teorias e práticas integradoras e complexas.

3 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: olhando a Ciência da Informação como uma ciência social

As discussões levantadas nesta seção, como serão percebidas no decorrer do texto que se segue, estão aproximadas à questão do bibliotecário como profissional da informação e como mediador, passível quando se tem presente a biblioteca como organização e os sujeitos organizacionais e sociais, como visto anteriormente na discussão dos fluxos de informação.

Essa aproximação entre a mediação e o bibliotecário deriva também da formação dos autores do texto, embora se relativize o fato de o mediador poder variar nos múltiplos momentos entre a informação e o leitor.

Assim, não se determina que a mediação seja exclusiva do bibliotecário, mas que ele, o bibliotecário, deve se qualificar na condição de mediador, por toda sua história relacionada à informação e ao conhecimento, seja no âmbito do livro, das bibliotecas e, no contexto atual, também das tecnologias.

Almeida Júnior (2000) lembra, analisando o contexto do perfil do bibliotecário como profissional da informação, que a função informacional no âmbito das bibliotecas, mas não somente nelas, passou a ser entendida como o paradigma da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, avançando da ideia de preservação e assumindo atitudes de disseminação.

Isso se vê mais claramente neste século XXI pelos profissionais da informação, que já tiveram sua formação sendo desenvolvida levando em consideração esse novo contexto. Entretanto, seus formadores, que em parte podem ainda pertencer à formação tecnicista de outrora, inevitavelmente trazem consigo essa carga cultural que lhes é familiar, contribuindo para reproduzir o pensamento clássico no que diz respeito ao objeto de estudo da área.

Como consequência, poderá ainda haver profissionais, mesmo os recém-formados, com o pensamento vinculado ao paradigma anterior, seja na forma de ver sua missão, na maneira como percebe o contexto social, ou no seu pensamento em relação à maneira como lidar com as demandas de seu público.

Não é difícil reconhecer nos bibliotecários o interesse pela área de organização da informação, especificamente o que se denomina processamento técnico. Não se questiona a necessidade dessa tarefa, tampouco seu debate teórico; porém, o que se questiona é o fazer em si mesmo, sem levar em consideração o seu público, o leitor que deveria se beneficiar do resultado dessa ação.

É possível, ainda, ouvir de profissionais, inclusive de recém-formados que se voltam a essas tarefas, a justificativa de que optaram por esse tipo de trabalho para não ter contato com o público, que preferem se isolar no seu setor e ter contato apenas com materiais bibliográficos. Ora, está perceptível nesse discurso a dissociação entre seu fazer e o contexto social, o deslocamento entre sujeito e objeto a que o novo paradigma se opõe.

Até se olharmos com extremo apreço a organização da informação, ou do conhecimento, percebemos, como aponta Almeida Júnior (2008, p. 42), que "'organizar' o conhecimento humano era sinônimo de organizar os suportes; preservar o conhecimento era sinônimo de preservar os suportes". Esse passado insiste em permanecer.

Tal situação demonstra que, por mais que avancemos na discussão sobre a informação, ainda estamos discutindo questões que, aparentemente, estariam superadas. Mas não estão. Por isso talvez continue sempre pairando a discussão sobre a importância da instituição biblioteca – e do bibliotecário – para a sociedade, e também o baixo investimento por parte do Estado para o desenvolvimento de tais instituições.

Por outro lado, têm-se acompanhado as propostas e pesquisas que contextualizam o bibliotecário como profissional da informação não relacionado às bibliotecas, numa tentativa de "vender" um novo profissional da informação.

Sobre essa observação, Almeida Júnior (2000) lembra a influência que a globalização, no bojo do sistema capitalista, exerceu na formulação desse pensamento em que, novamente, temos a prática de fragmentação que buscou separar o bibliotecário humanista, voltado às coisas do espírito humano, do profissional da informação, voltado à produção, ao racional e material.

Essa realidade, incompatível à ideia de um ser humano integral e de uma sociedade igualitária, tem se perpetuado nas discussões acadêmicas e na prática profissional, ainda que se defenda uma área pertencente às ciências sociais. Por que separar as coisas do corpo das coisas do espírito? Essa divisão do ser humano não por acaso tem seus defensores e reprodutores.

Embora a Ciência da Informação tenha sido formulada a partir da somatória de algumas teorias, cujos cientistas pertenciam às Ciências Exatas e Ciências da Natureza, a grande capacidade de desenvolvimento de uma ciência é a de se distanciar do reducionismo natural da criação e se expandir na busca de suas bases conceituais, dos seus núcleos epistemológicos e também de sua importância para a sociedade (ARAÚJO, 2003).

Assim, a Ciência da Informação está identificada na área das Ciências Sociais Aplicadas, cujo compromisso, mais do que à área a que pertence, é servir como encaminhamento e foro de discussão das demandas sociais, que, para isso, necessita revisitar e questionar seus pontos de interesse. A questão da mediação é uma discussão real e emergente.

A mediação da informação surge no atendimento ao público, nas bibliotecas, onde, posteriormente e em vigência até os dias atuais, foi denominado setor de referência. Almeida Júnior (2008) aborda o conceito de equipamentos informacionais, análogo à ideia de equipamentos culturais, e abrange as múltiplas unidades de informação, como a biblioteca, o arquivo etc.

O autor propõe a rediscussão e transformação no que tange à disseminação da informação que se limita ao que viemos relatando e criticando até então, qual seja, um fazer mecanicista, reducionista, que se entende, ou que quer ser entendida, como dissociada e neutra.

Assim, Almeida Júnior (2015, p. 25) conceitua a mediação da informação como

> Toda ação de interferência, realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação da informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

O conceito acima é uma atualização de um conceito formulado em 2006 e, neste, o autor menciona que a mediação é realizada em um processo e na ambiência de

ARTIGO

equipamentos informacionais, e satisfaz a necessidade informacional de maneira momentânea. Além disso, gera conflitos e novas necessidades informacionais, em um processo contínuo e perene.

Sempre num contexto dialógico, o autor se posiciona no sentido de o bibliotecário se assumir protagonista, enquanto sujeito que participa na construção dos rumos a serem trilhados pela sociedade. Considera que o bibliotecário deve negar-se ao discurso e à posição de neutralidade e imparcialidade, tendo a compreensão de interferência como de fundamental importância.

A interferência se contrapõe tanto à ideia de passividade e neutralidade quanto à ideia de manipulação. Embora muito próximas, as duas concepções são distintas e abarcam princípios de moral e ética que são necessários ao profissional da informação. Também, a própria ação de interferência, no âmbito da mediação, é uma forma de descortinar certas informações manipuladas, sobretudo pelas mídias de massa vinculadas a oligopólios e grupos empresariais, que se valem de seu poder econômico e político para cristalizar questões como verdades absolutas, de acordo com seus interesses.

Silva (2015, p. 103) contribui com uma compreensão a respeito da mediação da informação e, em consonância com o exposto, entende-a como

> um conjunto de práticas construtivas de intervenções e interferências regidas por intencionalidades, normas/regras, correntes teórico-ideológicas e crenças concebidas pelo profissional da informação em interação com os usuários no âmbito de suas realidades cotidianas e experienciais, indicando procedimentos singulares, coletivos e/ou plurais de acesso e uso da informação, estimulando à apreensão e apropriação para satisfação de necessidades de informação.

A esse respeito, é possível refletir que o processo de mediação da informação vem imbricado nos processos de apropriação da informação para a construção do conhecimento, em que se busca a formação do espírito crítico dos sujeitos a partir do estabelecimento de um diálogo que promova a reciprocidade por meio da interação.

A mediação da informação pode ser direta ou indireta, consciente ou inconsciente, como relata Almeida Júnior (2015), pelo fato de perpassar os vários setores de um espaço informacional e em todas as ações do bibliotecário, desde a seleção dos materiais que farão parte do acervo, no processamento técnico que classificará e descreverá o conteúdo informacional contido no suporte (e o próprio

suporte), até o serviço de referência, cujo contato com o leitor é mais intenso e a mediação é mais direta, ou explícita.

Pensar que o conhecimento se constrói individualmente, mas se dá na relação com os outros, ou seja, num contexto dialógico histórico-social, nos termos do construtivismo de Vygotsky, é talvez reconhecer e posicionar a Ciência da Informação como integrante das Ciências Sociais, preocupada com o movimento cotidiano promovido pelas demandas da sociedade por meio das necessidades dos sujeitos. Alinhada a essa compreensão, é preciso considerar que "para tratar de mediação, de início, é preciso situá-la como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos" (GOMES, 2010, p. 87).

Neste aspecto, é necessário que a Ciência da Informação se entenda como responsável pelos debates que envolvam o acesso à informação, ao conhecimento, e aos equipamentos culturais, propiciando o desenvolvimento do espírito crítico. O bibliotecário, categoria profissional que deriva da Biblioteconomia, que dialoga e interage com a Ciência da Informação, precisa constantemente se questionar sobre se está, de fato, apropriando-se dessas concepções e aplicando-as.

A discussão sobre a informação, suas propriedades, sua materialidade, ou mesmo, a preocupação pelos ruídos no processo de comunicação, embora necessários nos contextos teóricos, precisa ladear as preocupações mais emergenciais, que se traduzem nas desigualdades sociais, gênese das muitas enfermidades que nossa sociedade vem passando.

Ortega y Gasset (1976), ao abordar a missão do bibliotecário, lembra que as necessidades sociais, dado seu caráter histórico, são as que influenciam o surgimento de uma profissão, tendo no papel do bibliotecário, ainda que embrionariamente vinculado ao livro, uma importância maior quando o relacionamos com a democracia, onde o acesso à informação permite formar sujeitos autônomos e críticos de seu contexto social.

Dessa forma, torna-se imperativo considerar e questionar constantemente se, embora o bibliotecário seja formado a partir dos entendimentos de uma ciência social que reconhece a importância da informação e formação do sujeito através do conhecimento, estamos genuinamente preocupados com essas questões e fundamentos, ou simplesmente nosso fazer se desvincula de sua gênese e servimos a outros senhores e a outros ideais.

4 OS FLUXOS INFORMACIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: convergências e complexidades

Na busca por refletir sobre o elo que integra a mediação da informação aos fluxos informacionais, é necessário aproximar compreensões, que são importantes no entendimento do todo e das partes no contexto dos ambientes informacionais e no intento de satisfazer as necessidades informacionais do leitor em um ambiente complexo.

A esse respeito, quando se aborda, por exemplo, a informação eletrônica, colabora-se para ficar mais fácil de entender a relação com os fluxos, pois ambos trazem consigo outros vieses, como o digital e o virtual, em seus suportes híbridos pautados na dinamicidade das plataformas tecnológicas, dinamicidade misturada à efemeridade.

Essas características de dinamicidade, efemeridade e fluidez (dentre outras) das informações, tão presentes também no debate dos fluxos, são abordadas por Almeida Júnior (2008), ao resgatar suas abordagens de 2004, no âmbito das informações eletrônicas e atividades culturais. No que se refere a este texto, não avançaremos às questões relativas às atividades culturais, que, por si, dariam extensas linhas de discussão. Enfatizaremos a questão das informações eletrônicas e suas correlatas.

No bojo desse assunto tão integrado aos nossos dias, em que a tecnologia se alojou em todos os ambientes, é ela, a tecnologia, que dá aparente aspecto de moderno profissional da informação, ao mesmo tempo em que coloca a discussão da Ciência da Informação como atual.

Entretanto, a tecnologia vem evidenciar discrepâncias no entendimento da comunidade científica referente ao objeto de estudo da área. Afinal, se o objeto da Ciência da Informação é a informação registrada, como estudar algo que não é, mas está informação? Como lidar com sua efemeridade?

Assim, Almeida Júnior (2008, p. 51) propõe "que o objeto da Ciência da Informação seja, mais do que a informação, a mediação da informação". É um ponto fundamental de discussão, que, por razões históricas, não é consenso e tampouco a corrente prevalecente. Entretanto, há de se considerar esse aspecto quando nos colocamos em posição de limitação na busca de um entendimento sobre nosso objeto de estudo. Se considerarmos que lidamos com a informação registrada, estamos

objetivando; portanto, não poderemos avançar na subjetividade que compõe o conhecimento e nos processos que compõem a sua apropriação e construção.

Além disso, torna-se paradoxal dizer que lidamos com a informação registrada presente num ambiente tão subjetivo e híbrido como os ambientes digitais. Novamente a limitação exige uma mudança no olhar, que, por conseguinte, possa nos levar a novos paradigmas, voltados à complexidade dos fenômenos.

Também os fluxos informacionais endossam o mesmo problema, em que derivam da teoria dos sistemas, quando se busca objetivar de tal maneira que não ceda espaço para as especificidades, conflitos, multiplicidade de olhares e compreensões, necessários ao fazer científico em um contexto social.

Bauer (2009) evidencia o exposto ao colocar a deficiência da teoria dos sistemas, que busca a noção de equilíbrio, forjada dos sistemas naturais, cujo ciclo sem interrupções visa exatamente ao equilíbrio, sem possibilidade de relativizar, num processo rígido de delimitação.

A esse respeito, o desenvolvimento da sociedade, por meio de novos questionamentos oriundos da realidade já dissociada das explicações do modelo vigente, fez emergir novas concepções e entendimentos que puderam dar cabo das limitações previstas no sistemismo que limitava a maneira de entender o contexto geral e as especificidades daquele momento histórico.

Morin (2005) esclarece que a teoria dos sistemas contribuiu para solucionar o problema do reducionismo que permeava a compreensão do pensamento clássico, ao incorporar o holismo como novo princípio que explicava a totalidade e não somente no nível dos elementos de base, ou seja, nas partes, como fazia o reducionismo. Porém, o holismo, na teoria dos sistemas, estava igualmente subordinado ao reducionismo ao qual se opunha, contemplando também uma visão parcial, unidimensional e simplificadora do todo.

Ao refletir de maneira ampla e reelaborar o conceito de sistemas, Morin (2005) supera alguns conceitos presentes no pensamento clássico, como o reducionismo, que compreende o todo a partir da descrição das partes; o holismo, que reduz o que é complexo apenas ao todo, negligenciando as partes; e o hierarquismo, que impõe uma precedência unilateral do todo sobre as partes, compondo uma estrutura rígida na relação todo/parte.

Seguindo suas compreensões, o pensamento complexo nos sistemas deve avançar de uma relação linear determinista de causa-efeito para uma compreensão considerando relações onde ocorram a auto-organização e o dinamismo do sistema, em situações de complementaridade e, por vezes, até antagônicas e conflitantes. Esse conflito, também presente na mediação, é próprio dos sistemas vivos, onde o olhar não se concentra somente nas estruturas, mas também nos sujeitos.

Essa flexibilidade que permite lidar com constituintes e situações heterogêneas é essencial para os sistemas complexos, e que, novamente, retorna à discussão tanto nos fluxos de informação quanto na mediação da informação, pois resultam na convivência dual do uno e do múltiplo, ou do individual e do coletivo, ou do singular e do plural, ou do sujeito e do mundo.

Assim, complexidade, fluidez, subjetividade, conflito e dinamicidade despontam como elos integradores entre os fluxos de informação e a mediação da informação que, por razões aparentes, são algumas características da natureza da informação, discutidas nestes e em outros temas nas várias disciplinas e campos científicos, cada uma com suas interpretações e ênfases que lhe são peculiares e que continuam sempre atualizadas, que avançam e se ampliam mesmo nas condições de tensionamentos próprios da ciência.

5 CONCLUSÃO

O sujeito informado é, teoricamente, mais crítico em relação ao seu contexto, a partir das reflexões oriundas dessas ideias, isto é, do conhecimento construído, fruto da apropriação das informações. Nesse sentido, pode influenciar e transformar o sistema vigente e passar a ser protagonista dos rumos sócio-históricos.

Os ambientes organizacionais, fortemente sedimentados no modelo econômico vigente, qual seja, o modelo capitalista, são dependentes do sujeito cognoscente, através de suas ações e decisões, pautadas nos seus conhecimentos, que nem sempre são suficientes para o nível de ação/ decisão por ele executado. O que outrora dependia apenas das forças físicas de trabalho nas linhas de produção mudou para as forças cognitivas, mentais, ainda que em parte do processo existam serviços operacionais puramente mecânicos.

Concluímos, com os aportes trazidos para esta pesquisa, que as inter-relações estabelecidas entre a mediação da informação e os fluxos de informação partem das constituintes e características mencionadas, que colaboram, consequentemente, para reforçar o caráter social da Ciência da Informação, que se preocupa com a complexidade dos fenômenos informacionais pertencentes à sociedade em todas as suas ambiências e interações.

A compreensão do todo e das partes, concomitantemente, e as noções de incompletude e de conflito são características essenciais para o pensamento complexo, em que se conhecem os fluxos, os caminhos, as etapas, os vieses, as especificidades de cada ambiente, situação, fato, contexto; e se entende de maneira ampla, lato, as generalidades do ambiente e realidade a que pertence.

É possível considerar também que a informação é percebida a partir da relação com o sujeito, gerando um movimento dinâmico e dual, e o sujeito constrói o conhecimento a partir da sua relação com os outros, com o mundo, momentos em que a mediação se faz presente. Não há como se distanciar, se isolar, e querer um olhar multidimensional.

De maneira igualmente dialógica, no contexto dos fluxos, observa-se que, para a apropriação da informação, é preciso fazer uso da percepção e dos recursos sensoriais que compõem e interagem com o exterior (externo). Em contrapartida, necessita-se de posterior reflexão, análise, síntese, que compõem o interior do indivíduo (interno). Essa relação de espaço e tempo por vezes não é percebida, devido à velocidade com que acontece, mas se reflete no julgamento, nas decisões e ações do indivíduo.

Considerando as conclusões e o entendimento de que este tema se mantém importante para o desenvolvimento da ciência e da sociedade e, portanto, não se esgota neste texto, sugere-se a continuação de pesquisas que contemplem os fundamentos sociais e epistemológicos da mediação da informação, dos fluxos de informação, e outros temas abarcados pela Ciência da Informação, proporcionando, com isso, um debate transversal sobre a complexidade inerente aos fenômenos investigados por essa ciência de natureza social, com postura pós-moderna e atuação interdisciplinar.

A mesma sugestão vale para a realização de pesquisas que se concentrem na constatação e aplicabilidade dos conceitos discutidos, em que se pode verificar a aderência dos temas aqui apresentados, estabelecendo o diálogo entre teoria e prática, fundamentais para o atendimento das demandas sociais presentes e futuras.

Por fim, cabe destacar que sem a relação e reflexão não ocorre apropriação da informação e tampouco há construção de conhecimento e, assim, permanece-se no pensamento raso, dissociado da realidade, e na inércia que a ignorância concede e que satisfaz àqueles que não querem mudanças que prejudiquem o *status quo* que os favorece.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento.** São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

AMEIDA JÚNIOR, O. F. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 31-51.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985/1026>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BAUER, R. **Gestão da mudança**: caos e complexidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. Transdisciplinaridade nas Ciências: o lugar da Ciência da Informação. *In*: Encontro Brasileiro de Estudos da Complexidade (IEBEC), 2005, Curitiba. **Anais**... Curitiba, 2005.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BORTOLIN, S. A leitura e o prazer de estar na biblioteca escolar. *In*: SILVA, R. J.; BORTOLIN, S. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 65-72.

GOMES, H. F. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,** Brasília, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/28/58>. Acesso em: 11 dez. 2017.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ORTEGA Y GASSET, J. **El libro de las misiones**. Madrid: Espasa-Calpe, 1976.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. *In*: PINHEIRO, L. V. R. (Org.)**. Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 155-182.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade**: ambições e limites. Lisboa: Antropos, 2004. 203 p.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pósmoderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso 20 nov. 2017.

SARACEVIC, T. Interdisciplinarity nature of Information Science. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SILVA, J. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/download/89731/96288>. Acesso em: 10 dez. 2017.

TARGINO, M. G. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 12-17, jan./dez. 1995. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/7700>. Acesso em: 20 nov. 2017.

TAYLOR, R. S. **Value-added processes in information systems**. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1986.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Ambientes e fluxos de informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação em contextos empresariais: o caso do setor cárnico de Salamanca/Espanha. **BJIS**, Marília, SP, v. 7, n. Especial, p. 299-323, 1º sem. 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ARTIGO

SOBRE OS AUTORES

Elder Lopes Barboza
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista (UNESP).
E-mail: elderlopes@bol.com.br

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999). Professor associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor titular do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
E-mail: ofaj@ofaj.com.br

Recebido em: 14/11/2017; **Revisado em:** 18/12/2017; **Aceito em:** 19/12/2017.

Como citar este artigo

BARBOZA; Elder Lopes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2017.

Inf. Pauta ISSN 2525-3468 Fortaleza, CE v. 2 n. 2 jul./dez. 2017

ARTIGO

O ACESSO À INFORMAÇÃO E AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA: conquistas e desafios

ACCESS TO INFORMATION AND DOCUMENTARY PATRIMONY IN THE INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA: achievements and challenges

Tatiana Costa Rosa
IFRR
Leila Adriana Baptaglin
UFRR

RESUMO

Ao longo dos anos, o Estado de Roraima passou por diversas transformações estruturais e sociais, refletidas em suas instituições, e consequentemente em seus documentos. Tem-se como foco nesta pesquisa o Instituto Federal de Roraima (IFRR). Considera-se que esta instituição de ensino é um importante pilar na promoção da transparência informacional dentro do Estado de Roraima, visto que possui uma relação direta com a sociedade e que seus bens documentais guardam memórias valiosas da história do Instituto e do Estado. Para isso, questiona-se qual é a situação do acesso à informação e ao patrimônio documental do IFRR, considerando como base a Lei de Acesso à Informação (LAI). Objetiva-se, assim, apresentar aspectos acerca da situação do acesso à informação e ao patrimônio documental do IFRR no âmbito da LAI. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de campo e documental. Utiliza-se uma entrevista semiestruturada como instrumento para a coleta de dados. Os sujeitos entrevistados são dois arquivistas do Instituto, lotados na Reitoria e no *Campus* Boa Vista Centro, respectivamente. Por meio dos resultados obtidos, pode-se perceber que, mesmo fazendo parte da mesma instituição, a Reitoria e o *Campus* possuem realidades distintas, tanto no que tange ao acesso informacional, quanto ao patrimônio documental. Todavia, as perspectivas de ambos, voltadas ao acesso e aos bens documentais, são positivas.

Palavras-chave: *Acesso à informação. Patrimônio documental. Roraima.*

ABSTRACT

Over the years the State of Roraima spent several structural and social transformations, reflected in its institutions, and consequently in their documents. Has as focus in this investigation the Federal Institute of Roraima (IFRR). This educational institution is an important pillar in the promotion of informational transparency within the State of Roraima, because that has a direct relationship with the company and its documentary assets keep valuable memories of the history of the Institute and of the State. To this end, the question of the access to information and documentary heritage of the IFRR considering basis to LAI? The objective is to present aspects about the situation of the access to information and documentary heritage of the IFRR in the context of LAI. This research is characterized as qualitative, documentary and field. A semi structured interview as a tool for data collection. The subjects interviewed are two archivists from the Institute, crowded in the rectory, and in Boa Vista Campus Center, respectively. Through results one can realize that even part of the same institution, the Rectory and the Campus have different realities, both with respect to informational access, about the documentary patrimony. However, both perspectives on access and documentary goods are positive.

Keywords: *Access to information. Documentary patrimony. Roraima.*

1 O ESTADO DE RORAIMA: alguns aspectos tão inexplorados quanto ricos

O Estado de Roraima se encontra no extremo norte do Brasil, faz fronteira com os países da Venezuela e Guyana e com os Estados do Amazonas e Pará. Foi Território Federal do ano de 1943 até o ano de 1988, quando se tornou um Estado Federado. No ano de 1988, com a nova Constituição Federal, o Território Federal de Roraima foi extinto e deu lugar ao Estado de Roraima: "Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos." (Constituição Federal, 1988, Art. 14).

A capital do Estado de Roraima é Boa Vista, onde se concentra principalmente o militarismo e funcionalismo público do Estado. Na capital, encontra-se a melhor infraestrutura e maior produção de bens e serviços públicos, privados e culturais de Roraima.

Ao longo do processo de ocupação, ocorreu o fluxo migratório no Estado, especialmente em sua capital, recebendo pessoas de países vizinhos e de diversas regiões brasileiras, principalmente do Sul e Nordeste, tornando, assim, Roraima um Estado étnico diversificado e híbrido culturalmente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o ano de 1970 o crescimento populacional de Roraima obedecia à média do Brasil em termos de crescimento populacional. No entanto, entre os anos de 1980 e 1990 houve um aumento significativo, passando de 80 mil habitantes para 217 mil. Ainda hoje é possível observar o crescimento populacional e a existência da prática migratória para Roraima, porém com menor intensidade.

Conforme Hall (2006), o hibridismo acontece no processo de "tradução cultural". Tradução esta que o autor define como sendo:

> O processo de negociação entre novas e antigas matizes culturais, vivenciadas por pessoas que migraram de sua terra natal. Elas têm diante de si, uma cultura que não as assimila e, ao mesmo tempo, não perdem completamente suas identidades originárias. Mas precisam dialogar constantemente com as duas realidades. (HALL, 2006, p. 88-89).

Neste diálogo cultural entre roraimenses e roraimados, envoltos por relações de negociação, controle e poder que permeiam o hibridismo, encontra-se na história roraimense a influência da política e de vários povos. Isto faz com que ainda hoje vigore

a perspectiva de Magalhães (1986, p. 137), que esclarece: "A história de Roraima é ainda um vasto campo de investigação científica, tão inexplorado, quanto rico", e, consequentemente, o mesmo acontece com suas fontes documentais, pois, em meio a este Estado brasileiro de cultura híbrida, que afeta as diversas vertentes culturais existentes, sejam artísticas, musicais, literárias ou voltadas aos documentos, torna-se complexo construir um panorama histórico de Roraima. Entre tantas transições ocorridas, alguns aspectos históricos se perdem, principalmente no que diz respeito aos bens documentais, ao acesso a eles, e às suas informações.

Partindo deste pressuposto, tem-se como recorte nesta investigação o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), pelo fato deste ser uma renomada Instituição de Ensino Público Federal do Estado e por considerar que possui uma relação direta com a sociedade, tornando-se um importante pilar na implantação do acesso à informação e aos bens patrimoniais documentais. Utiliza-se como elemento norteador desta pesquisa a Lei nº 12.527 do ano de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação Brasileira (LAI).

Como problemática de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte questionamento: qual é a situação do acesso à informação e ao patrimônio documental do IFRR com base na LAI? Tal questionamento nos remete aos objetivos a seguir. Tem-se como objetivo geral apresentar aspectos acerca da situação do acesso à informação e ao patrimônio documental do IFRR no âmbito da LAI. E como objetivos específicos: realizar um levantamento dos tipos documentais que compõem o patrimônio documental do IFRR; diagnosticar as condições de acesso à informação e ao patrimônio documental no IFRR com base na LAI; e realizar um levantamento das perspectivas do IFRR frente ao acesso à informação e ao patrimônio documental.

Cabe salientar que esta pesquisa compõe parte da dissertação de mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima, intitulada "Antigos documentos, novas perspectivas: acesso ao patrimônio documental das instituições de ensino públicas federais de Roraima". Neste sentido, ao iniciar a investigação, realizou-se uma busca pelo estado da arte e pode-se constatar que são escassos os estudos e investigações contemplando o acesso à informação e o patrimônio documental roraimense, justificando-se, assim, o desenvolvimento desta pesquisa e da dissertação. A partir disso, iniciou-se uma estruturação metodológica qualitativa, através de um estudo de campo e documental. Utiliza-se uma entrevista

semiestruturada como instrumento para a coleta de dados, e os sujeitos entrevistados são dois arquivistas do Instituto, lotados na Reitoria e no *Campus* Boa Vista Centro, respectivamente. Assim, esta pesquisa pode vir a contribuir com docentes, pesquisadores e estudantes que utilizam os documentos históricos como fontes em suas investigações, bem como aprimorar a imagem e o reconhecimento do IFRR perante a sociedade em geral, que poderá ter uma noção de como ocorre o acesso à parte da história de uma instituição de ensino pública federal roraimense: IFRR.

2 O INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA E SUA TRAJETÓRIA

Para compreender aspectos acerca da atual situação do acesso à informação e aos bens patrimoniais documentais do IFRR, é imprescindível conhecer seu histórico e suas evoluções institucionais, tendo em vista que este conhecimento prévio possibilitará entender a formação de seu acervo documental, pois, para Bartalo e Moreno (2008, p. 27), "Investigar a organização, entidade ou instituição em sua dimensão histórica significa, antes de tudo, entendê-la como parte da sociedade, do contexto e de modelos que foram sendo desenvolvidos com o tempo".

De acordo com o seu portal eletrônico, antes de se tornar Instituto Federal, o IFRR passou por algumas mudanças estruturais e em sua nomenclatura. Inicialmente, no ano de 1986, era denominado Escola Técnica de Roraima (ETR), pertencente ao então Território Federal de Roraima. Suas atividades tiveram início em 1987. Com a Constituição de 1988, o Território Federal de Roraima foi elevado à categoria de Estado e, assim, a partir de 1989, a ETR passou a integrar a rede de ensino estadual. No ano de 1993, ela retornou à rede federal, denominando-se Escola Técnica Federal de Roraima (ETF-RR).

O Decreto Presidencial s/nº, de 13 de novembro de 2002, transformou a ETF em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), fazendo valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior. Em 2005, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (UNEDS) em diversas unidades da federação. O Estado de Roraima foi contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do

Estado. Na segunda fase do Plano de Expansão, o CEFET-RR foi contemplado com outra UNED, no município de Amajari, localizado no norte de Roraima.

No dia 29 de dezembro do ano de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação. A partir dessa data, o CEFET-RR passou a ser chamado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três *campi*: Boa Vista Centro, Novo Paraíso e Amajari, além da Reitoria. No ano de 2011, o IFRR, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi contemplado com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na capital do Estado. Em 2014, foi implantado o *Campus* Avançado do Bonfim, no município de mesmo nome, o qual faz divisa com a Guyana.

Somente em setembro de 2014 ocorre a nomeação do primeiro arquivista do Instituto, lotado na Reitoria, e em janeiro de 2015 foi nomeada a segunda arquivista da instituição, lotada no *Campus* Boa Vista Centro, autora desta pesquisa. Frente a esta complexa trajetória histórica, obviamente refletida nos documentos que compõem as atividades cotidianas da instituição, a produção e a guarda documental também sofreram alterações e muitas perdas nas transições entre cada etapa, afetando, em decorrência disto, a disponibilização do acesso à informação e ao patrimônio documental do IFRR.

3 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO BRASILEIRA E AS PECULIARIDADES DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A Lei nº 12.527, conhecida como a Lei de Acesso à Informação brasileira, foi sancionada pela então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, no dia 18 de novembro de 2011, e dispõe o seguinte: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências." A LAI passou a vigorar em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724, e tem como propósito afirmar o direito fundamental de acesso dos cidadãos às informações públicas. De acordo com Jardim (2012, p. 18):

> É uma oportunidade histórica para a sociedade e o Estado brasileiros aprovação de uma Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) após 23 anos de uma Constituição que consagrou os princípios do direito à informação e do dever da administração

> pública na gestão e acesso a documentos, sucedida por dispositivos legais regulamentadores que jamais foram implementados.

Embora antes de sua promulgação fossem adotados outros dispositivos legais, somente com a LAI as instituições públicas vêm efetivamente aplicando e concretizando ações para que se promova a transparência administrativa em todas as esferas da administração pública, pois seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes: Executivo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), Legislativo e Judiciário.

No Art. 10 da LAI está estabelecido que: "Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades [...], por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida". (BRASIL, 2011). Deste modo, é possível solicitar informações, incluindo sobre os bens patrimoniais documentais das instituições públicas, por qualquer "meio legítimo". Estes meios legítimos são: telefone, portais eletrônicos, carta, e-mail ou mesmo pessoalmente, e não mais apenas nos órgãos responsáveis e nos arquivos, como ocorria antes da LAI ser promulgada. Conforme Minetto (2012), o Art. 10 da LAI:

> É o grande diferencial da LAI, não sendo encontrado entre os dispositivos legais mencionados anteriormente, pelo seu caráter essencialmente democrático. É que ele de fato, permite o amplo acesso da população à informação pública ao longo de seu ciclo vital, diferentemente do que previa a Lei dos Arquivos, com acesso apenas aos documentos de caráter permanente e que fossem encontrados nas instituições arquivísticas. (MINETTO, 2012, p. 18).

Antes da promulgação da LAI, as informações podiam ser solicitadas pessoalmente nos órgãos e arquivos públicos, porém, ao solicitá-la, nem sempre o cidadão tinha certeza se iria recebê-la, e se em caso negativo teria uma justificativa para ocorrer tal fato. Com a LAI, ficou estabelecido que o prazo para o órgão público dar o retorno quando um cidadão solicita informação é de vinte dias, podendo ser prorrogado por mais dez dias. Caso o cidadão não obtenha retorno após esse período, o órgão público deve informar o motivo pelo qual não disponibilizou a informação requerida, e o cidadão pode recorrer.

Como a LAI contempla informações e documentos independente da fase do ciclo vital em que se encontrem (do arquivo corrente ao arquivo permanente), um aspecto que se destaca na LAI diz respeito ao cuidado desta Lei em estabelecer novos graus de sigilo e prazos de guarda dos documentos. Os documentos considerados ultrassecretos tinham, antes da implantação da LAI, o prazo de guarda de trinta anos, podendo este ser prorrogado. Já os documentos considerados secretos tinham como prazo de guarda vinte anos, os confidenciais dez anos e os reservados cinco anos. Com a implantação da LAI, tem-

se: documentos ultrassecretos com prazo de guarda de vinte e cinco anos, e podem ter seu prazo prorrogado por somente uma vez, o documento considerado secreto tem como prazo de guarda quinze anos, o anteriormente considerado confidencial não existe mais (atualmente ou é secreto ou reservado), e o considerado como reservado tem o prazo de guarda de cinco anos. Com exceção dos documentos classificados como ultrassecretos, nenhum dos demais pode ter seu prazo de guarda prorrogado. Os documentos classificados como "em segredo de justiça" possuem somente a determinação de sigilosos, porém o cidadão tem o direito de requerê-los desde que tenha uma justificativa legal.

Se comparado aos demais países, os indicadores de transparência no Brasil são positivos. Segundo a última edição do *Open Budget Index* (Índice do Orçamento Aberto), do ano de 2015, realizado pelo IBP (*International Budget Partnership*), o Brasil é considerado um dos países mais transparentes do mundo, ficando em 6º lugar entre cem países selecionados, perdendo apenas para os países: Nova Zelândia; Suécia; África do Sul; Noruega; e Estados Unidos da América (EUA).

Um dos grandes aliados do Brasil para a promoção da transparência e do avanço na consolidação da implantação da LAI é a governança por meio eletrônico, contando fundamentalmente com os portais eletrônicos para disponibilizar o acesso à informação, sendo que a LAI conta com dois tipos de transparência: a ativa (na qual as informações são disponibilizadas nos portais eletrônicos das instituições públicas, sem que o cidadão as solicite), e a transparência passiva (na qual o cidadão solicita as informações de que necessita).

São estabelecidos pela LAI dois responsáveis, a fim de garantir o seu cumprimento no Poder Executivo Federal. O primeiro responsável, previsto no Art. 40 da LAI, é a autoridade de monitoramento, que verifica o cumprimento da LAI no ente público a que pertence, onde cada órgão e entidade indica um dirigente para desempenhar essa atribuição. O outro responsável é a Controladoria Geral da União (CGU), que monitora a LAI em todo o Poder Executivo Federal, cabendo fomentar a cultura da transparência e a conscientização sobre o direito de acesso à informação.

Vale ressaltar que o agente público que descumprir propositalmente os requisitos estabelecidos pela LAI pode ter como punição, no mínimo, uma suspensão, e poderá responder por improbidade administrativa.

Como mencionado anteriormente, a LAI contempla a informação e, por consequência, o documento em qualquer fase do ciclo vital, independente do caráter que

possua (corrente, intermediário, permanente). Contudo, vale ter em mente que não necessariamente pelo fato das instituições fornecerem o acesso à informação, elas forneçam o acesso a um documento em si, especialmente àqueles considerados de caráter permanente histórico, os patrimônios documentais, devido às peculiaridades que estes possuem.

O termo “patrimônio documental” é amplamente utilizado no meio arquivístico, especialmente ao tratar da preservação da documentação histórica. Porém, o termo traz consigo incertezas e questionamentos quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação. É comum observar, por exemplo, casos em que o termo é utilizado como forma de divulgação da instituição ou da própria documentação, alegando que aquele material é um patrimônio documental e deve ser preservado.

Por vezes, o termo “patrimônio documental” é aplicado sem uma exploração de sua noção, fato que, visto por uma perspectiva otimista, é positivo, pois, em não ter uma concepção engessada, é permitido o livre uso do termo.

Lage (2002) é uma pesquisadora que se aprofunda na compreensão acerca do patrimônio documental e destaca que:

> Mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de Patrimônio Documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como são as Ciências da Documentação e Informação, a História das Populações e a Demografia Histórica e os Estudos Culturais e Sociais das Ciências e das Técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento. (LAGE, 2002, p. 14).

No que diz respeito aos arquivos em geral e, principalmente, os de instituições de ensino, os documentos geralmente passam a ser considerados bens patrimoniais após passar pela função arquivística de avaliação e se tornarem de caráter permanente, com valor histórico. Bellotto (2006) esclarece que:

> Um arquivo permanente não tem seu arquivo constituído de ‘preciosidades’ colecionadas aqui e ali, recolhidas para que, com elas o historiador estabeleça seu referencial de fontes. Um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos em geral há mais de 25 anos[...] remanescentes de eliminação criteriosa. (BELLOTTO, 2006, p. 115).

A autora afirma que um documento tem que merecer ser permanente e entrar na considerada terceira idade. A análise deste merecimento se dá por meio da avaliação documental, que compreende o que é permanente levando em conta o valor dos documentos, que podem ser: de valor primário/administrativo ou de valor

secundário/histórico. Quando o documento possui o valor secundário/histórico, ele é geralmente considerado por profissionais do meio arquivístico como patrimônio documental de uma instituição, pois ele "É produzido para a administração e guardado para a história" (BELLOTTO, 2006, p. 17).

De acordo com o portal eletrônico do IPHAN: "O tombamento de acervos documentais não é prática recorrente nas instituições; isso porque a própria gestão documental, desde que estruturada e em pleno funcionamento, acabará por selecionar aqueles documentos considerados permanentes e históricos". Assim, o ato explícito de se tombar ou atribuir um valor patrimonial à documentação ocorre em situações de risco, onde os acervos documentais estejam, por diversos fatores, ameaçados de desaparecer. Contudo, não existe uma política nacional clara ou norma específica que estabeleça critérios do que pode ser considerado como patrimônio documental, e se este precisa necessariamente ser tombado como patrimônio, ou se, pelo fato de ter potencial histórico-cultural, pode ser considerado como um bem patrimonial.

O que existe voltado aos documentos é o programa *Memory Of World – MOW* (Memória do Mundo), criado pela *United Nations for the Education, Science and Culture Organization* (UNESCO), órgão responsável por conferir o título de patrimônio a alguns documentos e por apresentar algumas diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Conforme Edmondson (2002, p. 6), "A consciência crescente do lamentável estado de conservação do patrimônio documental e do deficiente acesso a estes em diferentes partes do mundo foi o que deu o impulso original" para a criação deste programa da UNESCO. Ele existe desde o ano de 1992, e "Reconhece a importância do patrimônio documental internacional, regional e nacional; inscreve-o em um registro e outorga um logotipo para identificá-lo. Facilita também sua preservação e acesso sem discriminação [...]" (UNESCO, 2002, p. 9).

O Brasil participa do Programa Memória do Mundo por meio de seu comitê nacional, que desenvolve as ações pretendidas pelo Programa em nível de país. O comitê nacional do Brasil foi criado junto à estrutura do Ministério da Cultura do Governo Federal, por meio da Portaria nº 259, de 2004, e regulamentado pela Portaria nº 61, de 2007.

O ponto alto deste programa é o fato dele considerar que a importância dos documentos com valor (estabelecido pelo comitê) "transcende os limites do tempo e das culturas, e que devem ser preservados para as gerações atuais e futuras e serem postos de alguma forma à disposição de todos os povos do mundo". (EDMONDSON, 2002, p. 8).

Entretanto, este programa dificilmente atingirá todas as instituições que guardam bens patrimoniais documentais, pelos mais diversos fatores, entre eles: falta de interesse das instituições em submetê-los ao comitê, falta de pessoal qualificado que encontre documentos com potenciais de bens patrimoniais, ou até mesmo desconhecimento deste programa por parte das instituições.

Por isso, nesta pesquisa, parte-se do princípio de que, embora os bens documentais do IFRR não estejam tombados como patrimônio documental, eles têm aspectos de bens patrimoniais, conforme o referencial apresentado embasa, pois são documentos permanentes, que possuem valor histórico-cultural e, mesmo não possuindo explicitamente a nomenclatura de "patrimônio documental", não devem ser menosprezados. Nesse sentido, estes documentos são fontes importantes para a compreensão da constituição identitária e da memória histórica do instituto, dos sujeitos e, consequentemente, do Estado de Roraima.

4 CAMINHOS DA PESQUISA

Para atingir os objetivos inicialmente propostos, esta pesquisa utilizou uma metodologia que possibilita desenvolver um caminho ordenado de estudo. Deste modo, caracteriza-se como: qualitativa, de campo e documental.

Quanto à abordagem, adotou-se a qualitativa, considerando que "Não se procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada [...]" (GODOY, 1995, p. 58).

Esta abordagem permite verificar a relação da realidade, oportunizando uma interpretação indutiva por parte do pesquisador. A pesquisa é também de campo, mas utiliza como base referencial teórico publicado e reúne conhecimentos em relação ao tema pesquisado, contando com o auxílio de um diário de campo, onde constam as observações diretas da autora, seguindo a perspectiva de Gil (2008, p. 53), o qual aponta que a pesquisa de campo "É desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre". Além disto, caracteriza-se também como documental, pois foi realizado um levantamento dos tipos documentais que compõem o patrimônio documental do IFRR e se

teve como base tanto para fundamentar, quanto para alcançar os objetivos, documentos escritos, como: Leis, Decretos etc., disponíveis virtualmente e os documentos manuscritos do próprio Instituto.

Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados uma entrevista semiestruturada, visto que "as narrativas orais se apresentam muito mais do que uma mera técnica de coleta de dados, transformando-se nos próprios dados" (FREITAS, 2007, p. 109). A entrevista apresentou 8 (oito) questões: Quais os tipos documentais existentes no IFRR? (que também foram compreendidos por meio de observação direta); Como ocorre o acesso ao patrimônio documental da instituição pelo público interno e externo? Há adoção da LAI? Se não ocorre, por quê? Quem é o responsável por possibilitar este acesso? A transparência ativa está ocorrendo? Quais são as perspectivas da instituição frente ao acesso à informação no IFRR? E quais são as perspectivas da instituição frente ao patrimônio documental do IFRR?

Os sujeitos entrevistados são os dois arquivistas do IFRR, denominados como sujeito 1 da Reitoria e sujeito 2 do *Campus* Boa Vista Centro (CBVC), os quais estão envolvidos diretamente com a gestão documental e a disponibilização do acesso à informação no Instituto e se disponibilizaram a participar voluntariamente desta pesquisa. As entrevistas foram realizadas na primeira semana do mês de abril de 2017 e duraram cerca de quarenta minutos. A fim de realizar a observação direta em conjunto com a entrevista, optou-se por entrevistar os sujeitos em seus próprios locais de trabalho. Os dados obtidos foram compreendidos por meio da análise de conteúdo. Sendo esta análise estruturada a partir de categorias, as quais, segundo Bardin (2011), dizem respeito a " [...] todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mais complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo [...] (BARDIN, 2011, p. 48). As categorias de análise serão apresentadas e discutidas na sequência, com o apoio de referencial teórico publicado e trechos das citações dos entrevistados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: conquistas e desafios

Ao longo de sua existência, o IFRR vem produzindo, recebendo e armazenando documentos, de variados tipos[1]. Ilha (2009) afirma que o entendimento dos tipos documentais é fundamental ao profissional arquivista no processo de gestão documental. Segundo a autora, “Há a necessidade de analisar os termos usados na denominação dos tipos documentais quando da execução de funções arquivísticas, principalmente das funções de classificação.” (ILHA, 2009, p. 28).

Pode-se constatar que "Arquivisticamente falando, ao meu ver, não temos nada histórico aqui na Reitoria, porque armazenamos os documentos administrativos, como: processos que são abertos e também arquivados por aqui, de diversos assuntos referentes ao funcionamento institucional; administração de pessoal, material, e financeiro; além de, por exemplo, atas de reuniões; requerimentos de solicitações, geralmente dos próprios servidores lotados aqui; ofícios e memorandos de diversos assuntos, expedidos e também recebidos; boletins de serviço; e dossiês dos assentamentos funcionais de servidores." (SUJEITO 1, REITORIA - IFRR, 2017).

Desta forma, se por um lado a Reitoria possui tipos documentais administrativos, mais voltados às atividades meio do IFRR, por outro lado, observou-se diretamente que os tipos documentais existentes no *Campus* Boa Vista Centro são oriundos tanto das atividades meio, estabelecidas pelo Arquivo Nacional Brasileiro[2] (como: Organização e funcionamento; Pessoal; Material; Patrimônio; Orçamento e finanças; Informação e comunicações), quanto das atividades fins, definidas pelo Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA)[3], órgão subordinado ao Arquivo Nacional, como: Ensino Superior; Pesquisa; Extensão; Educação básica e profissional e Assistência estudantil.

O sujeito 2, do *Campus* Boa Vista Centro do IFRR, detalha em sua resposta os tipos documentais e as implicações que ocorrem devido ao fato do Instituto não dispor de um

---

[1] Conforme o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, tipo documental é o resultado da soma de espécie (a configuração que um documento assume, por ex. uma ata), mais a função/atividade que o produziu (por ex. uma reunião). Neste caso, um exemplo de tipo documental seria uma ata de reunião.
[2] Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.
[3] Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinao.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

arquivo central ou geral: "Na Coordenação de Protocolo e Arquivo do *Campus*, abrimos os processos e encaminhamos para o setor competente, armazenamos apenas os processos finalizados/permanentes, os demais processos ficam no setor responsável até solucionarem e nos enviarem para arquivamento. Mas na biblioteca, por exemplo, encontram-se os **documentos históricos** do *Campus* Boa Vista Centro, como: **jornais informativos institucionais antigos, e fotografias** que contam a história do IFRR, bem como na Coordenação de Comunicação Social armazenam-se **fotografias de eventos** realizados pelo IFRR, **filmagens antigas** e atuais **da instituição**. Nos demais setores, encontra-se a documentação administrativa em si, como: atas de reuniões, memorandos, ofícios e portarias dos mais diversificados assuntos institucionais; plantas baixas da estrutura física do *Campus* Boa Vista Centro, documentação de pessoal, referente à vida funcional dos servidores, como folhas de frequência, e documentação financeira, como folhas de pagamento. O Departamento de Registro Acadêmico e a Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos têm documentos e dossiês de alunos contendo históricos, fotografias de alunos, certificados de participação em eventos, diplomas de conclusão de curso e dossiês referentes aos estágios dos alunos." (SUJEITO 2, *CAMPUS* BOA VISTA CENTRO - IFRR, 2017, grifo nosso).

Aliada à entrevista, com a realização de uma observação direta, foi possível perceber que o *Campus* possui uma demanda e diversidade documental maior e diferenciada da encontrada na Reitoria do IFRR, a qual possui documentos administrativos. Esta demanda e diversidade diferenciadas são justificadas pelo sujeito 2, pelo fato do *Campus* Boa Vista Centro atender, além da parte administrativa, também aos alunos, em nível de Ensino Médio, Técnico e Superior, de modo que "O *Campus* tem tanto documentos administrativos, quanto acadêmicos e históricos. Temos documentos nas três fases (correntes, intermediários e permanentes), mas armazenados em cada setor, geralmente no setor que os produziu ou que os recebeu, porque não temos ainda um arquivo instituído." (SUJEITO 2, *CAMPUS* BOA VISTA CENTRO - IFRR, 2017). Este conjunto do contexto administrativo, somado ao acadêmico, resulta na formação de documentos permanentes, de cunho histórico, ou seja, de bens patrimoniais documentais do IFRR. Desta forma, pode-se compreender que os documentos com potenciais para serem considerados como patrimônios históricos do IFRR, encontram-se localizados no *Campus* Boa Vista Centro.

Quanto ao acesso à informação e aos documentos com potenciais de patrimônio documental, devido ao fato do IFRR não ter um arquivo independente (geral, central ou

permanente), e à gestão documental ainda estar em fase de implantação, pode-se constatar, novamente, que a Reitoria e o *Campus* Boa Vista Centro possuem realidades distintas.

O sujeito 1 da Reitoria cita que "O público externo, que seria a sociedade, não tem acesso aos documentos, somente às informações, pois não temos ainda uma estrutura de arquivo aberto ao público. Já o publico interno, sim, há um acesso tanto aos documentos quanto às informações, porque as pessoas pesquisam para desenvolver seus trabalhos dentro da instituição, mas vale salientar que a Reitoria possui só documentos administrativos, não tem nada histórico ou antigo do IFRR." (SUJEITO 1, REITORIA - IFRR, 2017). O fato do sujeito 1 mencionar que o público externo não tem acesso aos documentos da Reitoria do IFRR é preocupante, pois, por mais que na Reitoria encontre-se apenas a documentação administrativa do IFRR, a LAI determina que é direito de qualquer cidadão ter acesso às informações e aos documentos de caráter público. Este acesso só poderia não ocorrer caso os documentos tivessem algum grau de sigilo determinado, o que não é o caso no IFRR.

Já no *Campus* Boa Vista Centro, onde se encontra o patrimônio documental do IFRR, "O acesso à informação e aos documentos, tanto permanentes quanto correntes e intermediários, ocorre pelo público interno e público externo. O público externo são estudantes de outras instituições, pesquisadores, jornalistas, que, por vezes, vão procurar documentos e informações para suas pesquisas, ou mesmo as solicitam presencialmente ou virtualmente via Lei de Acesso à Informação. O público interno, que são os técnicos administrativos, docentes e alunos do Instituto, em geral acessam mais os documentos correntes e intermediários que utilizam para desempenhar suas atividades rotineiras dentro do *Campus*. Raramente o público interno solicita acesso aos documentos permanentes, ao patrimônio documental, talvez até por desconhecerem sua existência ou por não saberem onde encontrá-los." (SUJEITO 2, *CAMPUS* BOA VISTA CENTRO - IFRR).

Este relato do sujeito 2 vai ao encontro da perspectiva de Cruz Mundet (2012), que afirma que a valorização que documentos e arquivos vêm adquirindo nas últimas décadas está interligada à difusão e ao acesso à cultura propriamente dita, por parte dos cidadãos, pois, segundo o autor, documentos e arquivos contribuem para com a construção da identidade das sociedades mais desenvolvidas:

> Como consecuencia de este nuevo estado de cosas, los archiveros se ven envueltos en un nuevo reto profesional, que consistente en adoptar todas las medidas necesarias para satisfacer las necesidades de los usuarios externos, así como para

> captar sectores de población poco interesados en estos servicios e incluso desconocedores de su existencia" (CRUZ MUNDET, 2012, p. 152).

Assim, torna-se evidente que os arquivistas do IFRR devem desenvolver um trabalho no Instituto no sentido de promover a difusão dos bens que compõem o acervo documental, especialmente no *Campus* Boa Vista Centro, onde está o patrimônio documental, para que, deste modo, contemple tanto usuários internos quanto externos, ao difundir este bem cultural.

Ao questionar os sujeitos quanto à implantação da LAI, ambos afirmaram que o Instituto ainda está em fase de implantação, mas que já vem cumprindo a maioria dos requisitos estabelecidos por Lei. Contudo, ressaltaram que, pelo fato de serem recentes os projetos da criação de um sistema de arquivo integrado e regulamentação de políticas arquivísticas no IFRR, o cumprimento de alguns requisitos ainda deixam a desejar, por justamente não terem toda a documentação organizada e também pela escassez de recursos humanos, materiais e financeiros. Além disto, os dois sujeitos afirmaram que a transparência ativa ocorre de acordo com o que estabelece a LAI, faltando contemplar apenas dois requisitos dos dezoito estipulados pela Lei, são eles: A divulgação em detalhes dos formatos utilizados para estruturação da informação, e garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência. Os sujeitos destacaram, ainda, que o setor responsável por fornecer o acesso à informação é a ouvidoria do IFRR, com o auxílio dos dois arquivistas, enquanto a disponibilização do acesso aos documentos em si, incluindo os permanentes históricos do *Campus* Boa Vista Centro, cabe à arquivista do *campus*.

Quanto às perspectivas da instituição frente ao acesso à informação no IFRR, ambos os sujeitos concordaram que "Há boas perspectivas, no momento em que a instituição estiver totalmente habilitada em termos de recursos de pessoal e informatizado, em disponibilizar as informações, ao público em geral, pois assim vamos promover uma melhor transparência também da gestão." (SUJEITO 1, REITORIA - IFRR, 2017).

Também concordaram quanto às perspectivas da instituição frente ao patrimônio documental do IFRR: "As perspectivas são as melhores possíveis, no sentido de possibilitar, da melhor forma possível, o acesso a todos os documentos, principalmente aos permanentes históricos, e difundi-los, a partir do momento em que tivermos uma infraestrutura adequada, isto é, um arquivo permanente, que está em andamento aqui no *Campus*". (SUJEITO 1, *CAMPUS* BOA VISTA CENTRO - IFRR, 2017).

Destaca-se, desta forma, a importância de se ter um arquivo institucionalizado, para que seja possível contemplar, de forma ainda mais concreta, o acesso à informação e aos bens documentais do Instituto. Destaca-se, ainda, a importância de se ter um arquivo institucionalizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), para que seja possível contemplar, de forma ainda mais concreta, o acesso à informação e aos bens documentais do Instituto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no problema de pesquisa, qual é a situação do acesso à informação e ao patrimônio documental do IFRR considerando como base a LAI, foi possível perceber que o contexto histórico e social diferenciado da constituição do Estado de Roraima, extremamente híbrido social e culturalmente, é refletido ainda hoje em suas instituições, como exemplo do local escolhido para a realização desta investigação, o IFRR, assim como nos seus documentos e na sua cultura do acesso à informação.

No decorrer desta investigação, apresentaram-se, brevemente, aspectos e particularidades do acesso à informação e dos bens patrimoniais documentais do IFRR. Cabe ressaltar que muito tem de ser realizado no sentido de aprimorar o acesso e difundir os documentos do Instituto. Contudo, diversos são os fatores que implicam para que se realizem pesquisas e trabalhos voltados aos documentos do IFRR, entre eles: apoio governamental, instalações adequadas, recursos humanos capacitados, recursos financeiros, materiais, entre outros.

Não se buscou, nesta investigação, trazer respostas engessadas, mas sim apresentar uma realidade encontrada no IFRR sob o ponto de vista dos dois arquivistas da instituição. Assim, esta pesquisa poderá servir como base e motivação para que novos estudos nesta área sejam realizados dentro e fora do âmbito do IFRR, contribuindo com posteriores estudos acerca deste tema, uma vez que são escassos em Roraima. Possibilita, também, alavancar estudos relativos à gestão documental e às suas diversas vertentes, bem como a políticas de arquivo no IFRR, à execução de tecnologias nos arquivos do Instituto e proposições que passem a auxiliar a estrutura de documentação das Instituições Públicas Federais Educacionais e outras Instituições que carecem de uma organização arquivística condizente com as diretrizes do CONARQ.

REFERÊNCIAS

BARTALO, L.; MORENO, N. A. **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EdUEL, 2008.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental**.** 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 abr. 2016.

CRUZ MUNDET, J. R. **Archivística:** Gestión de documentos y administración de archivos. Madrid: Alianza Editorial S. A., 2012.

EDMONDSON, R. **Memória do Mundo:** diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, abr. 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: T. T. da Silva e G. L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ILHA, R. M. **Classificação documental:** um estudo dos instrumentos de gestão com vistas à padronização. 2009. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Arquivos) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Aberta do Brasil, Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2195/Ilha_Rita_Medianeira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dicionário do Patrimônio Cultural**: documentação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>. Acesso em: 11 out. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. IFRR. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1> Acesso em: 17 abr. 2017.

JARDIM, J. M. A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/68/110>. Acesso em: 16 abr. 2016.

LAGE, M. O. P. **Abordar o patrimônio documental:** territórios, práticas e desafios. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4).

MAGALHÃES, D. **Roraima:** Informações históricas. Rio de Janeiro, 1986.

MINETTO, G. V. **Lei de Acesso à Informação:** a implantação dos requisitos de transparência ativa nas universidades federais com curso de graduação em Arquivologia. 2012. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Departamento de Ciências da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67160>. Acesso em: 05 nov. 2017.

SOBRE AS AUTORAS

Tatiana Costa Rosa
Arquivista do Instituto Federal de Roraima (IFRR) - Campus Boa Vista. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).
E-mail: tatyrosaa@gmail.com

Leila Adriana Baptaglin
Professora do curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: leila.baptaglin@ufrr.br

Recebido em: 06/09/2017; **Revisado em:** 08/11/2017; **Aceito em:** 16/11/2017.

Como citar este artigo

ROSA, Tatiana Costa; BAPTAGLIN, Leila Adriana. O acesso à informação e ao patrimônio documental no Instituto Federal de Roraima: conquistas e desafios. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 74-91, jul./dez. 2017.

Inf. Pauta Fortaleza, CE v. 2 n. 2 jul./dez. 2017

ARTIGO

ENTRE O OBJETO E O SUJEITO: COMPOSIÇÃO, DIÁLOGO E CONFLUÊNCIA NA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

BETWEEN THE OBJECT AND THE SUBJECT: COMPOSITION, DIALOGUE AND CONFLUENCE IN THE RETRIEVAL OF INFORMATION IN ARCHIVES

Dacles Vágner da Silva
UFC
Osvaldo de Souza
UFC
Jefferson Veras Nunes
UFC
Lidia Eugenia Cavalcante
UFC

RESUMO

A Recuperação da Informação (RI) é investigada em diversas áreas, dentre elas a Arquivologia. Ao examinar o conceito de RI no campo da Arquivologia, percebe-se a influência de estudiosos e teóricos da Ciência da Informação (CI) e da Ciência da Computação. No presente texto busca-se entender a RI em relação aos ambientes chamados de arquivo e entender como a RI foi exercitada em publicações dos últimos anos sob a égide de elementos que podem compor visões de natureza tanto objetivista, bem como subjetivista – típicas de uma discussão já em desenvolvimento no terreno epistemológico da CI. A partir de tais traçados, lança-se o problema de pesquisa: como se relacionam as questões e os elementos tanto de ordem da objetividade como da subjetividade referentes à RI e aos temas correlatos no campo arquivístico? A pesquisa teve abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico. A coleta foi empreendida em portais digitais de revistas e periódicos científicos da CI e Arquivologia. Coletaram-se estudos que tratavam da RI em arquivos nos últimos cinco anos. O método de análise dos dados utilizado foi de conteúdo. Achados da pesquisa indicam que as visões baseadas na objetividade e subjetividade, considerando-se a relação objeto-sujeito, não se apresentam dicotômicas.

Palavras-chave: *Recuperação da Informação. Arquivologia. Objetividade-subjetividade. Ciência da Informação.*

ABSTRACT

Information retrieval (IR) is investigated in several areas, among them Archival Science. When examining the concept of IR in the field of archival science, one can see the influence of theorists from Information Science (IS) and Computer Science. This paper focus to understand IR in relation to the so-called archival environments and to understand how IR has been exercised in publications of recent years under the aegis of elements that can compose visions of both objectivist and subjectivist natures - typical of a discussion already under development in the epistemological field of IS. From these traces we raised the problem: how are the issues and elements related both to the order of objectivity and to the subjectivity of IR and related issues in the archival field related? The research had a qualitative approach, based on a bibliographical survey. Collecting data was performed in digital portals of scientific journals and journals of related to Archival Science. We collected studies that deal with IR in archives in the last 5 years. The data analysis method used was content analysis. Findings of the research indicate that visions based on objectivity and subjectivity, considering the object-subject relationship, are not dichotomous.

Keywords: *Information retrieval. Archivology. Objectivity-subjectivity. Information Science.*

1 INTRODUÇÃO

A Recuperação da Informação (RI), no contexto de frequente dinamicidade tecnológica e grande produção de dados/informações, é evidenciada como objeto crucial na Arquivologia, na Ciência da Informação (CI) e em áreas correlatas, como a Ciência da Computação (CC). Com o uso intenso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no cotidiano das organizações, verifica-se que a questão da recuperação é cada vez mais influente para operações de ordem administrativa. Todo esse contexto de contínua e intensa produção de documentos, aliado aos desafios que vão sendo postos às disciplinas documentais, como a Arquivologia e áreas afins (ARAÚJO, 2014), tais como a CI, estabelece problemáticas que se examinam tanto por estudiosos de uma como da outra área.

Nesse sentido, a discussão que emana do próprio objeto da área – a informação – invariavelmente envolve temáticas que, direta ou indiretamente, relacionam-se com esse objeto, no caso em particular considerado neste texto, a recuperação da informação.

Ao se discutir a RI no contexto da CI, torna-se também evidente a necessidade de discussão sobre a informação como algo externo, em certo antagonismo a informação como construção mental do indivíduo. Sobre o uso da informação, concordamos com Varela e Barbosa (2016), que nos dizem:

> Do ponto de vista objetivo, no âmbito das práticas informacionais e de sua interlocução com as Ciências Cognitivas, depreende-se que a busca e o uso da informação, em todas as dimensões – acesso, análise, interpretação, avaliação, produção, entre outros –, subentende o domínio de competências e habilidades específicas e inerentes, bem como o domínio da leitura e seu significado crítico, sendo todas estas categorias mentais integrantes da ação cognitiva.

Sendo a busca e uso da informação pertencentes às categorias mentais, há que se inferir serem, portanto, construções mentais e, portanto, não externas ao indivíduo. Todavia, a discussão sobre a informação como objeto no mundo externo ou como construção na mente de indivíduos (ZINS, 2011) corrobora para, sob uma perspectiva pluridisciplinar (POMBO, 2008), ampliar o leque de discussões sobre a RI em outras áreas. Ao incorrer a um exame do conceito de RI no campo da Arquivologia, percebe-se que a mesma vivenciou influências de estudiosos e teóricos da CI. É necessário, também, formular o sentido de recuperação da informação, no presente estudo, como sinônimo também de recuperação de documentos.

Portanto, é essencial compreender sobre a RI, no que tange aos ambientes denominados de arquivo, e entender como o conceito de RI foi trabalhado em publicações dos últimos anos sob a égide de elementos que podem compor visões de natureza tanto objetivista como subjetivista – típicas de uma discussão já em desenvolvimento no terreno epistemológico da CI. A partir de tais caminhos, pode-se indagar: como se relacionam as questões e os elementos tanto de ordem da objetividade, bem como da subjetividade referentes à RI e aos temas correlatos no campo arquivístico? Elege-se como objetivo no presente trabalho, portanto, conhecer e discutir as relações entre a objetividade e a subjetividade no contexto da RI no campo arquivístico.

O trabalho se divide em: "1 INTRODUÇÃO", que contextualiza e inicia a discussão do estudo no campo da RI, corroborado no ambiente de arquivos; "2 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: conceito", que expõe o entendimento do conceito de RI pelas duas principais áreas que o investigam, a saber a Ciência da Computação e a CI; "3 A OBJETIVIDADE E A SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA CIÊNCIA", onde analisou-se, de maneira sucinta, como a ciência entende o posicionamento do sujeito e também do objeto como partícipe na construção do conhecimento; "4 PERCURSO METODOLÓGICO", onde se explicitou os procedimentos e método utilizados para compor a investigação científica do estudo; "5 A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS: análise de estudos", que trouxe a exposição dos dados coletados, bem como a análise dos mesmos; "6 CONSIDERAÇÕES FINAIS", que finalizou a discussão, suscitando complementos para a análise do estudo e reflexões sobre a investigação efetuada; e "REFERÊNCIAS", expondo os trabalhos que colaboraram para a fundamentação e objetivo do presente trabalho.

2 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: conceito

O processo de industrialização traz consigo todo um arsenal de meios para produção de dados, informação e consequente conhecimento. Desde a invenção da prensa por Gutenberg, do telefone por Antonio Meucci e Alexander Graham Bell e da revolução tecnológica, que inseriu dispositivos cada vez menores e significativos ao cotidiano social – a exemplo do microcomputador e o celular –, o homem passa cada vez mais a produzir informação e passa também a ser consumidor dela.

Ainda que a etapa de produzir informação seja intuitivamente corriqueira, é no procedimento de recuperar o que foi produzido que as entidades (indivíduos e

organizações) suprem também suas necessidades informacionais. Sendo uma proeminente área de investigação científica, é importante ressaltar que o campo da RI é responsável por desenvolver e investigar questões que vão desde a ordem teórica, até a ordem prática, como a medição de índices de revocação, precisão e sucesso nos procedimentos de busca e recuperação, aprimoramento e constituição de algoritmos para sistemas de RI, dentre outras questões. Ela surge, portanto, como área que incentiva o desenvolvimento de produtos e a resolução de problemas comuns às áreas, fato que evidencia a sua base epistemológica, multidisciplinar, no objeto informação.

É nesse entrelaçamento multidisciplinar que a RI é conceituada, segundo Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013, p. 1), como temática que "trata da representação, armazenamento, organização e acesso a itens de informação, como documentos, páginas Web, catálogos online, registros estruturados e semiestruturados, objetos multimídia, etc." Infere-se, pela visão dos autores, que a RI é encontrada em diversas áreas de aplicação, abrangendo desde sistemas documentais até sistemas web de funcionalidades diversas.

Cardoso (2004, p. 1) ressalta o viés de automação do processo, afirmando que a RI estuda "o armazenamento e recuperação automática de documentos, que são objetos de dados, geralmente textos", enfatizando componentes e funcionamento de um sistema de RI:

> Os componentes do sistema incluem documentos, necessidades do usuário, gera a consulta formulada, e finalmente o processo de recuperação que, a partir das estruturas de dados e da consulta formulada, recupera uma lista de documentos considerados relevantes (CARDOSO, 2004, p. 2).

As necessidades do usuário citadas por Cardoso (2004) não são necessariamente uma abordagem, segundo Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013), focada pela Ciência da Computação. Para estes, o enfoque dado ao usuário é uma perspectiva dada muito mais pela Ciência da Informação. Corroborando essa perspectiva, Garcia (2007, p. 1) enfatiza que

> Para as áreas que lidam com a informação, o sentido é outro, pois para se recuperá-la, há que se selecionar, armazenar, preservar, tratar por um sistema, para permitir que o desejo sentido ou latente do usuário seja atendido, avizinhando-nos a um sentido diverso de perdido.

Peter Ingwersen, no livro "*Information Retrieval Interaction*", ressalta o usuário como partícipe do processo aqui discutido. Na visão do autor:

> "A recuperação da informação está preocupada com os processos envolvidos na representação, armazenamento, pesquisa e busca de informações relevantes para um requisito de informação desejado por um usuário humano" [i] (INGWERSEN, 1992, p. 49, tradução nossa).

Com a apresentação de definições e conceituações por autores provenientes tanto da área da CC como pela CI, podemos recorrer ao estudo desenvolvido por Khapre e Basha (2012). Na visão dos autores, "A partir da definição das duas disciplinas de recuperação de informações, é fácil ver que as duas compartilham uma perspectiva comum de recuperação de informações - usuários, tecnologia da informação e direções de pesquisa"[ii] (KHAPRE; BASHA, 2012, p. 232). Ainda sobre o entendimento da CC sobre a RI, e consequentemente do elemento denominado "informação", Khapre e Basha (2012, p. 235) entendem que

> [...] pesquisadores de recuperação de informações geralmente tratam a informação como fato e usam informações para fazer algum trabalho, como um índice de informação, codificação de informações, decomposição e análise de informações. Essa visão é baseada na natureza da informação, ou seja, específica, definível e pode ser codificada. A Recuperação da Informação da Ciência da Computação segue o princípio racional e tradicional de que a informação é a existência factual do mundo externo das coisas.[iii] (tradução nossa).

Na perspectiva da CI, segundo autores como Capurro, Khapre e Basha, discutidos a seguir, faz-se alusão aos paradigmas físico, cognitivo e social para entendimento do conceito de "informação". Nesse viés de análise, Khapre e Basha (2012, p. 233) são enfáticos ao afirmarem que "no campo da CI, a RI aceitou basicamente a natureza multinível do conceito de informação"[iv]. De acordo com a visão de Capurro (2003), é possível analisar como a RI foi influenciada por cada um dos paradigmas citados anteriormente. No caso do paradigma físico, o autor cita, por exemplo, os experimentos de *Cranfield* e corrobora à sua visão o lugar do sujeito (usuário) no processo.

> Torna-se evidente que, no campo da ciência da informação, o que esse paradigma exclui é nada menos que o papel ativo do sujeito cognoscente ou, de forma mais concreta, do usuário, no processo de recuperação da informação científica, em particular, bem como em todo processo informativo e comunicativo, em geral. (CAPURRO, 2003, não paginado).

Quanto ao paradigma cognitivo, proposto por Bertram C. Brookes e influenciado pela ontologia e epistemologia de Karl Popper, Capurro (2003, não paginado) afirma que "Brookes subjetiva, por assim dizer, esse modelo no qual os conteúdos intelectuais

formam uma espécie de rede que existe somente em espaços cognitivos ou mentais, e chama tais conteúdos de 'informação objetiva'" e que a partir de influências, principalmente de Nicholas Belkin,

> A teoria dos modelos mentais tem tido impacto no estudo e na concepção de sistemas de recuperação da informação, como mostram as análises empíricas realizadas por Pertti Vakkari com relação à conexão entre estado anômalo do conhecimento e estratégias de busca (Vakkari 2003) (CAPURRO, 2003, não paginado).

E quanto ao paradigma social, Frohmann (1995 *apud* Capurro, 2003) alerta quanto ao seu caráter "associal" e idealista. O paradigma social leva em conta a tessitura social onde o indivíduo se situa e não descarta o viés cognitivo. Capurro (2003, não paginado) não deixa de citar, ao contextualizar a RI no paradigma social, o paradigma "social-epistemológico".

> Birger Hjørland desenvolveu, junto com Hanne Albrechtsen (Hjørland 2003, 2003a, 2000, 1998, Hjørland/Albrechtsen 1995) um paradigma social-epistemológico chamado „domain analysis" no qual o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas („discourse communities"), ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna. Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo. Uma base de dados bibliográfica ou de textos completos tem caráter eminentemente polissêmico ou, como o poderíamos chamar também, polifônico. Os termos de um léxico não são algo definitivamente fixo.

Com essa explicitação sobre as perspectivas da CC e da CI em relação à RI, tanto como área quanto como processo, ficam visíveis aspectos em comum e distinções na forma de se articular elementos que a CI considera como partes do processo, e que o campo epistemológico da CC não enfatiza com a mesma proporcionalidade da primeira. A relação de objeto da CI com a CC suscita a discussão sobre a objetividade e subjetividade presente em ambas as áreas e fio condutor de amplas discussões filosóficas. É nessa perspectiva que seguiremos na próxima seção, a fim de compreender como tal debate pode proporcionar reflexões para o objetivo do presente estudo.

3 A OBJETIVIDADE E A SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA CIÊNCIA

A filosofia sempre foi a responsável por questionar elementos que constituem o campo científico, e foi desses questionamentos, enraizados nas mais diversas concepções filosóficas surgidas ao longo de séculos, que se assentou o grande debate sobre a objetividade e a subjetividade no contexto da investigação do fazer científico. A relação objeto-sujeito se fortaleceu, entre as diversas vertentes, por exemplo, tanto pelo idealismo, como pelo realismo.

No que tange a conceitos que servem de base para as várias vertentes – entre elas as citadas acima, e que eventualmente as fundamentaram – podemos citar o objetivismo e o subjetivismo, numa relação, inicialmente, de oposição. No objetivismo, o sujeito é determinado pelo objeto; este se coloca diante da consciência cognoscente do sujeito como coisa pronta, já determinada por suas próprias características. Segundo Johannes Hessen (1999, p. 71), "o centro de gravidade do conhecimento está no objeto." Um dos primeiros defensores do objetivismo foi Platão. Na concepção platônica, há um reino objetivo, composto de ideias.

> É exatamente nesse ponto que reside o pensamento nuclear do objetivismo. Para ele, os objetos são algo dado, apresentando uma estrutura totalmente definida que será, por assim dizer, reconstruída pela consciência cognoscente. (HESSEN, 1999, p. 70).

O objetivismo, presente fortemente na ciência, principalmente como doutrina predominante nas ciências naturais e exatas (química, física, biologia, matemática etc.), foi duramente criticado pela forma de se apreender ao objeto e pela visão de edificação do conhecimento no mundo das ideias. Um dos seus principais críticos foi Edmund Husserl, pai da Fenomenologia.

> A crítica de Husserl ao objetivismo da ciência gira, pois, em torno de dois aspectos: a) o esquecimento do sujeito e de seu mundo vital; b) a perda da dimensão ética, pois o método matemático objetivista renuncia explicitamente a tomar posição sobre o mundo do dever-ser. O mundo da vida é, para Husserl, um mundo que tem o homem como centro. Por isso, só o retorno à subjetividade transcendental poderá recuperar o sentido do humanismo e superar o desvio objetivista. Ser sujeito transcendental, no entanto, não significa outra coisa que um modo particular de existência do próprio sujeito humano enquanto esse desenvolve, ao máximo, suas possibilidades reflexivas. (ZILLES, 1996, p. 41-42).

O sujeito, na perspectiva objetivista, não era reiterado como parte elementar nas relações de investigação e construção do conhecimento (da ciência). Ao ser concebida a

existência de um "mundo externo", que independe da relação com o sujeito, a ciência (*hard*) não considerava como científico o fazer empreendido por outras áreas (*soft)* do conhecimento, indicando nesse sentido, as ciências sociais. O empreendimento de uma visão que propunha o conceber do mundo e todo arcabouço desse processo a partir do sujeito foi batizado de subjetivismo.

> [O subjetivismo] tenta ancorar o conhecimento humano no sujeito. Desloca o mundo das idéias, essa encarnação dos princípios do conhecimento, para o sujeito. O sujeito apresenta-se para ele como o ponto no qual a verdade do conhecimento humano está, por assim dizer, suspensa. Não se tem em vista, é claro, o sujeito pensante individual e concreto, mas um sujeito superior, transcendente. (HESSEN, 1999, p. 72).

É a transição do objetivismo para o subjetivismo, concebida por Santo Agostinho (conhecido também por Agostinho de Hipona) – com a ideia de um ser supremo detentor do edifício do conhecimento –, para o que Hessen (1999) chama de *neo-kantismo*. Por assim dizer, a escola *neo-kantista* concebeu o subjetivismo partindo do pressuposto lógico. A ideia predominante é de que "Não há objetos independentes da consciência, mas, ao contrário, todos os objetos são produções da consciência, produtos do pensamento." (HESSEN, 1999, p. 73).

Ao se reconhecerem as limitações existentes nas duas doutrinas, em especial nas vertentes que ocorrem em cada doutrina, é possível fazer um exercício de reflexão, por exemplo, da concepção dualista refletida por Baruch Espinoza, importante filósofo holandês, a partir da concepção moneísta/panteísta (HESSEN, 1999) e da influência do positivismo no século XIX, como meio de organização da ciência moderna. É, portanto, entre o polo do objetivismo e o polo do subjetivismo que se manifestaram em diferentes épocas a inscrição tanto de convergências como de divergências sobre a relação objeto-sujeito. É válido ressaltar que ramos da filosofia, como a Hermenêutica, vislumbram em suas posições a superação dessa relação dual, através do uso da linguagem como forma de compreensão do mundo (STEIN, 2010).

A partir desse entendimento, pode-se incorrer ao exame do que chamamos aqui de subjetividade e objetividade no presente estudo. Recorremo-nos ao dicionário de filosofia, de Nicola Abbagnano (2007). A definição de subjetividade, segundo tal dicionário, refere-se ao "Caráter de todos os fenômenos psíquicos, enquanto fenômenos de *consciência* (v.), que o sujeito relaciona consigo mesmo e chama de 'meus'" (ABBAGNANO, 2007, p. 922). Já a objetividade é definida, segundo Abbagnano (2007, p.

721), como "caráter da consideração que procura ver o objeto como ele é, não levando em conta as preferências ou os interesses de quem o considera, mas apenas procedimentos intersubjetivos de averiguação e aferição."

Na concepção das ideias de subjetividade e objetividade elencadas acima, lança-se mão do entendimento de ambas a partir da relação e das influências que estas exerceram nas concepções epistemológicas de áreas do conhecimento. A relação é aqui compreendida não necessariamente sob o objeto de investigação de uma dada ciência, mas nas influências exercidas e expressas em sua visão sobre as múltiplas manifestações de seu objeto, assim como na possível relação do sujeito como partícipe da conjuntura de investigação de processos de uma área científica – entendido aqui como uma das expressões do objeto.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa teve uma abordagem qualitativa, partindo do levantamento bibliográfico. A coleta de dados foi empreendida, inicialmente, no Portal da BRAPCI (2017), responsável por indexar periódicos tanto das áreas de CI como de áreas correlatas, a exemplo da Arquivologia. Entretanto, é válido ressaltar que a revista Acervo, notória publicação de Arquivologia no Brasil, mantida pelo Arquivo Nacional, não é indexada pela BRAPCI. Assim, os procedimentos descritos a seguir foram utilizados tanto no portal da BRAPCI como no portal da revista Acervo.

O primeiro passo, portanto, foi efetuar uma busca (nos portais tanto da BRAPCI como da revista Acervo) utilizando como critérios nos campos de busca o termo composto por "recuperação" associado ao termo "arquivo", que pode indicar tanto termos como "arquivístico" ou "arquivo". Outro critério adotado foi na seleção inicial de quais estudos seriam coletados, onde procurou-se enfatizar estudos que trouxessem como objeto de investigação a RI no contexto da Arquivologia ou de arquivos, com explicitação deste no título ou resumo e com recorte cronológico de 2013 a 2017. Assim, foram recuperados 5 (cinco) estudos no portal da BRAPCI e 1 (um) estudo no portal da revista Acervo, viabilizando uma cobertura do objeto a ser investigado.

O método utilizado para análise dos dados foi a análise de conteúdo, entendida por Bardin (1977, p. 38) como "o conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens." No

presente estudo, a análise de conteúdo se baseou nos procedimentos trazidos por Campos (2004), que se pauta por processos mais breves e menos densos do que os trazidos por Bardin (1977). Assim, Campos (2004) indica em seu escopo de etapas a possibilidade de definição de categorias (não apriorísticas) após contato inicial com os dados coletados. Na visão do autor, as categorias no contexto da categorização não apriorística

> emergem totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que inicialmente exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras, além de não perder de vista o atendimento aos objetivos da pesquisa. (CAMPOS, 2004, p. 614).

Dessa maneira, a aplicação do método de análise de conteúdo teve início com a fase de pré-exploração do material, onde se procurou estabelecer o contexto e deixar-se fluir impressões e orientações (CAMPOS, 2004). Em seguida, foi efetuada a seleção das unidades de análise (ou de unidades de significados). Nessa etapa, vislumbrou-se a análise de temas, em geral contidos ao longo de cada estudo coletado para análise. A razão de se apropriar da análise temática se evidencia pelo objetivo do trabalho de conhecer e discutir as relações entre a objetividade e a subjetividade no contexto da RI no campo arquivístico.

Após contato exaustivo com os dados coletados, foi possível categorizar, baseado na unidade de análise escolhida – temática –, o conteúdo a partir de vertentes que se evidenciavam em torno do assunto investigado – recuperação da informação em arquivos – pelo presente trabalho e, a partir dessas categorias, traçar como cada uma delas foi discutida nos estudos analisados e de que forma contribuem para entendimento do objetivo da pesquisa aqui desenvolvida. É importante frisar também que as unidades de contexto, importantes para se entender com exatidão o sentido da unidade de análise escolhida, se pautaram em parágrafos. Assim, as categorias definidas levavam em conta temáticas que permearam o desenvolvimento do estudo e foram explicitadas como fatores que atuam lado a lado com a RI em arquivos. As categorias foram, portanto: I) Representação da Informação; II) Necessidades de Informação; III) Mediação da Informação; IV) Gestão da Informação; V) Classificação e Organização Documental; VI) Busca, Acesso e Uso da Informação, ilustradas na figura 1:

Figura 1 – Categorias identificadas a partir dos estudos analisados.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com as categorias definidas, efetivaram-se novas classificações – conforme a fase de codificação do método de análise de conteúdo –, gerando subcategorias onde os estudos coletados se relacionam. Há, obviamente, o intuito de compreender as abordagens específicas dadas nos estudos para cada uma das categorias identificadas. O quadro 1, apresentado na próxima seção, exemplifica essas novas classificações.

Portanto, definidas as categorias, conforme a figura 1 (e as subcategorias conforme o quadro 1), foi possível avaliar como outras temáticas puderam se articular com a temática principal do presente trabalho e como tais categorias dialogaram para confluência do tema trabalhado.

5 A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS: análise de estudos

Como já determinado, é necessário conceber e entender a relação da RI em arquivos diante de visões distintas quanto ao foco de investigação, considerando-se as visões da CI e da CC, associadas pelo objeto – a RI. É nesse sentido que se optou por desenvolver a coleta e a análise sobre estudos de RI que se contextualizem no ambiente de arquivos. Assim, foram coletados 6 (seis) estudos, provenientes de revistas e

periódicos da área arquivística e de CI, indexados, respectivamente, no Portal da BRAPCI (2017) e na revista Acervo. Todos os estudos abrangem o recorte cronológico de 2013 até 2017. Os estudos recuperados e analisados foram:

"Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos", de ***Johanna Wilhelmina Smit***, do ano de 2013;

"A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística", de ***Renato Tarciso Barbosa de Sousa e Rogério Henrique de Araújo Júnior,*** do ano de 2013;

"Recuperação de imagens digitais e normalização arquivística", de ***Antonio Victor Rodrigues Botão e Rozali Fernandez de Souza, do ano de 2013;***

"A indexação na recuperação da informação em arquivos: uma abordagem inicial", de ***Mariane Costa Pinto, do ano de 2016;***

"Arquivos inteligentes: o uso do hipertexto digital na recuperação da informação", de ***Carlos Eugênio Silva Neto*** e ***Gustavo Henrique de Araújo Freire***, do ano de 2013;

"Descrição arquivística: a construção de um sistema de banco de dados para recuperação da informação", de ***Carlos Alexandre Gomes*** e ***Nelma Camêlo Araujo***, do ano de 2015.

Desse modo, é necessário expor os dados e determinar os caminhos traçados para coesão do presente estudo, no qual foram determinadas, com a aplicação da análise de conteúdo, categorias e subcategorias (não apriorísticas) no processo de codificação, que dialogam com a recuperação da informação em arquivos.

Quadro 1 – Categorias e subcategorias emergentes da análise de conteúdo.

Categorias	Subcategorias	Estudos
Representação da Informação	Normalização arquivística	BOTÃO E SOUZA (2013); GOMES E ARAUJO (2015).
	Taxonomia	SOUSA E ARAÚJO JUNIOR (2013).
	Descrição	SMIT (2013); SOUSA E ARAÚJO JUNIOR (2013); GOMES E ARAUJO (2015); PINTO (2016); BOTÃO E SOUZA (2013).
	Indexação	SMIT (2013); SOUSA E ARAÚJO JUNIOR (2013); PINTO (2016); BOTÃO E SOUZA (2013).
	NOBRADE	GOMES E ARAUJO (2015); BOTÃO E SOUZA (2013); SILVA NETO E FREIRE (2013).
	Hipertexto	SILVA NETO E FREIRE (2013).
Necessidades de informação	Linguagem	SILVA NETO E FREIRE (2013).

	Instrumento de RI (Guia, índice, catálogo etc.)	GOMES E ARAUJO (2015).
	Relevância	SMIT (2013); GOMES E ARAUJO (2015); BOTÃO E SOUZA (2013).
	Tradução em expressões de busca	SILVA NETO E FREIRE (2013).
Mediação de informação	Acesso	SMIT (2013).
	Contexto documental	SMIT (2013).
Gestão da informação	Produção, análise, organização e recuperação da informação	SILVA NETO E FREIRE (2013).
	Tecnologias digitais	SILVA NETO E FREIRE (2013).
Classificação e organização documental	Parte da função social do arquivista	SOUSA E ARAÚJO JUNIOR (2013).
	Parcialidade/Subjetividade	SOUSA E ARAÚJO JUNIOR (2013).
	Plano de classificação	SOUSA E ARAÚJO JUNIOR (2013); SMIT (2013).
	Organicidade	SMIT (2013).
Busca, acesso e uso da informação	Navegação	SILVA NETO E FREIRE (2013).
	Sistemas de informação	SILVA NETO E FREIRE (2013); BOTÃO E SOUZA (2013).
	Documentos digitais	SOUSA E ARAÚJO JUNIOR (2013).
	Banco de dados	BOTÃO E SOUZA (2013).
	Estratégias de busca	SMIT (2013).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os temas identificados na figura 1 – e com mais especificidade no quadro 1 –, aparecem de maneira mais direta em alguns estudos, enquanto em outros aparecem de forma mais discreta. No que toca à temática “representação da informação”, praticamente todos os estudos enfatizaram a importância da “representação da informação” como um viés comum no processo e sucesso de RI. Como partícipe desse processo, alguns desses estudos enfatizam o sujeito (SMIT, 2013; SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2013; PINTO, 2016; GOMES; ARAÚJO, 2015) – arquivista, indexador – na representação, bem como na posição de usuário, para quem essa mesma representação esteja planejada, coerente e coesa (SMIT, 2013; BOTÃO; SOUSA, 2013; SILVA NETO; FREIRE, 2013; GOMES; ARAÚJO, 2015). É possível, a partir desse primeiro ponto exposto, conceber o lugar do sujeito tanto do lado de quem representa como no lado de quem interpreta a representação.

Quanto aos temas de “busca, acesso e uso da informação”, “necessidades de informação” e “mediação da informação”, estes aparecem interligados em estudos que concebem um sujeito que visa suprir uma necessidade informacional – relacionada ao

trabalho, à vida privada (SMIT, 2013; SILVA NETO; FREIRE, 2013), bem como também em relação a um sujeito (arquivista), responsável pelo acesso e mediação da informação (SMIT, 2013; SILVA NETO; FREIRE, 2013). Em um estudo à parte (GOMES; ARAÚJO, 2015), a mediação é apresentada a partir de instrumentos utilizados por um sujeito (arquivista), para disponibilizar informações aos usuários. Outros estudos (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2013) concebem que questões relativas ao tema "busca, acesso e uso da informação", por exemplo, são influenciadas por questões externas ao sujeito que empreende, principalmente, o acesso e a busca. Ainda há os estudos (GOMES; ARAÚJO, 2015) em que o acesso é entendido como um processo, existente em sua própria razão.

A temática referente à "classificação e organização documental" transparece nos estudos sob uma perspectiva tanto de acesso como de preservação de relações entre documentos (SMIT, 2013). Esse vínculo é visto no estudo de Smit (2013) como algo existente ou atributo natural dos conjuntos documentais arquivísticos, ainda que a organização seja empreendida por sujeitos, e os atributos de organicidade sejam julgados a partir das perspectivas destes. A temática de organização é elencada (SMIT, 2013) no objetivo de acesso.

Por último, o tema "gestão da informação" foi citado em alguns estudos de maneira tímida (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2013) e mais expressivamente em outros (SILVA NETO; FREIRE, 2013), na condição de conceito que presume uma cadeia de ações que enfatizem aspectos do acesso, armazenamento e uso da informação por parte de usuários e de pessoas no geral.

É válido enfatizar que, considerando todos esses temas que circundam a recuperação da informação em arquivos, verifica-se uma dispersão no tocante à construção e à exaustividade de tal temática em arquivos. Observa-se que, intuitivamente, ao se abordar a RI em arquivos, presume-se, devido em grande parte à existência de múltiplas variáveis que influenciam a RI no tocante à Arquivologia, a existência de um leque de temas que circundam tal conceito. Temas elencados na figura 1 parecem se postarem como requisitos básicos, ainda que não tragam a mesma intensidade de detalhamento e discussão desses temas nos estudos, onde os focos são variados.

Pelos dados obtidos, verifica-se que as visões baseadas na objetividade e subjetividade investigadas na relação objeto-sujeito não transparecem de maneiras binária, dual, excludente. A lógica dessa relação parece romper com a ideia de não

integração entre visões advindas do antagonismo entre objeto e sujeito, evidenciando o traçado de "mundo construído" a partir de sujeitos que exercem o seu fazer.

A RI, no presente estudo, mostrou-se como área composta de visões dependentes dos entendimentos da Ciência da Computação, bem como pela Ciência da Informação. Evidenciou-se como um processo constituído por outros e que leva em conta – onde parece haver a influência da CI – a relação com o sujeito, a partir de bases lançadas por outras áreas de interesse.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a exposição dos resultados e sua posterior análise, foi possível se chegar à ideia de RI, no campo arquivístico, detentora de diálogo com outras áreas de investigação que variavelmente dialogam entre si e relacionam a objetividade e subjetividade numa interação pendular. É possível avaliar também, dado o ambiente arquivístico, composto de *n* variáveis, que a RI aí se estabelece de uma maneira distinta, afinal, a recuperação acaba por se evidenciar tanto do lado do usuário (sujeito), como também do lado do objeto, materializado em ambientes que não estão necessariamente contemplados nas investigações presentes na CC, que relaciona sua atuação à parte computacional, de máquina. Se a RI, em seu aparato do ramo computacional, não estabelece as peculiaridades presentes ao ambiente arquivístico, é tarefa da própria Arquivologia, em pleno diálogo tanto com a CI quanto com a CC, instaurar debates e reflexões sobre o que, anacronicamente, ficou limitado à elaboração de recursos técnicos, como os instrumentos de pesquisa, que são considerados bases para RI na Arquivologia. É nessa ruptura sobre qual RI desejamos para os arquivos – tanto pessoais, como institucionais – que o debate deve se estabelecer, pois é necessário levar em conta que a automatização e o anseio de informação são características de uma sociedade marcada pela exponencial produção de dados, informação e conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 01-30, dez. 2013. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BAEZA-YATES, Ricardo; RIBEIRO-NETO, Berthier. **Recuperação de Informação**: Conceitos e Tecnologia das Máquinas de Busca. Bookman Editora, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BOTÃO, Antonio Victor Rodrigues; SOUZA, Rosali Fernandez de. Recuperação de imagens digitais e normalização arquivística. **Acervo**, v. 26, n. 1, p. 93-108, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/493/492>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRAPCI. Portal da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. 2017. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci>. Acesso em: 04 out. 2017.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CARDOSO, Olinda Nogueira Paes. Recuperação de Informação. **INFOCOMP Journal of Computer Science**, v. 2, n. 1, p. 33-38, nov. 2004. ISSN 1982-3363. Disponível em: <http://www.dcc.ufla.br/infocomp/index.php/INFOCOMP/article/view/46>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GARCIA, J. C. R. Recuperação da informação. **DataGramaZero**, v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/10284>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GOMES, Carlos Alexandre; ARAÚJO, Nelma Camêlo. Descrição arquivística: a construção de um sistema de banco de dados para recuperação da informação. **Archeion Online**, v. 3, n. 1, p. 45-64, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/download/24777/13570>. Acesso em: 22 jun. 2017.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução: João Vergílio Gallerani Cuter; revisão técnica: Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INGWERSEN, Peter Emil Rerup. **Information Retrieval Interaction**. Taylor Graham, 1992.

KHAPRE, Shailesh; BASHA, MS Saleem. A theoretical paradigm of information retrieval in information science and computer science. **International Journal of Computer Science Issues**, v. 9, n. 2, p. 1694-0814, 2012. Disponível em: <https://www.ijcsi.org/papers/IJCSI-9-5-2-232-240.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

PINTO, Mariane Costa. A indexação na recuperação da informação em arquivos: uma abordagem inicial. **ÁGORA,** v. 26, n. 52, p. 141-150, 2016. ISSN 0103-3557. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/2526-1466627505.pdf >. Acesso em: 23 jun. 2017.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/download/4141/3187>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SILVA NETO, Carlos Eugênio da; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Arquivos inteligentes: o uso do hipertexto digital na recuperação da informação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 27, n. 1, p. 93-106, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/2536>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p. 11-23, jan./abr., 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/1391/1569>. Acesso em: 21 jun. 2017.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p. 131-144 jan./abr., 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/1400/1578>. Acesso em: 22 jun. 2017.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica.** 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Convergências entre a Ciência da Informação e as Ciências Cognitivas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 46-60, jan./jun. 2016.

ZILLES, Urbano. **A crise da humanidade européia e a filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ZINS, Chaim. Redefinindo a ciência da informação: da “ciência da informação” para a “ciência do conhecimento”. **Informação & Sociedade**, v. 21, n. 3, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Dacles Vágner da Silva
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Técnico em Arquivo na Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: daclespb@gmail.com

Osvaldo de Souza
Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC) no Departamento de Ciências da Informação. Doutor em Engenharia de Teleinformática pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: osvsouza@gmail.com

Jefferson Veras Nunes
Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC) no Departamento de Ciências da Informação. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
E-mail: jefferson.veras@yahoo.com.br

Lidia Eugenia Cavalcante
Pós-Doutora em Ciência da Informação pela Université de Montréal – Canadá. Professora associada III do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: cavalcantelidiaeugenia@gmail.com

Recebido em: 11/10/2017; **Revisado em:** 15/12/2017; **Aceito em:** 23/12/2017.

Como citar este artigo

SILVA, Dacles Vágner da *et al*. Entre o objeto e o sujeito: composição, diálogo e confluência na recuperação da informação em arquivos. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 92-109, jul./dez. 2017.

---

[i] "Information retrieval is concerned with the processes involved in the representation, storage, searching and finding of information which is relevant to a requirement for information desired by a human user".
[ii] "From the definition of the two disciplines of information retrieval it is easy to see that the two disciplines share a common perspective of information retrieval - users, information technology and research directions".
[iii] "Computer science, information retrieval researchers often treat the information as fact, and use information to do some work, such as an index of information, information coding, decomposition and analysis of information. This view is based on the nature of the information, i.e. specific, definable and can be encoded. Computer Science Information Retrieval follow the rational and traditional principle that information is the factual existence of the external world of things".
[iv] "in the Field of information science, information retrieval has basically accepted the multilevel nature of the concept of information".

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Os originais submetidos à revista devem atender rigorosamente aos critérios abaixo. Colaborações em desacordo serão recusadas.

Todos os manuscritos a serem considerados para publicação na **Informação em Pauta** devem ser submetidos exclusivamente por via eletrônica. Para submeter artigos é necessário prévio cadastro através do link: http://www.periodicos.ufc.br/index.php/informacaoempauta/user/register. Para os que já possuem cadastro, somente serão aceitas submissões eletrônicas dos artigos, no seguinte endereço: http://www.periodicos.ufc.br/index.php/informacaoempauta/login.

Por meio desse serviço os autores podem submeter o artigo e acompanhar o status do mesmo durante todo o processo editorial. Essa forma de submissão garante maior rapidez e segurança na submissão do seu manuscrito, agilizando o processo de avaliação.

Em relação a reenvio e revisões, a revista diferencia entre:

- Manuscritos que foram rejeitados;

- Manuscritos que serão reavaliados após a realização das correções que forem solicitadas aos autores.

No caso de reenvio, o autor é informado que seu trabalho foi rejeitado e se desejar que os editores reconsiderem tal decisão, o autor poderá fazer as alterações que julgar necessárias e reenviá-las. Contudo, será uma nova submissão, portanto, será gerado um novo número para o manuscrito no sistema.

Em caso de revisão, o autor deve refazer e/ou alterar seu manuscrito com base nas recomendações e sugestões dos revisores. Em seguida, o autor deve devolver o arquivo para uma segunda análise, não se esquecendo de informar o mesmo número atribuído para o manuscrito, para que assim possamos informar o parecer final (aceitação ou rejeição).

Serão enviadas provas ao autor correspondente para que o texto seja cuidadosamente conferido. Mudanças ou edições ao manuscrito editado não serão permitidas nesta etapa do processo de edição. Os autores deverão devolver as provas corrigidas dentro do prazo máximo de cinco dias úteis após serem recebidas.

Os artigos aceitos comporão os números da revista obedecendo ao cronograma em que foram submetidos, revisados e aceitos ou ainda a critério do corpo editorial.

Este periódico usa o *Double Blind Review* que é a omissão das identidades de autores e revisores no parecer de originais.

ÉTICA E POLÍTICA CONTRA PLÁGIO E MÁS-CONDUTAS EM PESQUISA

Informamos que os artigos publicados por este periódico devem estar em conformidade com as Diretrizes sobre o tema da Ética e Integridade na Prática Científica definidas pela Comissão designada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Portaria PO-085, de 5 de maio de 2011, assim como as recomendações apontadas nas diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE), as quais visam incentivar a identificação de plágio, más práticas, fraudes, possíveis violações de ética e abertura de processos, assim, indicamos:

1. Os autores devem visitar o website do COPE http://publicationethics.org, que contém informações para autores e editores sobre a ética em pesquisa;

2. Antes da submissão, os autores devem seguir os seguintes critérios:

- Artigos que contenham aquisição de dados ou análise e interpretação de dados de outras publicações devem referenciá-las de maneira explícita;

- Na redação de artigos que contenham uma revisão crítica do conteúdo intelectual de outros autores, estes deverão ser devidamente citados;

- Todos os autores devem atender aos critérios de autoria inédita do artigo e nenhum dos pesquisadores envolvidos na pesquisa poderá ser omitido da lista de autores;

- A aprovação final do artigo será feita pelos editores e conselho editorial.

3. Para responder aos critérios, serão realizados os seguintes procedimentos:

a) Os editores avaliarão os manuscritos por meio de softwares e/ou mecanismos de detecção de plágio logo após a submissão;

b) Com os resultados, os editores e conselho editorial decidirão se o manuscrito será enviado para revisão por pares que também realizarão avaliações;

c) Após o aceite e antes da publicação, os artigos poderão ser avaliados novamente.

A Informação em Pauta prima pela ética e integridade na prática científica, portanto, ao submeter manuscritos para publicação, o(s) autor(es) asseguram que estão sendo respeitadas a privacidade, a dignidade e a integridade de pessoas envolvidas na pesquisa, assim como estão sendo seguidos os preceitos éticos para pesquisa com animais. No casos devidos, deverá constar no artigo o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição à qual se vincula(m) o(s) autor(es).

PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS

Os artigos devem ser submetidos em formato doc ou docx e Open Office, página tamanho A4 (21 x 29,7 cm.), entrelinhamento 1,5 cm (espaço simples nas citações), corpo 12, tipo Cambria e para citações longas com mais de três linhas a fonte deve ter tamanho 10 e recuo de 4 cm da margem esquerda, de 15 a 25 páginas. **O texto deve ser submetido dentro do template disponível** no menu, ou, através do link: https://goo.gl/1sHn9w.

É de responsabilidade dos autores a revisão dos artigos de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Contudo, a equipe da revista se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua e a credibilidade do veículo. Respeitará, no entanto, o estilo de escrever dos autores. Alterações, correções ou sugestões de ordem conceitual serão encaminhadas aos autores, quando necessário.

Idiomas

Os artigos podem ser redigidos em Português, Inglês ou Espanhol. Quando traduzidos para a língua inglesa ou espanhola, sugerimos que o texto seja revisado por alguém que seja fluente no idioma, preferencialmente, que seja um cientista da área ou profissional habilitado para a tradução correta do manuscrito.

Tipos de manuscrito e formatação

Artigo Original: Deve relatar pesquisas originais que não tenham sido publicadas ou submetidas para publicação em quaisquer outros periódicos científicos. Apresentar resultados de pesquisas de natureza empírica, experimental ou conceitual. Deve conter de 15 a 25 páginas; resumo com até 200 palavras,

que expressem os tópicos de Introdução, Metodologia, Resultados e Conclusões. No mínimo três palavras-chaves devem ser fornecidas e no máximo seis.

Artigo de Revisão: Deve ser uma análise crítica de avanços recentes e não apenas revisão da literatura. Deve conter de 15 a 25 páginas; resumo com até 200 palavras, que expressem os tópicos de Introdução, Metodologia, Resultados e Conclusões. No mínimo três palavras-chaves devem ser fornecidas e no máximo seis.

Relato de Experiência: Deve relatar atividades e experiências vivenciadas pelo(s) pesquisador(es), trazendo contribuições para a área em foco. Deve conter de 15 a 25 páginas; resumo com até 200 palavras, que expressem os tópicos de Introdução, Metodologia, Resultados e Conclusões. No mínimo três palavras-chaves devem ser fornecidas e no máximo seis.

Entrevista: As entrevistas devem ter até oito páginas; dispensam o resumo, abstract e palavras-chave para as mesmas.

Resenha: Deve se limitar a três páginas. A condição exigida pela revista é de que os livros que são objeto de resenha sejam atuais e com no máximo 2 anos de publicação.

Ensaio: Deve ter até vinte páginas e deve conter resumo, abstract e palavras-chave.

Título: deve ser conciso, claro e o mais informativo possível. Não deve conter abreviações e não deve exceder a 200 caracteres, incluindo espaços. Deve ser apresentada a versão do título em inglês ou em espanhol.

Título Resumido / Short title: no máximo 70 caracteres, para fins de legenda nas páginas impressas.

Autores: Os autores não devem ser identificados no arquivo do texto enviado para a submissão. Os autores somente incluirão seus nomes no ato do cadastro na plataforma da revista, em ordem direta e sem abreviações, graduações mais elevadas possuídas, afiliações, assim como registros em Bases como ORCID e ResearchID, caso tenham, acompanhadas do respectivo endereço com informação de contato (telefone, endereço e e-mail para o autor correspondente) e todos os coautores;

A autoria tem implicações legais e científicas, e só devem ser designados como autores aqueles que participaram efetivamente de todo o processo da pesquisa e escrita do trabalho científico. A ordem de autoria dos manuscritos enviados para a Informação em Pauta deve seguir a ordem de contribuição prestada para a produção do artigo e não de ordem alfabética. Os autores devem garantir que o manuscrito não foi previamente publicado ou não está sendo considerado para publicação em outro periódico. Os autores podem ser convidados a fornecer os nomes e contatos de três potenciais revisores imparciais.

Resumo: deve seguir a recomendação para o tipo de manuscrito (Artigo Original, Artigo de Revisão, Relato de Experiência). O texto do resumo não deve conter citações, fórmulas e siglas. Deve ser apresentada também a versão em inglês (Abstract), se o artigo estiver em português, ou em espanhol (Resumen), se o artigo for escrito em inglês.

Palavras-chave: Deve aparecer imediatamente abaixo do resumo, de acordo com o tipo de artigo submetido. Recomenda-se o uso de no mínimo três e no máximo seis palavras-chave, assim como a respectiva tradução para os Keywords. Devem ser separados por ponto. Para a escolha das palavras-chave recomendamos a consulta ao Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação, Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional, Tesauro de Ciencias de la Documentación, UN Bibliographic Information System Thesaurus: UNBIS.

Ilustrações: Ilustrações como quadros, tabelas, fotografias e gráficos, devem ser incluídos no texto o mais próximo possível do trecho a que se refere, com seu número de ordem. Devem preferencialmente ser submetidas em resolução mínima de 300 dpi. Caso já tenham sido publicados, indicar a fonte e enviar

a permissão para reprodução. Esses elementos também podem ser enviados como documentos suplementares durante a submissão do artigo.

Nomenclatura: O uso da nomenclatura padronizada em todos os campos da ciência é um passo essencial para a integração e ligação de informação científica na literatura publicada. Recomendamos o uso de nomenclatura correta e estabelecida sempre que possível.

Citação: A Informação em Pauta (IP) adota a NBR 10520 para citações, contudo, não segue o sistema numérico de citação. Deve ser utilizado o sistema autor-data para as citações e a elaboração da lista de referências deve seguir a ordem alfabética.

Citação direta com até 3 linhas:

Conforme a NBR 10520 (2002, p. 2) revela ser a "Transcrição literal da parte da obra do autor consultado". Nesse sentido, o recomendável é que todos os elementos textuais, tais como a ortografia, sinais gráficos, pontuação, entre outros, sejam rigorosamente respeitados, funcionando como uma espécie de cópia fiel das ideias reveladas pelo autor em questão. As citações curtas com até três linhas são inseridas no texto, entre aspas duplas. Neste tipo de citação, é obrigatória a informação do intervalo de páginas.

<u>Exemplos:</u>

Le Coadic (2004, p. 26) refere-se metaforicamente à informação como a "seiva" da ciência, ou seja, "Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente".

OU

"A ideia de que a mente funciona como um computador digital e que este último pode servir de modelo ou metáfora para conceber a mente humana iniciou a partir da década de 40". (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Citação direta longa:

As citações diretas com mais de três linhas devem aparecer em um parágrafo distinto, com espacejamento simples de entrelinhas, recuo de 4 cm da margem esquerda e descrito em fonte 10.

<u>Exemplos:</u>

Para Barros e Lehfeld (2000, p. 107):

As citações ou transcrições de documentos bibliográficos servem para fortalecer e apoiar a tese do pesquisador ou para documentar sua interpretação. O que citar? Componentes relevantes para descrição, explicação ou exposições temáticas. Para que citar? Para o investigador refutar ou aceitar o raciocínio e exposição de um autor suporte [...].

OU

As citações ou transcrições de documentos bibliográficos servem para fortalecer e apoiar a tese do pesquisador ou para documentar sua interpretação. O que citar? Componentes relevantes para descrição, explicação ou exposições temáticas. Para que citar? Para o investigador refutar ou aceitar o raciocínio e exposição de um autor suporte [...]. (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 107).

Citação indireta

A citação indireta se caracteriza como uma espécie de paráfrase das ideias de um determinado autor, por meio de suas próprias palavras, porém, mantendo o mesmo sentido. A informação do intervalo da página neste tipo de citação é opcional.

Exemplos:

Independentemente do nosso reconhecimento, segundo Apple (1994 apud MOREIRA; SILVA, 2002), o currículo, bem como as questões educacionais, vistas sob um ponto de vista mais generalizado, mantêm-se relacionados a aspectos históricos relativos a conflitos de classe, raça, sexo e religião, não somente em se tratando dos Estados Unidos, mas também a outros países.

OU

Independentemente do nosso reconhecimento, o currículo, bem como as questões educacionais, vistas sob um ponto de vista mais generalizado, mantêm-se relacionados a aspectos históricos relativos a conflitos de classe, raça, sexo e religião, não somente em se tratando dos Estados Unidos, mas também a outros países. (APPLE, 1994 apud MOREIRA; SILVA, 2002).

Citação de citação (*apud*):

Seguem as mesmas regras da citação direta e indireta.

Citação de citação (Citação direta):

Exemplos:

Para Apple (1994 apud MOREIRA; SILVA, 2002, p. 39), "Quer reconheçamos ou não, o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atrelados à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países".

OU

"Quer reconheçamos ou não, o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atrelados à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países". (APPLE, 1994 *apud* MOREIRA; SILVA, 2002, p. 39).

Citação de citação (Citação indireta):

No modelo serial de Gough (1972 *apud* NARDI, 1993), o ato de ler envolve um processamento serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear.

OU

O ato de ler envolve um processamento serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear. (GOUGH, 1972 *apud* NARDI, 1993).

Referências: A lista de referências deve seguir a ordem alfabética.

Exemplos:

Livro no todo (Um autor):

LE COADIC, Yves-françois. **Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

Livro no todo (Até três autores):

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Capítulo de livro:

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. Introdução: as questões da comunicação científica e a Ciência da Informação. In: ______. **Comunicação Científica**. Brasília: DCI/UNB, 2000. p. 13-34.

Artigo de periódico em meio eletrônico:

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. As referências nos estudos de citação: algumas questões para discussão. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, ago. 2009. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/ago09/Art_04.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

Para mais exemplos, consultar as normas abaixo:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: Informação e Documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.

______. **NBR 6023**: Informação e Documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2003. 24 p.

______. **NBR 6028**: Informação e Documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 2 p.

______. **NBR 10520**: Informação e Documentação – Citações em documento - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 7 p.

______. **NBR 6024**: Informação e Documentação – Numeração Progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 3 p.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.